

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS UBERABA**
Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica

MICHELLE GUIMARÃES NAVES PERES

**O ENSINO HÍBRIDO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO COORDENADOR
PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR E MEDIADOR DO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I DE UBERABA/MG**

Uberaba
2023

MICHELLE GUIMARÃES NAVES PERES

**O ENSINO HÍBRIDO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO COORDENADOR
PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR E MEDIADOR DO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I DE UBERABA/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de pesquisa III: Gestão das organizações e políticas para a Educação Tecnológica e Profissional

Orientador: Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins

**Uberaba
2023**

P414e Peres, Michelle Guimarães Naves
O ensino híbrido: contribuições e desafios do coordenador pedagógico como articulador e mediador do processo de ensino e aprendizagem nas escolas municipais do ensino fundamental I de Uberaba-MG / Michelle Guimarães Naves Peres– 2023.
220 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro- Campus Uberaba- MG, 2023.

1. Escola pública. 2. Coordenador pedagógico. 3. Ensino híbrido. 4. Ensino e aprendizagem. I. Martins, Adriano Eurípedes Medeiros.
II. Título.

CDD 371.2

ATA Nº 05/2022 DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA. Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, na Sala Virtual do Google Meet (meet.google.com/ugz-ahid-ibe), reuniu-se a Banca Avaliadora sob a presidência do **Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins** e com a participação do convidado **Prof. Dr. Marcelo Ferreira** e da **Profª Drª Elisa Antônia Ribeiro**, para avaliar o Projeto de Dissertação do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica da acadêmica **MICHELLE GUIMARÃES NAVES PERES**, apresentado como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica, de acordo com a Resolução 30/2016, de 07 de julho de 2016 que dispõe sobre Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação do IFTM e com a Resolução 31/2017, de 24 de agosto de 2017 que contém o PPC do curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica. O presente projeto de Dissertação tem como título: **“O Ensino Híbrido: Contribuições e desafios do Coordenador Pedagógico na escola pública como articulador do processo ensino e aprendizagem do Ensino Fundamental I”** desenvolvido sob a orientação do Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins. Após a avaliação pela banca, a acadêmica foi considerada **Aprovada [APROVADA OU REPROVADA]**. Para registro, eu Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai assinada por mim e pelos demais membros da Banca Avaliadora.

Obs: o Candidato obteve a nota final de 100 pontos (de um total de 100,0 pontos).

BANCA EXAMINADORA

NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins	IFTM - Campus Uberaba	ORIENTADOR(A) / PRESIDENTE
Prof. Dr. Marcelo Ferreira	UFTM - Uberaba	Membro
Profª Drª Elisa Antônia Ribeiro	IFTM- Campus Uberlândia	Membro

ADRIANO EURIPEDES MEDEIROS MARTINS
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO



Documento assinado eletronicamente por MARCELO FERREIRA, UFTM - MEMBRO EXTERNO E DE BANCA DE DEFESA/QUALIFICAÇÃO DE PÓS/MESTRADO, em 23/06/2022, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELISA ANTONIA RIBEIRO
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO



Documento assinado eletronicamente por ELISA ANTONIA RIBEIRO, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, em 08/07/2022, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **B190AF0** e o código CRC **205E1B43**.

Referência: NUP: 23200.004304/2022-17

DOCS nº 0000379668

MICHELLE GUIMARÃES NAVES PERES

**O ENSINO HÍBRIDO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO COORDENADOR
PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR E MEDIADOR DO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I DE UBERABA/MG**

FOLHA DE APROVAÇÃO DEFESA DISSERTAÇÃO


Data da aprovação: 25/05/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:


Presidente e orientador:


Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
IFTM Campus Uberaba

Membro Titular


Prof. Dr^a. Elisa Antônia Ribeiro
IFTM – Uberaba MG

Membro Titular


Prof. Dr. Marcelo Ferreira
UFTM – Uberaba MG

Local: Sala de Videoconferência - Google meet



Documento autenticado eletronicamente por ADRIANO EURIPEDES MEDEIROS MARTINS, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, em 01/07/2023, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, a partir de documento original.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **33A0F5F** e o código CRC **FAA92953**.

MICHELLE GUIMARÃES NAVES PERES

**O ENSINO HÍBRIDO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO COORDENADOR
PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR E MEDIADOR DO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL I DE UBERABA/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de pesquisa III: Gestão das organizações e políticas para a Educação Tecnológica e Profissional.

Uberaba, 25 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
(IFTM – Orientador)

Prof. Dr^a. Elisa Antônia Ribeiro
(IFTM – Membro Interno)

Prof. Dr. Marcelo Ferreira
(UFTM – Membro Externo)

Dedico este trabalho a quem colaborou diretamente comigo: a todos os coordenadores e coordenadoras, meu orientador e colegas de mestrado, sem o qual eu não teria concluído esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me possibilitou chegar até este momento e em toda a trajetória. Foi um período de muita aprendizagem, rotinas de estudos diários, encontros e reuniões com orientador e professores, participação em eventos, palestras, cursos, seminários, dentre outros eventos que contribuíram para a elaboração deste trabalho. Dois anos de bênçãos e contribuições diversas. A Deus todo meu agradecimento!

Ao meu orientador, professor Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins, por acreditar em meu trabalho, pela leveza e tranquilidade nos momentos de ansiedade e por ser firme e sincero na indicação de diretrizes, pelas interlocuções sábias, por estar sempre á disposição e indicações de caminhos a seguir. Meus sinceros agradecimentos e gratidão.

Ao meu esposo Altair e aos meus filhos, Vinícius e Nathália, que me incentivaram e compreenderam as dificuldades e privações em virtude da pesquisa e estudos em jornada acadêmica. Quero agradecer-lhes por tudo!

Às/Aos professoras/es do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Seus ensinamentos foram muitos e certamente contribuíram positivamente para a formação.

Às/Aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro com as/os quais aprendi muito nesses últimos meses pelas leituras, revisões, questionamentos e discussões sempre tão produtivas.

Em especialmente, as coordenadoras e Coordenadores Pedagógicos que participaram dessa pesquisa, que, acreditando poder contribuir para a reflexão sobre o papel como articulador e mediador do processo ensino e aprendizagem na escola tornando suas as minhas questões de forma generosa complementaram este trabalho. Espero que todos sintam contemplados e homenageados nas falas aqui expostas.

A todos, os meus agradecimentos por fazerem parte da história de vida e desta forma contribuíram para escrevesse mais uma parte dela.

RESUMO

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, na Linha de Pesquisa III: Gestão das organizações e políticas para a Educação Tecnológica e Profissional. Tratam do estudo, pesquisa e investigação das múltiplas funções desenvolvidas pelo Coordenador Pedagógico, visando, discutir os processos de construção da identidade profissional atuantes nas escolas públicas, acerca do Ensino Híbrido. As tecnologias digitais vêm progressivamente ampliando as possibilidades de interação, trocas de informações e a inserção de metodologias ativas, nesta sociedade cada vez mais imersa na cultura digital. Os desafios enfrentados pelos Coordenadores Pedagógicos, no período pandêmico da Covid-19, entre o ano de 2020 a 2022, evidenciaram a necessidade da intervenção didática pedagógica e adaptações metodológicas. Trata-se de uma pesquisa de classificação metodológica, abordagem exploratória e descritiva, caracterizada pelo seu caráter processual construtivo, interpretativo e dialógico. Utilizando procedimentos bibliográfico e documental baseado em referências, observações e questionário semiestruturado realizados em Escolas Municipais de Uberaba, no Ensino Fundamental I, acerca do debate das múltiplas funções do Coordenador Pedagógico, bem como analisar os desafios e benefícios da implementação da proposta do Ensino Híbrido e suas contribuições como metodologia de ensino. Propõe destacar a legislação vigente, aliada às novas estratégias e intervenções pedagógicas inovadoras no cotidiano escolar, analisar os desafios e possibilidades do Ensino Híbrido no presente momento pandêmico e pós-pandêmico e de uma nova configuração de ensino-aprendizagem. Além de refletir sobre as mudanças tecnológicas e a relevância da Coordenação Pedagógica no processo pedagógico, educacional e profissional dos professores. Nesse cenário, surgiram os seguintes problemas de pesquisa: Como o Coordenador Pedagógico articula o processo, propõe novas estratégias e intervenções pedagógicas inovadoras no cotidiano escolar? Quais os desafios do Ensino Híbrido na atual conjuntura, de pandemia (Covid-19), e qual a sua reconfiguração pós-pandemia? Diante das mudanças tecnológicas e Ensino Híbrido na atualidade, qual a relevância da Coordenação no processo pedagógico, educacional e profissional dos professores realizadas na escola? Assim, o objetivo geral de nosso estudo foi analisar os desafios e contribuições do Ensino Híbrido no processo de ensino, articulado pelo Coordenador Pedagógico, bem como as ações pedagógicas no Ensino Fundamental I nas escolas públicas da cidade de Uberaba. O arcabouço teórico que contribuiu para o desenvolvimento e articulação de nosso estudo foi balizado por autores que já se detiveram no estudo do Ensino Híbrido como prática docente e do fazer cotidiano do Coordenador Pedagógico. Assim, compartilharemos de parte da análise de alguns autores, tais como: Almeida (2001), Freire (2009), Libâneo (2015), Nóvoa (2000), Orsolon (2006), Placco (2003, 2008, 2010, 2015 e 2021), Saviani (2007), Vasconcelos (2009), Bacich (2015), Levy (1999), Moran (2007) e Pretto (1999). Os resultados mostraram forte influência dos Coordenadores Pedagógicos nas práticas educacionais e pedagógicas com a utilização das metodologias do Ensino Híbrido. Os Coordenadores Pedagógicos como profissionais coadjuvantes do processo de Ensino e aprendizagem no que se refere ao uso de tecnologias digitais e metodologias ativas, contribuindo para buscas de novos paradigmas na educação.

Palavras-chave: Escola pública; Coordenador Pedagógico; Ensino Híbrido; Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

Dissertation presented to the Graduate Program in Technological Education - Professional Master's Course in Technological Education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Triângulo Mineiro - Campus Uberaba, in Research Line III: Management of organizations and policies for Technological Education and Professional. It deals with the study, research and investigation of the multiple functions developed by the Pedagogical Coordinator, aiming to discuss the processes of construction of the professional identity active in public schools, about Blended Teaching. Digital technologies have progressively expanded the possibilities for interaction, exchange of information and the insertion of active methodologies, in this society increasingly immersed in digital culture. The challenges faced by Pedagogical Coordinators, in the pandemic period of Covid-19, between 2020 and 2022, highlighted the need for pedagogical didactic intervention and methodological adaptations. This is a research methodological classification, exploratory and descriptive approach, characterized by its constructive, interpretive and dialogic procedural character. Using bibliographic and documentary procedures based on references, observations and a semi-structured questionnaire carried out in Municipal Schools of Uberaba, in Elementary School I, about the debate of the multiple functions of the Pedagogical Coordinator, as well as analyzing the challenges and benefits of implementing the proposal of Hybrid Education and their contributions as a teaching methodology. It proposes to highlight the current legislation, combined with new innovative pedagogical strategies and interventions in the school routine, to analyze the challenges and possibilities of Blended Teaching in the present pandemic and post-pandemic moment and a new teaching-learning configuration. In addition to reflecting on technological changes and the relevance of Pedagogical Coordination in the pedagogical, educational and professional process of teachers. In this scenario, the following research problems arose: How does the Pedagogical Coordinator articulate the process, propose new strategies and innovative pedagogical interventions in the school routine? What are the challenges of Blended Learning in the current situation, the pandemic (Covid-19), and what is its post-pandemic reconfiguration? Faced with technological changes and Hybrid Learning today, what is the relevance of Coordination in the pedagogical, educational and professional process of teachers carried out at school? Thus, the general objective of our study was to analyze the challenges and contributions of Blended Learning in the teaching process, articulated by the Pedagogical Coordinator, as well as the pedagogical actions in Elementary Education I in public schools in the city of Uberaba. The theoretical framework that contributed to the development and articulation of our study was guided by authors who have already focused on the study of Blended Learning as a teaching practice and the daily work of the Pedagogical Coordinator. Thus, we will share part of the analysis of some authors, such as: Almeida (2001), Freire (2009), Libâneo (2015), Nóvoa (2020), Orsolon (2006), Placco (2003, 2008, 2010, 2015 and 2021), Saviani (2007), Vasconcelos (2009), Bacich (2015), Levy (1999), Moran (2007) and Pretto (1999). The results showed a strong influence of Pedagogical Coordinators in educational and pedagogical practices with the use of Blended Teaching methodologies. Pedagogical Coordinators as supporting professionals in the teaching and learning process with regard to the use of digital technologies and active methodologies, contributing to the search for new paradigms in education.

Keywords: Public school; Pedagogical Coordinator; Hybrid Teaching; Teaching and learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Princípios do Ensino Híbrido.....	58
Figura 2 -	Modelos de Ensino Híbrido.....	60
Figura 3 -	Localização do Município de Uberaba	68
Figura 4 -	Decreto régio de 02 de março de 1820.....	71
Figura 5 -	Uberaba do século XX com as sete colinas.....	72
Figura 6 -	Ensino Híbrido: trajetória metodológica.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Metas do IDEB	78
------------	---------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantitativo de funcionários e alunos.....	81
Tabela 2 -	Nível de escolaridade dos Coordenadores Pedagógicos.....	103
Tabela 3 -	Perfil inicial de trabalho Coordenador Pedagógico.....	106
Tabela 4 -	Opinião dos Coordenadores Pedagógicos sobre a organização do tempo para as atividades pedagógicas.....	108
Tabela 5 -	Problemas que dificultam o acompanhamento e evolução pedagógica da escola.....	109
Tabela 6 -	Pautas das formações realizadas nas escolas.....	116
Tabela 7 -	Desafios na realização das atividades pedagógicas na modalidade híbrida.....	122
Tabela 8 -	Carga horária das atividades remotas e favorecimento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.....	123
Tabela 9 -	Análise dos professores sobre o Ensino Híbrido na educação.....	124
Tabela 10 -	Recursos que a escola disponibilizou para realização das atividades não presenciais	130
Tabela 11 -	Roteiro Minicurso.....	133

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Coordenador Pedagógico
DICEI	Diretoria de Currículos e Educação Integral
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCS	Formação Continuada em Serviço
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IAP	Intervenções nas Aprendizagens Pedagógicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDME	Plano Decenal Municipal de Educação
PEB	Professor de Educação Básica
PMDDE	Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGET	Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SEMED	Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento
TDICs	Tecnologias digitais de informação e comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Memorial descritivo.....	22
Procedimentos Metodológicos	23
SEÇÃO I - O COORDENADOR PEDAGÓGICO ENQUANTO MEDIADOR NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: NOVA PERSPECTIVA A PARTIR DO ENSINO HÍBRIDO.....	25
1.1 Aspectos históricos e constitutivos da identidade do Coordenador Pedagógico.....	27
1.2 A Coordenação Pedagógica e o contexto atual: demandas e atribuições pautadas em valores éticos.....	32
1.3 Abordagens do cenário pandêmico e a práxis do Coordenador Pedagógico.....	39
1.4 Formação do Coordenador Pedagógico e dos docentes: caminhos, perspectivas e a importância da formação continuada em serviço.....	46
SEÇÃO II - CONTEXTO POLÍTICO-EDUCACIONAL, INTENÇÕES E POSSÍVEIS CAMINHOS DO ENSINO HÍBRIDO DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).....	49
2.1 Reflexões sobre o Ensino Híbrido: metodologia ativa e crítica, uma análise sobre a aprendizagem na atualidade.....	53
2.2 Ensino Híbrido e trabalho mediador do Coordenador Pedagógico.....	63
SEÇÃO III - UBERABA: CONTEXTUALIZANDO SUA HISTÓRIA PARA COMPREENDER SUA EDUCAÇÃO FORMAL.....	68
3.1 Contextualizando Uberaba.....	70
3.2 O Perfil Educacional da Rede Municipal de Ensino de Uberaba/MG.....	73
3.3 Descrições das escolas	80
3.3.1 Escola A	81
3.3.2 Escola B	83
3.3.3 Escola C	85
3.3.4 Escola D	87
3.3.5 Escola E	88
3.3 A figura do Coordenador Pedagógico e suas práticas nas instituições da Rede Municipal de Uberaba/MG.....	89
3.4 Descrições das escolas sob a perspectiva sócio-histórico-cultural, uma leitura a partir do Projeto Político Pedagógico.....	91
SEÇÃO IV - TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS E VIVÊNCIAS: O ENSINO HÍBRIDO COMO REALIDADE EDUCACIONAL.....	96
4.1 Trajetória Metodológica	97
SEÇÃO V - ANÁLISES E DISCUSÃO DE RESULTADOS.....	101
5.1 O perfil dos Coordenadores Pedagógicos do município de Uberaba/MG	101
5.2 Atuações dos Coordenadores Pedagógicos do município de Uberaba/MG	107
5.3 A Coordenação Pedagógica centrada nos processos educacionais e na formação dos professores	110
5.4 A intervenção pedagógica: novas estratégias no cotidiano escolar na Rede Municipal	117

5.5 O Ensino Híbrido: uma abordagem metodológica articulada pelo Coordenador Pedagógico	119
PRODUTO EDUCACIONAL.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES	146
Apêndice A – Ofício de Solicitação da Pesquisa	146
Apêndice B – Resposta à solicitação referente ao Ofício de 14 de julho de 2022 – autorização para Realização da Pesquisa.....	147
Apêndice C – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	148
Apêndice D – Instrumento de Coleta de Dados - Diagnóstico Sujeitos da Pesquisa.....	150
ANEXOS	159
Apresentação Minicurso.....	159
Aula 1: O Coordenador Pedagógico: mediador pedagógico a partir da nova perspectiva a partir do Ensino Híbrido.....	160
Aula 2: Contexto político-educacional, intenções e possíveis caminhos do Ensino Híbrido durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).....	162

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, do curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, na Linha de pesquisa III: Gestão das organizações e políticas para a Educação Tecnológica e Profissional. A pesquisa fundamenta-se em referências, observações, levantamentos e estudos realizados em Escolas Municipais do Ensino Fundamental I¹ de Uberaba/MG, acerca das múltiplas funções² do Coordenador Pedagógico (CP), bem como em avaliar os desafios e perspectivas da implementação da proposta do modelo de Ensino Híbrido³, as mudanças tecnológicas e suas contribuições no processo de educacional. Analisamos, assim, as práticas do Coordenador Pedagógico no processo educativo e profissional dos professores, como formador e incentivador das propostas desse modelo de ensino para a superação das dificuldades e limitações dos professores mediante as demandas das Políticas Públicas Educacionais para a melhoria do processo de aprendizagem.

Para melhor compreendermos esse cenário educacional contemporâneo, o papel desse profissional da educação e sua identidade profissional, uma breve contextualização histórico-social visando delinear o elo entre o Coordenador Pedagógico e a constituição da profissão pedagógica nos seus diversos vínculos e matrizes educacionais. Em seguida, proporemos uma reflexão sobre: a) a organização e sistematização do processo de ensino-aprendizagem; b) a função do Coordenador Pedagógico como norteador das metodologias para a busca da transformação da ação interventiva⁴; c) compreensão das novas práticas educacionais com o aporte das novas tecnologias informacionais e virtuais; d) o papel da cultura digital como fonte de novas possibilidades de ensino no contexto das escolas públicas. Partiremos de uma reconstrução histórica da constituição da figura do Coordenador

¹ LBD 9394/96, Lei que regulamenta a estruturação e organização da educação brasileira Ensino Fundamental como parte da Educação Básica, período é constituído do 1º ao 5º ano.

² Lei Complementar nº 594/2019. Altera a Lei Complementar nº 501/2015, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, Estado de Minas Gerais" e dá outras providências. 3 - Coordenador Pedagógico. 3.1 - Área de atuação: na Educação Infantil (0 a 5 anos), nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). 3.2 - Descrição geral das atividades: participar, de forma integrada e corresponsável com a equipe de gestão escolar, das atividades de planejamento escolar e da elaboração, organização, avaliação e execução do Projeto Político-Pedagógico da escola;

³ Lei Federal nº 14.151/2021; Leis Complementares nº 133/98, 449/2011, 501/2015 e 499/2015, Portaria Conjunta MEC/MS nº 20/2020, Decreto Municipal nº 674/2021 e suas alterações, Portaria nº 44/2019, Portaria nº 24/2020, Portaria nº 0049/2021 e o artigo 8º da Instrução Normativa SAD nº 004/2021.

⁴ Ação Interventiva é uma interferência no processo de ensino-aprendizagem, realizada quando se identifica alguma dificuldade pelos alunos ou professores, ou seja, é uma forma de aplicar iniciativas para superar obstáculos na construção do conhecimento.

Pedagógico, visando expor os novos paradigmas e a relação destas novas referências educacionais com as metodologias ativas. Desse cenário, derivaremos a abordagem acerca da situação e perspectivas do Ensino Híbrido, o qual dialoga com as diversas maneiras de interação do aluno e do professor *on-line* e *off-line*; instrumentalizando e efetivando as novas tecnologias para despertar a curiosidade, o interesse, a criatividade e o desejo de aprender.

O Coordenador Pedagógico, que em distintos contextos históricos ocupava espaços na instituição escolar, denominava-se “Supervisor Escolar”, com a função de desenvolver a ação de coordenar e gerir os variados pontos de vista ou atividades, a fim de realizar um objetivo comum no desenvolvimento do ensino. Mas, no contexto atual, no qual o Coordenador Pedagógico torna-se um guia e um instigador de condutas diárias que norteiam o trabalho do corpo docente⁵, é necessário pensar a formação continuada desse profissional, principalmente em relação às tendências educacionais tecnológicas relativas a inovações na educação que impactam no desempenho efetivo de sua atividade.

Na educação brasileira, o Coordenador Pedagógico tem ocupado diferentes funções, como orientação no planejamento, orientação educacional e inspeção de acordo com a legislação singular das instâncias Federal, Estadual e Municipal. A profissão foi legitimada apenas no ano de 1996 e efetivada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96⁶. O pré-requisito fundamental para o exercício da função é de formação inicial em nível superior em Pedagogia ou Pós-Graduação na área da Educação, previsto no art. 64, que define:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

De acordo com o artigo anterior, a formação do pedagogo proporciona uma visão macro e micro de todo o processo didático na escola e do trabalho realizado por todos os docentes e discentes⁷ envolvidos e parceiro nas relações entre pares, trocas de informações e elaboração de planejamentos que propiciem um ambiente de atuação síncrona em diferentes momentos e situações.

São várias as atribuições do Coordenador Pedagógico. Nesse aspecto, Piletti nos aponta quatro dimensões como as principais atribuições deste profissional:

⁵ A palavra docente é um substantivo que se refere àquele que ensina. Ou seja, a palavra é sinônimo de professor.

⁶ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

⁷ Discente é o estudante. São as pessoas em busca de novos conhecimentos, que estão na condição de aprendizes.

a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem constantemente em relação ao exercício profissional; c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo; d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que surgem (PILETTI, 1998, p. 125).

O processo metodológico e didático dos docentes juntamente com o apoio e a orientação do Coordenador Pedagógico desenvolve a prática participativa no âmbito didático pedagógico para resolução de situações novas e inovadoras de acordo com a realidade tecnológica, exposta através do Ensino Híbrido atual na sociedade.

O Ensino Híbrido preconiza a aprendizagem tanto na sala de aula quanto em plataformas digitais e apresenta-nos a necessidade de adequação a este contexto social e educacional contemporâneo. Nesse aspecto, podemos compreender esta modalidade de ensino como:

Uma abordagem pedagógica que combina atividades presenciais e atividades realizadas por meio das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). Existem diferentes propostas de como combinar essas atividades, porém, na essência, a estratégia consiste em colocar o foco do processo de aprendizagem no aluno e não mais na transmissão de informação que o professor tradicionalmente realiza. De acordo com essa abordagem, o conteúdo e as instruções sobre um determinado assunto curricular não são transmitidos pelo professor em sala de aula. O aluno estuda o material em diferentes situações e ambientes, e a sala de aula passa a ser o lugar de aprender ativamente, realizando atividades de resolução de problemas ou projeto, discussões, laboratórios, entre outros, com o apoio do professor e colaborativamente com os colegas (BACICH; NETO; MELLO, 2015, p. 13).

Diante da nova realidade histórico-política-sanitária, maximizada durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19)⁸, o Coordenador Pedagógico passou a desenvolver ações que articulam, incentivam e promovem formação e desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem mais ativo e interativo de todos os profissionais e alunos da escola. Neste contexto, exerce sua atuação em nível burocrático, atendimento aos alunos e pais, orientação e monitoramento do planejamento e ações educacionais, intervenções, emergências e urgências, e principalmente na promoção de formação educacional e tecnológica para professores.

Além das ações citadas é importante o diálogo constante aliado às parcerias com os professores poderá resultar em proposições de planos de intervenção e suporte às atividades híbridas e monitorar cada realidade de aprendizagem. Ações estas realizadas e planejadas a

⁸ Doença infecciosa causada por um coronavírus, transmitida principalmente por gotículas geradas por pessoa infectada pelo vírus Coronavírus (Covid-19) da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2).

fim de buscar caminhos que garantam efetivamente a aprendizagem em diferentes cenários socioculturais e mediada pelas tecnologias.

Considerando as múltiplas funções desempenhadas por este profissional os procedimentos como prevenção, cooperação e intervenção, o estudo será sistematizado em um primeiro momento, por uma base de estudos de documentos e legislação vigente da esfera Federal, Estadual e do próprio município de Uberaba. Analisar parâmetros de atuação do Coordenador Pedagógico, aliada a novas estratégias e intervenções pedagógicas inovadoras no cotidiano escolar. Depois dos estudos e análises dos condicionantes legais e estruturais do profissional, como alternativa para a melhoria do ensino, analisaremos os desafios e possibilidades do Ensino Híbrido no momento pandêmico e pós-pandêmico, além de abordar a configuração atual de ensino e aprendizagem.

Para discutir dialogicamente estes aspectos, serão utilizados elementos e dados obtidos nos questionários, além de observações feitas no cotidiano da escola. Neste recorte, busca-se a identidade desse profissional, articulada às atuais dificuldades enfrentadas, a reflexão sobre as mudanças tecnológicas e sobre o Ensino Híbrido e a relevância da coordenação pedagógica no processo pedagógico, educacional e profissional dos professores. Arelado a isso, tem-se como meta analisar e registrar, a partir dos questionários, as mudanças tecnológicas articuladas pelo Coordenador Pedagógico.

Todos os agentes produtores de conhecimento devem estar envolvidos e comprometidos com o ensino de qualidade ao adequar a realidade cultural e socioeconômica da comunidade escolar. A partir da proposta do Ensino Híbrido e do ensino remoto em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19), surgem reflexões sobre as novas formas de ensinar e aprender. É importante destacar que a parceria entre todos da educação na instituição pode levar às práticas exitosas e a valorização da diversidade metodológica nas aulas síncronas e assíncronas, utilizando metodologias de Ensino Híbrido.

Por fim, todas essas formas de compreender a realidade convergem no sentido de possibilitar a implementação do Ensino Híbrido, entendendo suas contribuições e os seus desafios no processo educacional articulado pelo Coordenador Pedagógico. Para tanto, esta dissertação está estruturada da seguinte forma:

A primeira seção, intitulado “O Coordenador Pedagógico enquanto mediador na relação professor-aluno: nova perspectiva a partir do Ensino Híbrido.” destaca a atuação do Coordenador Pedagógico como mediador na relação professor-aluno, sua participação no contexto pandêmico, sua trajetória histórica cultural e sua legitimidade no espaço escolar como articulador, formador e transformador do processo de ensino e aprendizagem. Para

apresentar os aspectos relevantes do Coordenador Pedagógico, inicialmente apresentar um contexto histórico-social, marcado por várias expressões para designar o aspecto prático do acompanhamento pedagógico.

A segunda seção, intitulada “Contexto político-educacional, intenções e possíveis caminhos do Ensino Híbrido durante a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)”, discute sobre o Ensino Híbrido e sobre a tecnologia na escola pautada pela legislação que rege o processo de ensino e aprendizagem.

A terceira seção, denominado “Uberaba: contextualizando sua história para compreender sua educação formal”, contextualiza a história do município uberabense, sua educação formal e traz um breve contexto sociocultural e escolar, abordando das escolas pesquisadas informações como: a localização, quantitativo de alunos, quadro profissional, espaço escolar, realidade sócio-histórico-cultural, a participação em formação continuada, Projeto Político Pedagógico e o aporte das Tecnologias Educacionais.

A quarta seção, cujo título é “Trajetórias metodológicas e vivências: o Ensino Híbrido como realidade educacional”, envolve uma pesquisa qualitativa, realizada em cinco escolas da Rede Municipal de Ensino na cidade de Uberaba/MG, que promovem o Ensino Fundamental I.

A quinta seção, “Análises e discussão de resultados”, o questionário realizado junto aos Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, com investigação teórica, destacando aspectos relevantes do cotidiano escolar, bem como ações do Coordenador Pedagógico no Ensino Híbrido.

O trabalho apresentado nesta pesquisa é resultado da caminhada, dos anseios e das preocupações da pesquisadora, que atua como coordenadora pedagógica há mais de duas décadas. Posto isso, esta pesquisa possui o intuito de analisar o trabalho do Coordenador Pedagógico nas instituições escolares a partir do Ensino Híbrido. Destacando os desafios e contribuições desse tipo de ensino, evidenciados pela necessidade de uma formação de qualidade que contribua com a construção de uma educação destinada à formação crítica construtiva e integral.

Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa realizada nesta dissertação.

Memorial descritivo

A escolha do tema dessa dissertação está diretamente relacionada à atuação da mestranda como Coordenadora Pedagógica e docente, tanto na gestão pedagógica quanto administrativa. Após concluir o Ensino Médio – Magistério de 1º grau em 1999, a carreira foi iniciada professora na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental I na cidade de Guimarães/MG. No ano de 2007, realizou a especialização em Psicopedagogia Institucional, pela Universidade Castelo Branca e em 2011, Licenciatura Plena em História, no Centro Universitário do Cerrado, em Patrocínio/MG. Apesar da formação, sempre houve a necessidade de se aperfeiçoar mais na área pedagógica. Já casada e com filhos, foi iniciado o curso de Pedagogia em 2011, na modalidade à distância, pela Universidade Educacional da Lapa e, logo em seguida, pós-graduação em Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar, com certificado emitido pela Sociedade Educacional de Santa Catarina.

No campo educacional, a experiência esteve sempre relacionada à Coordenação Pedagógica e gestão administrativa, desde 1999 até os dias atuais. Em Uberaba/MG, ao se estabelecer profissionalmente por meio de concurso público, tanto na rede estadual como professora regente das séries iniciais do Ensino Fundamental no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, quanto como Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino, marcou um período de evolução profissional e acadêmica. Trajetória marcada pelo trabalho como Coordenadora Pedagógica, como docente e ora como gestora pedagógica e administrativa, confrontando com as transformações nas formas de ensinar, aprender e pensar a educação. Sendo assim, vivenciando sentindo os impactos pedagógicos e político-educacionais na vida profissional dos Coordenadores Pedagógicos e compreendendo a relevância dessa figura como ator essencial na articulação dos sujeitos e processos educativos, e na superação das dificuldades na escola.

Impactos que aumentaram as inquietações acadêmicas, que já eram destaque na pós-graduação com a conclusão do curso, intitulado “A pedagogia e o papel do Coordenador Pedagógico nas séries iniciais do Ensino Fundamental”. Desde então, o objeto de estudo tornou-se essencial e, após vivenciar a complexidade das tarefas deste profissional na escola pública, foi possível percebê-lo como sujeito que sistematiza, medeia e transforma a partir do movimento de ação-reflexão-ação, utilizando-se das novas metodologias e tecnologias para transpor obstáculos tecnológicos, estruturais, didáticos e pedagógicos que dificultam o processo de ensino-aprendizagem dos discentes dessa etapa da educação básica.

Procedimentos Metodológicos

Como indicado na Introdução desta dissertação, o objetivo principal desta pesquisa é analisar, por meio de indagações, questionários e observações, aspectos da realidade, dos desafios e das contribuições do Ensino Híbrido no processo de ensino-aprendizagem, articulado pelo Coordenador Pedagógico, bem como as ações pedagógicas e gestoras no Ensino Fundamental I de algumas escolas públicas da cidade de Uberaba. A partir de uma nova conjectura do Ensino Híbrido, destacam-se os desafios e as contribuições que essa nova forma de ensino ocasiona, evidenciando a necessidade de uma formação de qualidade, que contribua com a construção de uma educação baseada em uma proposta de análise reflexiva do trabalho desenvolvido na escola, de caráter teórico-prático, a fim de desenvolver uma ação efetiva e eficiente em relação ao processo de ensinar e aprender. Entende-se que as transformações das práticas pedagógicas se efetivam na medida em que o profissional amplia sua consciência sobre a própria prática.

Foram abordados temas relacionados ao Coordenador Pedagógico e ao Ensino Híbrido como metodologia no processo de ensino e aprendizagem, a trajetória histórico-cultural do pedagogo e sua legitimidade no espaço escolar como articulador, formador e transformador do processo educacional.

Com base nas discussões teóricas, procurou-se delinear um quadro que possibilitasse a delimitação e análise do objeto de pesquisa, resultando em um estudo qualitativo na abordagem metodológica, com intenção de produzir uma pesquisa, com uma maior conexão ao objeto investigado, conforme Bogdan e Biklen (1994):

Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p.16).

As coordenadoras, após a permissão das gestoras das escolas mencionadas, aceitaram participar da pesquisa-ação, com a entrevista semiestruturada, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme explícito no Apêndice B. O estudo ancora-se em referenciais teóricos consolidados e pesquisa documental, utilizando documentos oficiais como leis, Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, questionário semiestruturado, análise e sistematização da pesquisadora.

Dessa forma, os questionários aplicados nas escolas selecionadas, às seis Coordenadoras Pedagógicas período de agosto/2022 a setembro/2022, com as seguintes etapas:

1º Levantamento da quantidade de Coordenadores (as) Pedagógicos (as) do Fundamental I em cada escola – Diagnóstico Situacional.

2º Aplicação dos questionários semiestruturados no período de agosto/2022 a setembro/2022 e troca de experiência e sobre as práticas vivenciadas no cotidiano e ações desenvolvidas pelos Coordenadores Pedagógicos;

3º Análise das ações formativas realizadas na escola, por meio da elaboração e desenvolvimento de uma formação sobre o Ensino Híbrido e as suas contribuições e desafios no processo de ensino e aprendizagem na educação, bem como o registro escrito dessas ações;

4º Reflexão das análises com apresentação dos dados para troca de experiências com os Coordenadores Pedagógicos em suas respectivas unidades de ensino.

As produções dos dados coletados aconteceram posteriormente por meio da observação de questionários aplicados e análises das respostas com vistas a compor o texto final.

Delimitado no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pós-Graduação em nível *Stricto Sensu* do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do PPGET do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – Campus Uberaba, é obrigatório que o produto educacional seja apresentado à banca. Sendo assim, o desenvolvimento desse trabalho teve como finalidade a produção de um Portfólio no Google Site, em formato de minicurso, com apresentações de *Power point* e vídeos formativos, a fim de promover discussões e construções de novos saberes, essencial em um processo de desenvolvimento de aprendizagem, divulgados nos grupos escolares e em sites educacionais, veiculados no Google Site, disponibilizando no anexo deste trabalho os *links* junto à dissertação.

Serão disponibilizados no Portfólio no Google Site, vídeos com intuito de contribuir para o desenvolvimento profissional dos Coordenadores Pedagógicos e para a constituição de suas identidades em uma prática educativa híbrida. A temática dos vídeos e apresentações realizados abordaram questões teóricas que podem auxiliar a atuação do Coordenador Pedagógico, com ênfase nas ações que fortalecem a formação em serviço dos docentes e o subsídio pedagógico durante o processo de ensino-aprendizagem.

1. O COORDENADOR PEDAGÓGICO ENQUANTO MEDIADOR NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: NOVA PERSPECTIVA A PARTIR DO ENSINO HÍBRIDO.

Uma escola contemporânea busca assumir um papel essencial na formação integral, que nasce na modernidade, baseada em quebra de paradigmas e que se apropriam de uma função baseada na formação de uma sociedade participativa, com alunos ativos e que possam exercer seus direitos. Sendo assim, entende-se que “é dever da escola preparar seus alunos para o exercício do trabalho, da cidadania e para a convivência em uma cultura de diversidade e direitos” (PINTO; PIZZIRANI, 2017, p. 191). E mais,

Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta (DELORS, 1998, p. 89).

O Coordenador Pedagógico, frequentemente, é apresentado como sendo um profissional fundamental na articulação e mediação do processo educativo, especialmente para fortalecer a prática docente e auxiliar na construção da identidade profissional, tendo como atribuição a mediação. Segundo Orsolon:

O Coordenador medeia o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. Essa atividade mediadora se dá na direção da transformação quando o Coordenador considera o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar do professor, bem como criar condições para questionar essa prática e disponibiliza recursos para modificá-la, com a introdução de uma proposta curricular inovadora e a formação continuada voltada para o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões (ORSOLON, 2010, p. 22).

Portanto, a mediação tem como objetivo ajudar os educadores nas suas ações e levá-los a analisar as suas posturas. O Coordenador Pedagógico, ao planejar a formação dos educadores, tem foco nas múltiplas dimensões do processo educacional.

Esta pesquisa permeia e possibilita aprofundar no estudo sobre a coordenação pedagógica nos espaços escolares. Ademais, os pressupostos teóricos visam enfatizar contribuições e desafios articulados pelos Coordenadores Pedagógicos, pautados em políticas públicas, caracterizados pela atualidade tecnológica e pela mudança de paradigma, buscando uma melhoria na qualidade do ensino, com o intuito de consolidar diversas realidades. Dentre

as abordagens teóricas apontadas, apresenta-se a organização pedagógica da escola. A este respeito, destacamos que:

O significado mais marcante de nosso trabalho e de maior alcance futuro seja simplesmente nosso modo de ser e agir enquanto equipe. Criar um ambiente onde o poder é compartilhado, onde os indivíduos são fortalecidos, onde os grupos são vistos como dignos de confiança e competentes para enfrentar os problemas – tudo isto é inaudito na vida comum. Nossas escolas, nosso governo, nossos negócios estão permeados da visão de que nem o indivíduo nem o grupo são dignos de confiança. Deve existir poder sobre eles, poder para controlar. O sistema hierárquico é inerente a toda a nossa cultura (ROGERS, 1992, p. 66 apud BACICH; NETO; TREVISANI, 2015, p. 32).

Considerando estes aspectos, o processo educacional requer um Coordenador Pedagógico que estimule as discussões entre a equipe pedagógica e o protagonismo dos professores e alunos, mediando às ações entre os pares. Assim, é imprescindível na contemporaneidade um direcionamento no trabalho dos professores em ações que vão propiciar diferentes estratégias de ensino. Ações pedagógicas voltadas para propostas mais criativas, coletivas e colaborativas para superação das dificuldades que circundam a sala de aula no momento pandêmico e pós-pandêmico.

Ao longo dos últimos dois anos, o ensino remoto foi protagonista nas escolas e todos passaram a se adaptar à nova realidade. No ensino remoto e presencial, o uso de plataformas e ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, evidenciou o Ensino Híbrido, um conceito amplo, que considera a forma de aprender e ensinar de cada um como sendo diferentes, trabalha conteúdos à distância e há interação entre professor-aluno no ensino presencial e no remoto. Portanto, nessa condição, as tecnologias digitais são aliadas no processo de ensino e aprendizagem para desenvolver o potencial dos alunos.

Sobre o ensino remoto, Charles Holges (2020) descreve o seguinte:

[...] é uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instrução ou educação que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos combinados ou híbridos e que retornariam a esse formato assim que a crise ou emergência diminuisse. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas, sim, fornecer acesso temporário à instrução e suporte educacional de uma maneira que seja rápida de configurar e esteja disponível de forma confiável durante uma emergência ou crise (CHARLES HOLGES et al., 2020, p. 7).

Esta realidade fez com que a transformação digital acelerasse, com o retorno gradativo das aulas presenciais e com a inserção mais metodologias ativas personalizam a educação. As metodologias do Ensino Híbrido, após o retorno presencial, exigiram das instituições ações empreendedoras e desafiadoras nos ambientes educativos. O Ensino

Híbrido combina o processo educacional em vários espaços, tempos, métodos e metodologias estando, conseqüentemente, cada vez mais em destaque na educação.

Neste contexto, o Coordenador Pedagógico passa a ser um articulador e mediador de práticas pedagógicas inovadoras que norteiam o trabalho do corpo docente. Faz-se necessária à sua própria formação continuada dos profissionais da educação, principalmente em relação às tendências educacionais tecnológicas relativas a inovações na educação, uma vez que impactam no desempenho efetivo de sua atividade. Dessa forma, o Ensino Híbrido, que atualmente se apresenta como ferramenta complementar ao processo de ensino e aprendizagem, poderá tornar-se fator essencial no desenvolvimento das demandas educacionais.

Desta maneira, exploraremos a proposta para a mediação do Coordenador Pedagógico em prol da inclusão de docentes e discentes no processo de ensino e aprendizagem, marcada pela heterogeneidade. Por fim, analisaremos os desafios, contribuições e/ou pontos negativos a serem revistos, especificamente no contexto das escolas públicas de Uberaba. Refletiremos acerca das práticas cotidianas e procuraremos articulá-las com as novas tecnologias a partir do levantamento dos dados obtidos, apresentando, assim, as transformações significativas no processo de ensino e aprendizagem para docentes e discentes, pertinentes ao uso de novas tecnologias.

1.1 Aspectos históricos e constitutivos da identidade do Coordenador Pedagógico

Pode-se destacar inicialmente, que a Coordenação Pedagógica tem suas raízes históricas e conceituais na Supervisão Escolar. A Supervisão Escolar transpôs, historicamente, características administrativas e burocráticas das funções deste profissional, como um fiscal do trabalho do professor e um inspetor educacional. Pode-se resumir a evolução deste profissional retrocedendo os passos do surgimento da Supervisão Educacional e de formação de pedagogos no Brasil e no mundo, analisando o nascimento e as mudanças na constituição das suas funções e ações preceberam ao longo tempo.

Na Antiguidade, a ação supervisora era percebida como a vigilância, praticada por nobres e sacerdotes, em relação à vida escolar. Na Grécia Antiga, a ação supervisora consistia no acompanhamento, realizado por especialistas, do funcionamento dos espaços escolares; já em Roma, havia os censores que, além de possuírem atribuições relativas ao recenseamento, fiscalizavam os espaços escolares. Na Idade Moderna, surgiu o *inspetor de ensino*, que avaliava as tarefas pedagógicas do professor. O *inspetor técnico* apareceu com a Revolução Francesa, e tinha como

função promover o progresso educacional e vigiar a atividade do professor, visando melhorar o desempenho docente. (OLIVEIRA, 2013, p.05)

A Supervisão Educacional possui origens que denotam controle e fiscalização, preocupando-se com o funcionamento dos estabelecimentos escolares e com o trabalho dos professores. No termo epistemológico, tem-se ‘super’ (sobre) + ‘visão’ (ação de ver), ou seja, uma visão ampla e panorâmica, que se dava sobre o trabalho pedagógico desenvolvido, estando relacionada, ao menos em teoria, à visão panorâmica das ações promovidas no contexto educacional. Segundo Saviani (2003, p. 26), a função de Supervisor Escolar surge “[...] quando se quer emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições [...]”.

Esse profissional consistia no serviço de assessoramento de todas as atividades, necessidades e aspirações de educandos, com objetivo de controle. Com o tempo, pode-se perceber que o trabalho do supervisor, no decorrer da história, foi atingindo uma abrangência cada vez maior e tendo focos mais extensos dentro da escola. Nérici (1974, p. 29) afirma que a Supervisão Escolar é a “visão sobre todo o processo educativo, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e os objetivos específicos da própria escola”. Portanto, a Supervisão Educacional se configura historicamente a partir de uma preocupação com a formação de professores para o ensino secundário⁹, com currículos voltados para as disciplinas mais gerais. Outras disciplinas voltadas para fundamentos ligados às questões da educação, que correspondiam à formação do professor, era a conjugação de bacharelado e de licenciatura.

No Brasil, a proposta da Coordenação Pedagógica surgiu em meados de 1960, com vistas ao acompanhamento das atividades e ações desenvolvidas no âmbito escolar. Em termos de antecedentes históricos, essa figura pode estar associada às práticas da Companhia de Jesus e ao seu *Ratio Studiorum*¹⁰. Naturalmente, não adentraremos nessa seara, posto que escapa ao objetivo de nossa pesquisa. De qualquer modo, já no século XVIII, temos a organização do ambiente escolar dentro dos preceitos propagados pelos jesuítas, nos quais este profissional é tido como “Inspetor Escolar”, na função técnica e de controle, inspecionando e supervisionando o ensino e como os professores ministravam suas aulas. Este

⁹ O ensino secundário corresponde ao atual segundo segmento do ensino fundamental (Lei 9.394/96).

¹⁰ “Ratio Studiorum plano de estudos da Companhia de Jesus, aprovado em 1599 para ser adotado em todos os colégios jesuíticos, estabelecendo regras a serem seguidas por alunos e professores” (BITTAR, 2013, p. 225).

profissional teve um papel importante na educação brasileira em momentos cruciais ao longo do século XX.

A Supervisão Educacional foi criada num contexto de ditadura. A Lei 5.692/71 a instituiu como serviço específico da Escola de 1º e 2º graus (embora já existisse anteriormente). Sua função era, então, predominantemente tecnicista e controladora e, de certa forma, correspondia à militarização Escolar. No contexto da Doutrina de Segurança Nacional adotada em 1967 e no espírito do AI-5 (Ato Institucional n. 5) de 1968, foi feita a reforma universitária. Nela situa-se a reformulação do Curso de Pedagogia. Em 1969 era regulamentada a Reforma Universitária e é aprovado o parecer reformulador do Curso de Pedagogia. O mesmo prepara predominantemente, desde então, “generalistas”, com o título de especialistas da educação, mas pouco prepara para a prática da educação (URBAN, 1985, p. 5 apud VASCONCELOS, 2007, p. 86).

A Supervisão Educacional, criada no contexto da ditadura militar, era responsável por fiscalizar e controlar os professores, por meio de sua forte carga ideológica, orientando um indivíduo ou um determinado grupo para ações sociais, educacionais e políticas. Podemos perceber que a Coordenação Pedagógica, ao longo da história da educação brasileira, inicialmente caracterizada como “Supervisão”, apresentava-se como funções de vigilância, e tendo várias nomenclaturas ao longo de sua formação identitária, como definida por Pinto (2011):

A função de coordenação pedagógica nas escolas é marcada por um conjunto de expressões para designar o mesmo trabalho desenvolvido pelo pedagogo ao acompanhar as atividades do corpo docente. São elas: supervisão pedagógica, supervisão educacional, supervisão escolar, assistência pedagógica e orientação pedagógica. Essa variação na nomenclatura da função, encontrada em diferentes estados e municípios, é ainda mais confusa por corresponder, em muitos lugares, às funções assumidas pelo pedagogo que atua fora das escolas em diferentes instâncias do sistema estadual ou municipal das Secretarias da Educação (PINTO, 2011, p. 80).

O surgimento das especialidades marca o funcionamento dos estabelecimentos escolares neste período. Vale destacar que a Supervisor Educacional possuía a função de fiscalizar os professores e era balizada pela LDB, nº. 5.692/71, outorgada em pleno regime militar.

Na atualidade, o Coordenador Pedagógico, o denominado ‘Bacharel Pedagogo’, atuava em relação aos sistemas educacionais, no acompanhamento e verificação da eficácia do sistema escolar. Neste processo de evolução histórica e profissional, a partir da década de 70 é criado um panorama de “Especialistas em Educação”, desdobrados em quatro especialidades: “Supervisor Educacional”, “Orientador Educacional”, “Administrador Escolar” e o “Inspetor Escolar”.

Em seu texto, especificamente no Capítulo V, art. 33, a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 fortifica a responsabilidade do profissional no que diz respeito à prática:

Institucionaliza a supervisão, ao referir-se à formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas em educação. A supervisão passa a introduzir modelos e técnicas pedagógicas atualizadas; o supervisor, contudo, não perde o vínculo com o poder administrativo das escolas. Agora o seu papel é o de assegurar o sucesso no exercício das atividades docentes, professores, regentes de classe. O supervisor escolar possui legalmente um poder instituído que determina suas ações frente ao corpo docente e à proposta pedagógica da escola, e a partir de então, sendo reconhecido como profissional da educação, passando a ter suas atribuições definidas pelos órgãos superiores (BRASIL, Capítulo V).

Segundo Paulo Freire (1998), a Educação Libertadora¹¹ passou a inspirar novos conceitos que orientam uma nova sociedade baseada nos princípios de liberdade, de participação e de busca pela autonomia. E a transição da supervisão para Coordenação Pedagógica se iniciou neste período com a criação de Associações de Supervisores¹², destinadas à reestruturação do trabalho pedagógico que estava sendo implantado no sistema educacional brasileiro, marcado pela luta por profissionalização do magistério e reconhecimento dos direitos e deveres desses trabalhadores. Paulo Freire, em suas análises, destaca que é necessário ter equilíbrio entre o que foi vivenciado no passado e ter um olhar crítico construtivo no presente para aprimorar as ações no futuro, e nesta linha de raciocínio é importante compreender que não haveria abordagem inteiramente reprodutora, conservadora e revolucionária, mas sempre é necessário um equilíbrio entre esses determinantes.

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la. Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne; mas, neste caso, se as suporta com resignação, se busca conciliá-las mais com práticas de submissão que de luta. [...]. A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação (FREIRE, 1979, p. 22).

O papel do supervisor pedagógico, viabilizado pelos movimentos democráticos na década de 80, foi, aos poucos, substituído pelo do Coordenador Pedagógico. Destes movimentos, conflitos e críticas, emergiu a ideia de uma supervisão como práxis, sem distinção de especialidades, um Supervisor Educacional que se apresenta como aliado do professor, que atua em sintonia com a equipe técnico-pedagógica da escola e não é um antagonista do administrador, mas um profissional que contribui para esse processo

¹¹ A educação libertadora ou problematizadora estimula o aluno a participar ativamente na hora de aprender e principalmente a questionar a realidade.

¹² Associação Mineira de Ação Educacional - AMAE, com o objetivo de discutir o Documento - Base do Plano Estadual de Implantação do Regime de Ensino proposto pela Lei 5.692/71.

educacional. Um profissional que atua junto aos demais especialistas em educação em relação ao cotidiano da escola, à prática social, às ideias democráticas, de transformação e inovação. Alonso (2003) afirma que a Supervisão:

Vai muito além de um trabalho meramente técnico-pedagógico, como é entendido com frequência, uma vez que implica uma ação planejada e organizada a partir de objetivos muito claros, assumidos por todo o pessoal escolar, com vistas ao fortalecimento do grupo e ao seu posicionamento responsável frente ao trabalho educativo (ALONSO, 2003, p. 175).

Esta análise sobre a evolução técnica profissional do Supervisor Educacional coloca em destaque a práxis, na relação da teoria e prática das funções realizadas pelo Coordenador Pedagógico. Há que se ter um olhar de pesquisador na práxis de Coordenadores Pedagógicos frente às evoluções históricas e construtivas, a fim de subsidiar a prática evolutiva nas escolas; refletir e compreender seu papel diante das demandas burocráticas e pedagógicas; ressignificar e reconstruir a sua identidade, em uma perspectiva desenvolvimentista, historicamente inserida em um contexto social, político e institucional.

Constatamos que a história deste profissional é relativamente recente, consolidando-se a partir dos anos de 1980, e visava à substituição da Supervisão Pedagógica, a qual tinha a função de fiscal em sala de aula e ancorava-se na Lei Federal, nº. 5.692/71. Nos anos de 1990, a função deste profissional legalizada no Conselho Federal de Educação no Parecer 252/69, passou por uma legitimação da sua função reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/1996, Título VI, que trata dos profissionais de educação, assumindo um papel de articulador dentro do espaço escolar.

Nesse momento, surge à figura do Coordenador Pedagógico, acoplando as funções do Supervisor Educacional e do Orientador Educacional, criando uma imagem única na escola. Essa nova nomenclatura não desmerece as funções do Supervisor Educacional e do Orientador Educacional, que são definidas pelas legislações estaduais ou municipais, dependendo do sistema de ensino de cada escola - pois cada profissional da escola tem seus princípios e atribuições próprias.

Os muitos desafios e dificuldades enfrentados nesta função ao longo dos tempos como desviam de funções e trabalho direcionado especificamente ao burocrático, levaram aos questionamentos sobre a identidade do Coordenador Pedagógico, trazendo a reflexão sobre sua formação, num aspecto contínuo e permanente, na construção de uma prática profissional. Nesse sentido, o autor afirma que:

A teoria em si [...] não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação [...]. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 206/207).

Compreende-se, ainda, a formação dos coordenadores, pois pensar sobre a formação numa perspectiva continuada e permanente diz muito sobre um profissional, seja qual for sua área. Esse desejo por formar-se permanentemente influencia diretamente na construção da identidade desses profissionais. Segundo Almeida, cabe ao coordenador “acompanhar o projeto pedagógico, formar professores, partilhar suas ações; também é importante que compreenda as reais relações dessa posição” (ALMEIDA, 2010, p.74).

Em virtude das mudanças de paradigmas e das transformações tecnológicas e metodológicas na educação, houve também alterações das funções do supervisor para o Coordenador Pedagógico, ou seja, uma reconstrução diária de um novo perfil e de uma nova identidade, agora auxiliando na articulação do processo de ensino e aprendizagem e organizando ações pedagógicas.

1.2 A Coordenação Pedagógica e o contexto atual: demandas e atribuições pautadas em valores éticos

A partir da década de 90, época de promulgação da nova LDB, com ênfase na formação do Coordenador Pedagógico, têm-se contribuições especificamente nas ações e nos trabalhos com o professor; trabalhos voltados para o processo de ensinar e aprender, identificar as necessidades, as satisfações, as dúvidas do professor e instruir nas soluções de possíveis dificuldades que vão surgindo no fazer cotidiano.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, n. 9.394/96, art. 64, a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica é feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantindo nessa formação a base comum nacional. Libâneo (2015) destaca algumas características para o ato de coordenar/supervisionar:

a coordenação é um aspecto da direção, significando a articulação e a convergência do esforço de cada integrante de um grupo visando a atingir os objetivos. Quem

coordena tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas pessoas (LIBÂNEO, 2015, p. 215).

Espera-se, nesta perspectiva, que o Coordenador Pedagógico atue como um profissional com a capacidade de perceber as dificuldades e saná-las em comum acordo com o professor, estando dispostos a dar um novo significado aos conhecimentos em coletivo e a aprender a aprender. Tais ações têm muito a contribuir para melhorar a educação e, por conseguinte, a aprendizagem dos alunos e a relação com toda a comunidade que está envolvida nesse processo.

Ao gerir a prática pedagógica do professor, esse profissional assume as seguintes atribuições:

Acolher o professor em sua realidade, em suas angústias; Fazer a crítica dos acontecimentos, ajudando a compreender a própria participação do professor no problema, a perceber as suas contradições (e não acobertá-las); Trabalhar em cima da ideia de processo de transformação; Buscar caminhos alternativos; fornecer materiais; provocar para o avanço; Acompanhar a caminhada no seu conjunto, nas suas várias dimensões (VASCONCELLOS, 2007, p. 89).

Portanto, são funções permeadas por ações sociais e do trabalho educativo substanciado, sobretudo na relação professor e aluno. Além de fazer valer os princípios da educação, o Coordenador Pedagógico deve dar também suporte técnico e atuar como parceiro do educador e da escola. As atribuições gerais¹³ do coordenador na Legislação Municipal de Uberaba descrevem que esse profissional deve propor articular e mediar às propostas pedagógicas das escolas com as políticas educacionais e ajudar a escola a construir sua identidade e compartilhar responsabilidade, sendo especificadas da seguinte forma:

I - Acompanhar o docente na organização de suas atividades diárias de planejamento, execução e avaliação, favorecendo a melhoria do processo ensino-aprendizagem e da qualidade de ensino proposto para a escola pública; II - Coordenar, de forma participativa, o processo de formação continuada em serviço a partir das necessidades da unidade escolar assegurando a sintonia com a prática pedagógica e com as demandas da comunidade educativa; III - Organizar, no âmbito da unidade, o processo de avaliação interna e externa da aprendizagem dos alunos, bem como a análise dos resultados de forma a alcançar a efetividade no processo ensino aprendizagem, redirecionando as ações, conforme diagnóstico e análise decorrentes das avaliações; IV - Planejar, executar e assegurar as condições necessárias para a efetividade e a produtividade nos espaços formais de atendimento aos docentes; V - Participar de forma ética, responsável e coletiva com a equipe

¹³ A Lei Complementar Nº 501, de 09/09/2015 (Regulamentada pelo Decreto nº 5581/2020) dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Lei Complementar nº 594/2019, área de atuação, atribuições e requisitos para ingresso nos Cargos da Carreira dos Profissionais do Magistério a que se refere o Artigo 3º, da Lei Complementar nº 501, de 09 de setembro de 2015 e regulamentada pelo decreto nº 5581/2020, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências conforme a descrição específica.

dirigente dos processos de avaliação de desempenho; VI - Orientar, em parceria com a equipe gestora, os pais dos educandos para uma efetiva parceria na construção do processo educativo-pedagógico; VII - Orientar os docentes quanto ao exercício de suas atribuições, conforme o Regimento Comum das Escolas Municipais; VIII - assegurar a qualidade do processo educativo pedagógico zelando pelas metas propostas no Projeto Político Pedagógico; IX - Cumprir o Regimento Escolar; X - Exercer outras atividades correlatas. 3.4 - Requisitos para ingresso: Nível Superior em cursos de licenciatura em Pedagogia, nos termos da legislação vigente, ou Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, ou licenciatura em qualquer área da Educação com Especialização em Supervisão Escolar; (...) (UBERABA, 2020, p.10).

As demandas do Coordenador Pedagógico perpassam por atribuições básicas em qualquer nível de ensino que atue. Algumas das funções mais importantes são: garantir a formação pedagógica continuada dos professores, orientando e ajudando a sua prática em sala de aula; verificar sempre a conexão com a teoria e com a prática no cotidiano; organizar ações pedagógicas, como conselho de classe; analisar o processo de aprendizagem dos alunos e sua frequência; propor e analisar os projetos na escola, realizando e elo entre os projetos de forma multi e interdisciplinar; orientar e auxiliar os professores em suas especificidades; verificar dificuldades e propor estratégias para solucioná-las; fazer a ponte de comunicação entre todos os envolvidos no processo educacional, conversando com pais e alunos sobre suas atividades cotidianas e sociais, atenta as diversas demandas que, por ventura, atrapalhe o processo de aprendizagem; inserir novas formas de pensar as práticas escolares, pois cada um aprende à sua maneira, identificando as falhas cognitivas e sociais que afetam a aprendizagem; liderar a equipe pedagógica na escola, articulando todo o processo educacional; avaliar o processo de ensino e aprendizagem em conjunto com os seus pares e as práticas realizadas pelos educadores; estruturar o Projeto Político Pedagógico da escola e o calendário escolar, esboçando e planejando, juntamente com a equipe gestora¹⁴, todas as ações que serão realizadas durante o ano, como reuniões de pais, avaliações, atividades festivas, conselhos de classes e outras ações didáticas- pedagógicas.

Outra ação cotidiana do Coordenador Pedagógico é a resolução de conflitos, que são sanados, em sua maioria, por este profissional, quando essa situação interfere no bem-estar do professor e do aluno e nas suas relações interpessoais. Profissional que realiza ações de forma ética, responsável e coletiva com a equipe dirigente e com os professores, de maneira planejada e com objetivos específicos. Dentre suas funções, está a integração das ações pedagógicas realizadas por toda a comunidade escolar; traçar e alinhar as formações continuadas; possibilitar e direcionar o trabalho em sala de aula; mediar e apoiar

¹⁴ A equipe gestora é responsável pela área administrativa e pedagógica, formada pelo diretor, vice-diretor, coordenadores pedagógicos e inspetores.

constantemente os professores na melhoria da prática pedagógica em sala de aula ou no ambiente escolar; encontrar mecanismos de verificação da aprendizagem; auxiliar na solução das dificuldades detectadas tanto pelos professores quanto pelos alunos do Ensino Fundamental.

Acompanhar também o desenvolvimento da avaliação da aprendizagem, no diagnóstico do desempenho de todos os agentes envolvidos, com intuito de detectar e visualizar os problemas pedagógicos enfrentados pelos professores e dificuldades de aprendizagem dos alunos. Ao identificar estas dificuldades, refletir e encaminhar propostas para solucionar as dificuldades de leitura, escrita, interpretação e outras que possam surgir no espaço escolar devem ser construídas, discutidas e implementadas.

Ao envolver a equipe no diálogo e na participação das decisões pedagógicas para a unidade escolar, deverá considerar as experiências, os interesses e a forma didática de cada docente, a fim de que o próprio ator deste processo faça uma autorreflexão da teoria e da prática, e deve, neste processo, disponibilizar recursos para que o mesmo possa modificá-las como forma de obter a qualidade do processo educativo. Conforme afirma Placco e Almeida:

Uma função fundamental do Coordenador Pedagógico é cuidar da formação e do desenvolvimento profissional dos professores. É fundamental pensar a formação como superação da fragmentação entre teoria e prática, entre escola e prática docente, de modo que as dimensões da sincronicidade possam se revelar e integrar, na compreensão ampliada de si mesmo, do processo de ensino e aprendizagem e das relações sociais da e na escola, síntese da formação e da prática docente como momentos com peculiaridades e especificidades que provocam contínua mudança nos professores e em sua prática (PLACCO; ALMEIDA, 2003, p. 57-58).

Na comunidade escolar, tem a função de auxiliar na reflexão e provocar transformações no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, deve direcionar a atuação didática, propor tanto a análise em coletivo das necessidades de aprendizagem dos alunos e do currículo escolar quanto um trabalho interdisciplinar e em grupo, de forma a respeitar as diferenças, características e posicionamentos de cada indivíduo.

Nesse processo educacional, o Coordenador Pedagógico tem que adaptar-se às constantes mudanças de paradigmas. Sendo assim, é preciso analisar as atribuições concretizadas e o conjunto de ações adotadas para intervir no processo de ensino e aprendizagem com os professores. Libâneo (2015) referenda as funções como uma ação contínua e cotidiana, que tem por objetivo pré-estabelecido o processo de ensino e aprendizagem. Para ele,

As funções de coordenação podem ser sintetizadas nesta formulação: planejar, coordenar, gerir e acompanhar e avaliar todas as atividades Pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, visando atingir níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens dos alunos (LIBÂNEO, 2015, p. 181).

Observamos que o Coordenador Pedagógico dá sentido à sua prática de intervenção pedagógica, pautado no direcionamento de novas formas educacionais, que deve, antes de tudo, propor formações continuada dos educadores. Sobre o aspecto citado anteriormente, Placco (2003, p. 47) aponta que “refletir sobre o cotidiano, questioná-lo e equacioná-lo podem ser importantes movimentos para que transforme e faça avançar sua ação e a dos demais educadores da escola”.

Ao propor a formação continuada dos educadores, o Coordenador Pedagógico deve propor ações voltadas para a atuação em diferentes áreas e espaços na escola, com função de mediar, auxiliar na compressão das propostas curriculares, proporcionar autonomia didática aos professores, operacionalizar e viabilizar a interação dos alunos com a proposta de trabalho. Segundo Libâneo,

O Coordenador Pedagógico não é “tomador de conta dos professores”, nem “testa de ferro” das autoridades de diferentes órgãos do sistema, ele tem uma função mediadora, no sentido de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os professores elaborem seus próprios sentidos, deixando de conjugar o verbo cumprir obrigações curriculares e passando a conjugar os verbos aceitar, trabalhar, operacionalizar determinadas propostas, porque estas estão de acordo com suas crenças e compromissos sobre a escola e o aluno, e rejeitar as que lhes parecem inadequadas como proposta de trabalho para aqueles alunos, aquela escola, aquele momento histórico (LIBÂNEO, 2001, p. 200).

A busca constante de melhoria da prática pedagógica e de conhecimentos aliada a formação continuada dos professores para melhoria da sua atuação direciona o Coordenador Pedagógico a um processo crítico-coletivo-reflexivo, que por sua vez auxilia-o na sua construção e na ressignificação da sua identidade profissional e intelectual. Assim, esse profissional estará atuando de forma comprometida com a formação de sua equipe, sob uma nova perspectiva, busca de inovações, sendo um agente protagonista da mudança na prática educacional. De acordo com o que diz Placco,

O Coordenador pode ser um dos agentes de mudança das práticas dos professores mediante as articulações externas que realiza entre estes, num movimento de interações permeadas por valores convicções, atitudes; e por meio de suas articulações internas, que sua ação desencadeia nos professores, ao mobilizar suas dimensões políticas, humano-interacionais e técnicas, reveladas em sua prática. É um processo que aponta para dois movimentos: um interno/subjetivo, que se dá na pessoa do professor, ao tomar consciência de sua sincronidade; e outro externo/objetivo, que se dá pela mediação do Coordenador via formação continuada.

O Coordenador, quando planeja suas ações, atribui um sentido a seu trabalho (dimensão ética) e destina-lhe uma finalidade (dimensão política) e, nesse processo de planejamento, explicita seus valores, organiza seus saberes para realizar suas intenções político-educacionais (PLACCO, 2001, p. 20).

Esse profissional da educação, ao planejar suas ações e realizar o direcionamento das ações pedagógicas, atribui finalidade ao processo de formação e prioriza as necessidades, bem como a construção de novos saberes. A experiência e os conhecimentos adquiridos nesta caminhada educacional auxiliam na orientação da gestão educacional dos professores, da prática realizada por eles e na inserção das novas metodologias, a partir da nova realidade tecnológica no cotidiano escolar.

Alguns aspectos são essenciais para um melhor desempenho desse cargo, fortalecendo e dando legitimidade às ações e à atuação vivenciada pelo coordenador. Atuar na coordenação pedagógica envolve atuar em diversas situações da escola, apoiando os docentes e discentes para o êxito dos processos de ensino e aprendizagem. Além dessas premissas mencionadas anteriormente, o trabalho pedagógico possui também a finalidade de potencializar as relações interpessoais por meio do diálogo, direcionar o planejamento, e desenvolver ações avaliativas e investigativas do processo educacional.

Logo, dentre as suas atribuições, a formação continuada é, nesta conjuntura, uma ação de destaque em virtude das novas demandas. Portanto, usaremos nos referenciais teóricos autores que fornecerão uma perspectiva sobre o papel do Coordenador Pedagógico dentro da escola, obras vinculadas à ação no contexto da escola, a fim de compreender os conceitos que envolvem essas ações relevantes que inflam e potencializam o processo de ensino. Placco salienta que

Não podemos perder de vista que lidar com o planejamento, com o desenvolvimento profissional e a formação do educador, com as relações sociais e interpessoais existentes na escola é lidar com a complexidade do humano, com a formação de um ser humano que pode ser sujeito da transformação de si e da realidade, realizando, ele mesmo, essa formação, como resultado de sua intencionalidade (PLACCO, 2008, p. 59).

Tudo isso sem ignorar os desafios enfrentados pelos profissionais na Coordenação Pedagógica e participando, assim, cotidianamente na formação e planejamento das atividades docentes.

Assim, seguindo a contribuição de António Nóvoa e Alvarado Prada, encontramos reflexões que vão ao encontro da nossa perspectiva neste trabalho. Ora, ao se referir à necessidade de “construir novas propostas e abrir debates que problematizam a formação continuada de professores no que tem a ver com concepções e práticas culturais, políticas,

acadêmicas dessa formação” (PRADA, 2011, p. 03), explicita-se a necessidade da construção do saber e do saber fazer no processo de atuação profissional do Coordenador Pedagógico.

O Coordenador Pedagógico configura-se elemento fundamental para o processo educativo e para a qualidade de ensino na instituição escolar, especialmente ao acompanhar o processo pedagógico, isto é, na aplicação e no desenvolvimento das políticas públicas, no planejamento das aulas, nas ações para a formação continuada dos professores e em outras demandas pertinentes às suas funções. As múltiplas funções deste profissional, trabalho coletivo com todos da unidade escolar e em diversos espaços na instituição e na comunidade escolar, por vezes leva a vivências estressantes, desordenadas e imediatistas, que resultam em resultados inesperados e ineficientes, como meios para a construção e reconstrução de ações, que resultem em parcerias positivas para o processo de ensino e aprendizagem.

Paralelamente, desenvolve e articula processos pedagógicos mediante o planejamento e o desenvolvimento das demandas previamente organizadas e das políticas públicas propostas pela instituição responsável, de acordo com sua característica pedagógico-social.

Cada escola tem características pedagógico-sociais irredutíveis quando se trata de buscar soluções para os problemas que vive. A realidade de cada escola - não buscada por meio de inúteis e pretensiosas tentativas de "diagnóstico" - mas tal como é sentida e vivenciada por alunos, pais e professores é o único ponto de partida para um real e adequado esforço de melhoria. Nessas condições, é preciso que no âmbito de cada escola - e com a colaboração de todos os recursos da comunidade - sejam explicitados os problemas que impedem a melhoria do ensino e formuladas as suas possíveis soluções. Cada escola deve, pois, ter o seu próprio plano de melhoria, que não será mais do que o seu próprio esforço em corrigir as distorções e os desacertos técnicos, bem como em remover ou atenuar os impedimentos socioeconômicos de origem extraescolar que embaraçam uma ação educativa eficaz (AZANHA, 1983, p. 3).

A Formação Continuada em Serviço (FCS) realizada coloca em destaque a sua posição como um elemento fundamental e descentralizador do ensino-aprendizagem dentro e fora da instituição de ensino.

Além de todas as atividades relacionadas ao cargo, deve ser gestor pedagógico e formador profissional, gerindo as relações interpessoais conexas ao ambiente escolar.

Sendo assim, deve atuar mediante interação, viabilidade, integração e ações articuladas e direcionadas aos professores e alunos. Integração esta que possui por princípio básico a assistência pedagógica da prática educacional e propõe o amparo didático às novas situações de aprendizagem vivenciadas, além de coordenar os relacionamentos interpessoais, para o efetivo desempenho das atividades nos diversos âmbitos escolares.

Segundo Franco (2008), as atribuições do cargo desse profissional da educação são complexas por envolver posicionamentos político, pedagógico, administrativo e pessoal. Assim, nesse encadeamento de ações pedagógicas, essa atuação necessita de ética, compromisso e profissionais versados em pressupostos pedagógicos com objetivo de reunir os conhecimentos que compartilham os mesmos objetos de estudo, facilitando a comunicação e o desenvolvimento de uma prática escolar integradora e crítica, o que poderá resultar em um proveitoso desenvolvimento profissional e educacional com o aporte das novas tecnologias.

Tais ações, associadas às novas culturas digitais, frente a uma sociedade extremamente globalizada, permitirão a inclusão e o auxílio na condução da equipe pedagógica na elaboração das estratégias e servirão de suporte para o professor por meio de dados, informações e, conseqüentemente, novos conhecimentos.

As novas tecnologias passam a fazer parte do cotidiano dos professores que se utilizam dela para dinamizar suas aulas com ricos exemplos que complementam as informações dos livros didáticos e que contribuem para o entendimento dos alunos, com base na inserção da tecnologia como instrumento de mediação qualitativa no ensino-aprendizagem (SANDRE, 2018, p. 01).

Nesta seqüência de funções, pode-se destacar ainda a responsabilidade pelas atividades curriculares da instituição, ao realizar uma grande variedade de atividades: gerir e organizar o ambiente escolar, planejar, elaborar e realizar o Projeto Político Pedagógico, coordenar as reuniões pedagógicas semanais, acompanhar o trabalho dos professores, delinear projetos, diagnosticar e avaliar as dificuldades de aprendizagem, propor medidas preventivas, adequar conteúdos e acompanhar o processo avaliativo interno e externo.

Além destas funções, podemos listar ainda a participação de forma ética, responsável e coletiva com a equipe dirigente dos processos de avaliação de desempenho do professor; assistência pedagógico-didática na escolha do livro didático e outras metodologias e materiais pedagógicos; orientação das práticas em sala de aula de forma crítica e construtiva para elevação do nível de qualidade do ensino-aprendizagem; prevenção da exclusão e promoção da inclusão, desenvolvendo as competências crítico-reflexivas que viabilizem a convergência entre o refletir e agir de maneira consciente.

1.3 Abordagens do cenário pandêmico e a práxis do Coordenador Pedagógico

Desde o ano de 2020, diante da mudança do ensino presencial para o ensino remoto em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19), o trabalho do Coordenador Pedagógico enfrentou e enfrenta impactos estruturais, profissionais e emocionais. Diante deste cenário,

foi necessário realizar, ao mesmo tempo, ações didático-pedagógicas, promover a reestruturação do Projeto Político Pedagógico e articular as relações interpessoais e a formação continuada dos professores, visando minimizar as dificuldades enfrentadas pelos docentes e discentes.

Além das ações citadas, possui a função de direcionar e ajudar o professor na organização do conteúdo na sala de aula e, posteriormente, de viabilizar o uso dos *sites* e/ou *links* para que pudessem buscar informação e interagir, por meio de fóruns, *chats*, dentre outros, como forma de transpor o momento presencial para o virtual, potencializando o ensino e aprendizagem e construindo conceitos e/ou habilidades.

A pandemia exigiu uma nova forma de refletir sobre o currículo escolar e de ampliar as metodologias e ações didáticas e pedagógicas, mais voltadas para a realidade vivenciada. Os educadores passaram a conhecer a realidade social do seu aluno e a contribuir para uma formação educacional não apenas de conteúdos, mas também de habilidades socioemocionais.

A educação pós-pandemia se apresenta como um novo momento para que professores e alunos vivenciem novas habilidades, novas propostas de trabalho e um futuro que valorize as relações entre alunos e professores, além de propiciar a aproximação das pessoas, sem abrir mão das conquistas e aprendizagens do período pandêmico. Daí que,

Revisitando teorias pedagógicas, inserindo as tecnologias digitais na construção de um encaminhamento metodológico que tenha como objetivo valorizar a integração do ensino on-line ao currículo escolar e, ao mesmo tempo, valorizando as relações interpessoais e a construção coletiva do conhecimento, os modelos de ensino híbrido, de certa forma, organizam uma metodologia que engloba diferentes vertentes e que tem como objetivo principal encontrar maneiras de fazer o aluno aprender mais e melhor (BACICH; NETO; MELLO, 2015, p. 50).

Na atualidade, as metodologias são mais ativas, participativas e adaptáveis aos alunos, pois com o avanço tecnológico houve inúmeras possibilidades de aprender e ensinar, readaptar e melhorar as formas convencionais praticadas na educação. É importante destacar que os recursos tecnológicos não são responsáveis pelo ensino e aprendizagem, mas a forma como é aplicada e mediada pelo professor. Percebe-se que o processo educacional está em mutação, e a escola e os profissionais da educação acompanham a organização educacional de maneira significativa, inovadora tanto no ambiente presencial como *on-line*, por meio de recursos digitais.

Em um momento de quebra de paradigmas, não se deve simplesmente propor ações, mas sim criar estratégias para que o processo educacional vivenciado pela atualidade proporcione um fortalecimento da educação. Faz-se necessário ampliar os espaços de

elaboração de atividades, promover habilidades, abandonar os preconceitos e aprender a transitar no virtual e a transformar a prática de ensino. Nesse sentido,

Uma educação inovadora se apoia em um conjunto de propostas com alguns grandes eixos que lhe servem de guia e de base: o conhecimento integrador e inovador; o desenvolvimento da autoestima e do autoconhecimento (valorização de todos); a formação de alunos empreendedores (criativos, com iniciativa) e a construção de alunos cidadãos (com valores individuais e sociais). São pilares que, com o apoio de tecnologias móveis, poderão tornar o processo de ensino-aprendizagem muito mais flexível, integrado, empreendedor e inovador (MORAN, 2013, p. 13).

Portanto, como mencionado anteriormente, ações que tornam o processo de ensino e aprendizagem mais flexível e empreendedor, relacionado com a apropriação da competência intelectual e profissional de toda a comunidade escolar, baseado em uma formação que leve ao desenvolvimento e à mudança na prática pedagógica no ambiente escolar.

Vivemos em um período de constantes mudanças no processo de ensino-aprendizagem, mutações tecnológicas, transformações sociais, emocionais e políticas que modificam a sociedade e que atingem especificamente a educação, o que impulsiona e desafia os educadores a aplicar um ensino mais participativo e integrado mesclado com metodologias do ensino tradicional. As tecnologias digitais modificam o formato da educação, tanto no formato presencial, quanto no formato à distância. No sistema presencial, desarraiga a concepção de localidade e temporalidade. Pode-se aprender e ensinar em diferentes lugares e tempos e *on-line* e *off-line*. No sistema de ensino à distância, é possível ter uma estabilidade entre o aprender individual e de maneira coletiva e colaborativa, mais flexível e de acordo com cada indivíduo.

O sucesso pedagógico não depende somente de tecnologias, mas sim do compromisso e das interações do professor ao mesclar diferentes áreas do saber, teoria e prática direcionadas didaticamente. De acordo com Moran, a gestão das tecnologias pelas instituições passa por três etapas:

As tecnologias digitais facilitam a pesquisa, a comunicação e a divulgação em rede. A gestão das tecnologias pelas escolas passa por três etapas, até o momento. Na primeira, as tecnologias são utilizadas para melhorar o que já se vinha fazendo, como o desempenho, a gestão, para automatizar processos e diminuir custos. Na segunda etapa, a escola insere parcialmente as tecnologias no projeto educacional. Cria uma página na internet ou um portal com algumas ferramentas de pesquisa e comunicação, divulga textos e endereços interessantes, desenvolve alguns projetos, algumas atividades no laboratório de informática, introduz aos poucos as tecnologias móveis, mas mantém intocada a estrutura de aulas, as disciplinas e os horários. Na terceira etapa, com o amadurecimento de sua implantação e o avanço da integração das tecnologias móveis, escolas e universidades repensam seu projeto pedagógico, seu plano estratégico, e introduzem mudanças metodológicas e curriculares significativas, como a flexibilização parcial do currículo, com atividades a distância combinadas às presenciais (MORAN, 2013, p. 36).

Caberia à equipe gestora da instituição incentivar o uso das tecnologias como suporte e apoio do desenvolvimento do processo de ensino que envolve pesquisa, interação, colaboração, ferramentas diversas, criatividade e produção compartilhada. Dentre os desafios que o uso de tecnologias cada vez mais complexas e dinâmicas implica capacidade de se avaliar e se adaptar a ritmos diferentes. Para tanto, mudanças são necessárias na educação presencial, com a inserção das metodologias ativas e do Ensino Híbrido, focado no desenvolvimento das habilidades realizadas tanto de maneira individual como em grupos *on-line* e *off-line*, para promover a aprendizagem colaborativa e personalizada. Desse modo, a formação dos professores e as políticas públicas são indispensáveis.

Ao analisar as novas perspectivas, é essencial realizar, estruturar e planejar as novas formas de ensinar e aprender, com destaque no ensino e aprendizagem no formato híbrido, com vistas à formação humana integral. O Ensino Híbrido pode ser usado como recurso para suprir uma necessidade ou uma dificuldade na aprendizagem, permitindo adição de conteúdos extras e ampliação da aprendizagem dos alunos que já conseguiram compreender o que foi ensinado.

A partir de um novo paradigma educacional, propor ações para aperfeiçoar os ambientes educacionais, estabelecer uma metodologia que descentraliza o papel do professor como único responsável pela construção do conhecimento e valorizar o saber e fazer discente faz-se necessário. Dessa maneira, todos os atores passam a ocupar a posição de sujeito na construção do repertório intelectual, afetivo, social e ético. Em síntese, o Coordenador Pedagógico pode adquirir um caráter mediador no processo de ensino e aprendizagem, na medida em que se mostra efetivamente atuante na prática pedagógica de uma gestão articulada, tendo em vista a realidade da escola e com uma visão social e histórica contextualizada.

Seja no momento pandêmico ou pós-pandêmico, os profissionais da escola trabalharam e trabalham em diversos cenários e com múltiplas alternativas, propostas criativas e colaborativas para a superação das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, como intervenções e orientações no plano semanal, análise das atividades práticas desenvolvidas e incentivo na formação técnico-profissional.

O trabalho do Coordenador Pedagógico, dado esse cenário, enfrenta impactos, tanto no aspecto profissional como emocional, como por exemplo, liderar e readequar as ações previstas no Projeto Político Pedagógico, e ao adequar os temas da formação continuada dos

professores à realidade emergencial, em virtude de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Ao refletir sobre os enfrentamentos dos impactos da pandemia nos processos escolares, percebe-se que há uma mudança no aspecto profissional e de identidade do Coordenador Pedagógico no contexto educacional.

O ensino no período pandêmico evidenciou o papel do Coordenador Pedagógico e sua participação, mobilização e apoio pedagógico e social com as famílias. A proposta de ensino remoto e a articulação de diferentes ferramentas tecnológicas expuseram diferentes vertentes e questionamentos sobre o ensino, aprendizagem, avaliação e acompanhamento processual dos alunos e professores, sendo necessária a adaptação profissional e estrutural tanto dos professores e alunos para acompanhamento diário.

O Coordenador Pedagógico, nessa “práxis”, se constitui de múltiplas e complexas funções e, ao mesmo tempo, desenvolve ações práticas ao propor um plano de ação e a formação dos professores.

Sendo assim, é um profissional que se apresenta nesse contexto mutável e incerto, vivenciando suas próprias dificuldades afetivas, emocionais, tecnológicas e estruturais, que se reinventa para auxiliar os professores e alunos, criando uma nova identidade para nortear e objetivar suas ações. Assim,

Diante de uma situação de crise, em que parece que o que fazíamos antes já não faz mais sentido, e que precisamos INVENTAR novas formas de atuar, abandonando o que já sabemos, nossa experiência, o que acreditamos; na verdade, o que precisamos é REINVENTAR nossas práticas e experiências, voltando a elas, analisando-as e extraíndo o que oferecem que pode nos auxiliar a enfrentar a atual situação. Ou seja, trata-se, portanto, de não ter medo de olhar DENTRO de nossas ações, enxergar o que não está mais funcionando, e, por mais que estejamos apegados a determinados formatos e encaminhamentos, a planos "bem desenhados, perfeitos", nos afastarmos para poder colocar outros no lugar. E fazer isso juntamente com os outros, atores e autores dessas práticas, é fundamental, pois o trabalho é grande, e, às vezes, a frustração é maior ainda (PLACCO; ALMEIDA, 2021, p. 19).

Portanto, são necessárias ações e práticas educativas que consideram a demanda atual tanto dos professores quanto dos alunos e famílias para construção de uma identidade profissional baseada na formação continuada. Considerar que diferentes ações e práticas exercidas no cotidiano evidencia a sobrecarga de afazeres e, a cada dia, lhe são atribuídas novas demandas no cotidiano. Cabe a “ele” priorizar e, de certa forma, elencar no Projeto Político Pedagógico e no seu planejamento anual as atribuições e utilizar o plano de ação como um instrumento norteador.

No contexto do Ensino Híbrido, o Coordenador Pedagógico, em sua rotina, para facilitar as demandas e ações do professor, precisou se reinventar e inventar novas práticas e experiências. Em um cenário idealizado, mas com certa efetividade, ele tornou-se um inspirador e exemplo para a equipe, devendo constantemente se auto avaliar, desenvolver ações com um propósito, reavaliar seu plano de ação e desenvolver as demandas específicas, tais como as da Secretaria Municipal de Educação, que estabeleceu estratégias e diretrizes¹⁵ coletivas e, ao mesmo tempo, reformulou o plano de formação dos professores.

Na formação reformulada pelos Coordenadores Pedagógicos, propõe-se priorizar o ensino e a aprendizagem tanto presencial como no ensino remoto; apresentam, em suas formações, exemplos de práticas exitosas; e, valoriza o aspecto sociocultural e metodologias ativas específicas do Ensino Híbrido. Tanto que,

Na educação, acontecem vários tipos de mistura, *blended* ou educação híbrida: de saberes e valores, quando integramos várias áreas de conhecimento (no modelo disciplinar ou não); de metodologias, com desafios, atividades, projetos, games, grupais e individuais, colaborativos e personalizados. Também falamos de tecnologias híbridas, que integram as atividades da sala de aula com as digitais, as presenciais com as virtuais. Híbrido também pode ser um currículo mais flexível, que planeje o que é básico e fundamental para todos e que permita, ao mesmo tempo, caminhos personalizados para atender às necessidades de cada aluno. Híbrido também é a articulação de processos de ensino e aprendizagem mais formais com aqueles informais, de educação aberta e em rede. Implica misturar e integrar áreas, profissionais e alunos diferentes, em espaços e tempos distintos. São muitas as questões que impactam o ensino híbrido, o qual não se reduz a metodologias ativas, ao mix de presencial e on-line, de sala de aula e outros espaços, mas que mostra que, por um lado, ensinar e aprender nunca foi tão fascinante, pelas inúmeras oportunidades oferecidas, e, por outro, tão frustrante, pelas dificuldades em conseguir que todos desenvolvam seu potencial e se mobilizem de verdade para evoluir sempre mais (BACICH; NETO; MELLO, 2015, p. 28-29).

O Ensino Híbrido não é uma modalidade que surgiu em virtude da pandemia, mas sim uma realidade já vivenciada na educação há algum tempo. Porém, se tornou um tema mais relevante, em destaque, nessa dada realidade. Neste contexto, focou-se nos cursos de formação continuada, trazendo reflexões em módulos com professores no cotidiano da escola sobre as melhores estratégias a serem executada no processo educacional contemporâneo.

Em sua atribuição no contexto do trabalho, deve ser um representante ativo e participativo com objetivos pré-definidos, baseados nos princípios e metas estabelecidas pelas Políticas Públicas educacionais estipuladas pelos Estados, Municípios e Governo Federal,

¹⁵ Portaria nº 0049/2021, estabelece o retorno gradual às atividades pedagógicas presenciais, no formato híbrido, nas unidades de ensino da Rede Municipal. A Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando os dispositivos constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96, Lei Federal nº 13.979/2020, Lei Federal nº 14.040/2020, Decreto nº 674, de 11 de junho de 2021, Resolução CNE/CP nº 2/2020, Resoluções do CME nºs 01 e 02 /2020, e 01/2021, e Portaria SEMED nº 0013/2021.

podendo favorecer um ambiente propício e participativo não pautado na legalidade, experiências e convicções.

A escola é um espaço de apropriação de conhecimento e vivência de novas culturas e caberia ao Coordenador Pedagógico ter a habilidade de observar e de auxiliar os professores no processo de ressignificação, organização do currículo e também reaprender novas práticas educacionais.

Tanto o sistema educacional quanto outras áreas do sistema governamental enfrentam problemas e desafios quanto à disseminação do Coronavírus (Covid-19). A sociedade, ao tentar se adaptar ao isolamento social, aderiu ao sistema *on-line* e ao ensino remoto e esse novo paradigma vivenciado pela escola sem a preparação técnica, funcional e profissional levou os educadores a se apoiarem nos Coordenadores Pedagógicos para desenvolver as aulas e reorganizar o currículo para introdução do ensino-aprendizagem remoto. Por isso,

no início da crise, a UNESCO lançou um movimento #learningneverstops (a aprendizagem nunca para) para marcar a necessidade de manter os vínculos com os alunos. Num momento dramático da nossa história coletiva, seria inaceitável que a escola pública fechasse as portas e não quisesse saber dos seus alunos. Isso obrigou a um recurso extensivo às tecnologias. De um modo geral, ninguém estava preparado para esta situação e a avaliação que, hoje, já podemos revelar aspectos negativos, como as desigualdades e o empobrecimento pedagógico, mas também positivos, como a ligação com as famílias e a inventividade de muitos professores (NÓVOA, 2020, p. 8).

Muitas demandas e dificuldades foram enfrentadas, como a evasão escolar, a expectativa em relação à aprendizagem, a depressão e a ansiedade, as dificuldades no manejo tecnológico, a falta de recursos e ferramentas digitais, o aumento excessivo da carga horária de trabalho e a desvalorização dos profissionais da educação. Nesta realidade, envolvido diretamente como intermediário entre família e escola, professores e alunos, assumiu o papel de promotor da articulação do processo de ensino. Seguindo as demandas legais e reais, ao instituir o Ensino Híbrido, o Coordenador Pedagógico proporciona estratégias para melhoria da qualidade do ensinar e aprender, com metas e objetivos propostos pela instituição.

No que diz respeito às tecnologias, é evidente que elas fazem parte da cultura digital das sociedades contemporâneas e que seria absurdo que ficassem fora da escola e não fossem utilizadas do ponto de vista pedagógico. Seria impensável. São instrumentos essenciais para as aprendizagens, nas mãos de professores e alunos. Outra coisa bem diferente é imaginar que tudo se passará *on-line*, à distância, com os gigantes do digital, os GAFAM (*Google, Amazon, Face book, Apple, Microsoft*) a tomarem conta da educação, apoiados por grupos privados e fundações que, através de apostilas digitais, controlariam o ensino e as aprendizagens (NÓVOA, 2020, p. 9).

Caberia aos Coordenadores Pedagógicos, diante da instituição do Ensino Híbrido, auxiliar a equipe de professores e a gestão administrativa nas novas estratégias, viabilizar as demandas relacionadas ao uso das tecnologias na educação, propiciar reflexões sobre as aulas síncronas e assíncronas, incentivar e monitorar o acesso à internet, a recursos e a ferramentas condizentes com a educação inclusiva. É importante destacar que o Coordenador Pedagógico não faz o trabalho individual, mas sim coletivamente, ao propor e induzir reflexões de maneira crítica e construtiva, baseado em processos colaborativos, iniciativas vinculadas ao Projeto Político Pedagógico e reformulação do currículo. Por fim,

À Coordenação Pedagógica e aos demais gestores de cada escola sobra a alternativa de construir alguns consensos entre todos os envolvidos, tendo como objetivos inegociáveis: a) a melhor solução possível para promover e qualificar o processo de aprendizagem dos alunos; b) dar sustentação e orientação para o trabalho dos profissionais de educação; c) acolher e atender, na medida do possível, as demandas das famílias e d) preservar a saúde de alunos, professores, gestores e funcionários da educação (RONCA; GONÇALVES apud PLACCO; ALMEIDA, 2021, p. 58).

Portanto, profissional que direciona e auxilia o professor na inserção das metodologias ativas e do Ensino Híbrido, ao adequar os temas da formação continuada dos professores à realidade sociocultural e metodologias ativas. Potencializando o ensino e aprendizagem e construindo conceitos e/ou habilidades, bem como ações que tornam o processo de ensino e aprendizagem mais flexível e empreendedor, relacionado com a apropriação da competência intelectual e profissional de toda a comunidade escolar, baseado em uma formação que leve ao desenvolvimento e à mudança na prática pedagógica no ambiente escolar.

1.4 Formação do Coordenador Pedagógico e dos docentes: caminhos, perspectivas e a importância da formação continuada em serviço

A legislação das Políticas Educacionais brasileira, por intermédio da LDB, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, decretos e resoluções tanto em nível Federal, Estadual como Municipal, dispõem sobre a relevância da formação continuada sistêmica e na escola do profissional da educação, voltada para capacitações, planejamentos e estudos em função de uma melhoria do processo de aprendizagem.

Na perspectiva da formação continuada no município de Uberaba, a legislação das políticas públicas na escola, a Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento de Uberaba (SEMED) e as instituições enfatizam o critério do mérito e da reorganização da política de

formação profissional, prevista por meio da revisão do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério.

No ano de 2020 foi instituída a portaria nº 0024/2020, no qual estabelece normas para o cumprimento das atividades referentes à jornada extraclasse presencial do Professor de Educação Básica, Educador Infantil, Professor de Educação Infantil e do Coordenador Pedagógico. O Art. 3º estabelece que “a carga horária de formação continuada na Unidade de Ensino é de 30 (trinta) horas anuais, correspondente a três horas mensais”. No ano de 2020, em virtude do regime de teletrabalho, em decorrência da pandemia da Covid-19, a reorganização da carga horária de formação continuada referente ao período de suspensão das aulas ficou a cargo da equipe gestora de cada instituição, sendo esta responsável pela elaboração e execução do projeto de ações da Formação Continuada em Serviço, seguindo as diretrizes do Departamento de Formação Profissional/ Casa do Educador/ Núcleo Formativo de Formação Continuada, conforme descrito neste decreto:

Art. 5º. A formação continuada dos profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino fundamenta-se nos conceitos de formação crítico-reflexiva, de estudo e pesquisa, com os objetivos de: I-assumir o fazer pedagógico como objeto de pesquisa, a fim de possibilitar a investigação permanente do trabalho docente e do processo ensino aprendizagem, em condições de produzir conhecimentos teórico-metodológicos que sejam frutos dos saberes experiencial e saberes profissional; II-possibilitar a construção de um trabalho coletivo, participativo, democrático e autônomo, para superar os problemas e os desafios do cotidiano escolar, desvelando a realidade; III-enriquecer a prática pedagógica; IV-promover a qualidade social da educação. Art. 6º Compete à equipe gestora da Unidade de Ensino: I. elaborar o projeto de formação continuada da Unidade de Ensino, considerando o cotidiano escolar e os fundamentos teórico-metodológicos da política de formação da Rede Municipal de Ensino; II. articular com o Núcleo de Formação Continuada da Casa do Educador a proposta de ações formativas a serem desenvolvidas na Unidade de Ensino; III. coordenar e desenvolver o projeto de formação continuada da Unidade de Ensino; IV. registrar, por meio de relato de experiência, vídeos, fotos (com legendas), artigos, memórias, atas, entre outros gêneros textuais, as atividades formativo pedagógicas realizadas na Unidade de Ensino (UBERABA, 2020, p. 31).

Com o propósito de proporcionar uma formação continuada e integral aos professores da Rede Municipal de Ensino, o Departamento de Formação Profissional, oferece inúmeras propostas de cursos formativos ao longo do ano vigente.

Todos os profissionais do pedagógico da unidade escolar participam da Formação Continuada em Serviço, com datas previstas no calendário escolar, elaborado e aprovado pelo Conselho Escolar, que posteriormente é homologado pela Assessoria de Inspeção Escolar. A Formação Continuada em Serviço é realizada pelo Coordenador Pedagógico, de acordo com a realidade pedagógica e sociocultural da equipe, com a finalidade de realizar estudos, análises, avaliação e planejamento da prática pedagógica, objetivando enriquecer o processo educativo

e garantir o sucesso dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Enfim, a qualificação e a constante preparação para a melhoria do trabalho pedagógico condicionam e propiciam melhores ações educativas. Daí que,

A formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório. Desenvolver pesquisas, nessa tendência, implica em posições político-educacionais que apostam nos professores como autores na prática. [...] As escolas de formação de professores necessitam ser reconcebidas como esferas contrapúblicas, de modo a propiciarem a formação de professores com consciência e sensibilidade social. Para isso, educá-los como intelectuais críticos capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia. A formação de professores na tendência reflexiva se configura como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal-profissional dos professores e das instituições escolares, uma vez que supõe condições de trabalho propiciadoras da formação como continua dos professores, no local de trabalho, em redes de autoformação, e em parceria com outras instituições de formação (PIMENTA, 2012, p. 31).

Sabe-se da importância da Formação na Unidade para o desenvolvimento dos profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino Enquanto e é imprescindível que todos os Coordenadores pedagógicos, tenham ciência desta ação. A formação Continuada na escola, temos o propósito de colaborar com o trabalho desenvolvido com os professores em virtude de um melhor desempenho dos alunos. A Formação Continuada em Serviço na unidade de ensino contribui com o desenvolvimento profissional e pessoal dos profissionais da educação, tendo como ponto gerador as problemáticas emergentes do cotidiano escolar, considerando diferentes perfis profissionais, suas reais necessidades, bem como as etapas e as modalidades em que atuam.

O papel da formação continuada é criar espaços nos quais o professor tenha vozes, seja escutado e desenvolva processos reflexivos e questionadores sobre os processos educacionais, éticos, relacionais, colegiais ou colaborativos, atitudinais, emocionais, etc. De modo os Coordenadores Pedagógicos são sujeitos cujas autonomias possam fomentar um pensamento e um processo de formação participando na organização, intervenção e elaboração de propostas alternativas para a formação continuada.

2. CONTEXTO POLÍTICO-EDUCACIONAL, INTENÇÕES E POSSÍVEIS CAMINHOS DO ENSINO HÍBRIDO DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

A pandemia da Covid-19 criou grandes desafios no Brasil e no mundo, caracterizado por uma crise global de escala sem precedentes, esse cenário tem deixado a população mundial diante da incerteza sobre os benefícios da vida. Novos hábitos, costumes e outros métodos de ensino e aprendizagem foram criados. Na tentativa de reduzir a ampla disseminação do novo Coronavírus, medidas de distanciamento social foram adotadas, exigindo esforços coordenados de todos os profissionais da Educação.

Um dos desafios atuais do novo panorama educacional é a aprendizagem híbrida, pela constante inovação e busca de novas diretrizes para a reorganização das dinâmicas de ensino e aprendizagem da educação no Brasil. A pandemia decorrente do novo Coronavírus (Covid-19), revelou uma nova realidade e alterou os rumos da educação nacional no viés da universalização da educação.

A sociedade se viu, em meados de março de 2020, sem planejamento prévio, obrigada a fechar as “portas físicas” das instituições e buscar novas formas de desenvolver as atividades de ensino. Algumas escolas, ainda sem orientação, buscaram a improvisação e diferentes maneiras de instituir o ensino remoto ou com o suporte técnico de comunicação. Professores, coordenadores e gestores de todas as modalidades de ensino da educação buscaram garantir, da melhor forma possível, a preservação da aprendizagem de seus educandos e formas de ampliar a acessibilidade curricular.

Na Rede Municipal de ensino de Uberaba houve a regulamentação e subsidiadas pela legislação¹⁶, em função da emergência de saúde pública de importância internacional, houve a suspensão das aulas, por tempo indeterminado. Nesse contexto, houve a organização do ensino remoto, por meio de atividades escolares não presenciais e da oferta de coletâneas de exercícios, disponibilizadas, disponibilizados em site próprio, gravação de aulas remota e viabilizadas no *YouTube*.

Em um primeiro momento, durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a percepção é de certa forma, vista de maneira pessimista pela comunidade educacional. Considerando que a maioria dos alunos não tem acesso à tecnologia.

¹⁶ Lei n.º 9.394/96, de 20/12/1996; Lei n.º 14.040, de 18/08/2020; Parecer CNE/CP n.º 05/2020, de 28/4/2020; Parecer CNE/CP n.º 09/2020, de 09/07/2020; Parecer CNE/CP n.º 11/2020, aprovado em 07/07/2020; Decreto n.º 5402, de 26/03/2020 e suas alterações posteriores; Resolução CME n.º 01/2020, de 22/05/2020; Resolução CME n.º 02/2020, de 02/10/2020; Resolução CME n.º 03/2018, de 05/12/2018; Portaria n.º 0019/2020, de 27/03/2020; Portaria

Em decorrência da pandemia, foi feito um adendo ao Projeto Político-Pedagógico de cada unidade, com objetivo orientar as atividades escolares não presenciais (ensino remoto), ofertadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, por meio de regime especial de teletrabalho, de seus respectivos registros e do cômputo de horas para validação.

A Educação à Distância (EaD), uma modalidade de educação mediada por tecnologia em que alunos e professores estão separados no espaço e ou no tempo, ou seja, não estão fisicamente presentes no ambiente de aprendizagem. Tem sua estrutura e metodologia pensadas para garantir o ensino remoto, pode ser usado como recurso para suprir uma necessidade ou uma dificuldade na aprendizagem, colocar conteúdos extras e ampliar a aquisição de conhecimento dos alunos que já conseguiram compreender o que foi ensinado. A educação com o ensino remoto é uma solução temporária para continuar as atividades pedagógicas.

Na modalidade EaD - ensino a distância - as aulas acontecem de maneira remota, com plataformas *online*. O ensino a distância é caracterizado por aulas remotas, dinâmicas e ofertadas em um ambiente virtual, destacando o aluno como protagonista e atribuindo a ele a responsabilidade em cumprir as aulas.

É relevante distinguir o Ensino Híbrido e a modalidade à distância que combina aulas síncronas e assíncronas, também conhecido “*blended learning*”, conforme defendida por alguns autores (BACICH, 2015, TREVISANI, 2015). Nessa transformação educacional, há uma constante metamorfose, que se moderniza e recria frequentemente formas de aprender e ensinar. O Ensino Híbrido, nesse momento, fortaleceu a educação presencial e remota, incentivando a socialização e a interação tanto em sala como fora dela.

As aulas presenciais se apresentavam inviáveis, devido à situação de calamidade pública decorrente da pandemia Covid-19. Como meio de encurtar essa distância e continuar as situações de aprendizagem, o Ensino Híbrido, uma metodologia que não é atual, surgiu como possibilidade de desenvolver aulas personalizadas e, sobretudo, mais ativas. Por isso, é relevante analisar os desafios e possibilidades do contexto político-educacional, intenções e possíveis caminhos do Ensino Híbrido no momento pandêmico e pós-pandêmico e de uma nova configuração de ensino e aprendizagem.

O Conselho Nacional de Educação (CNE)¹⁷ deliberou pela autonomia das escolas em manter o ensino remoto até dezembro de 2021 adequando cada realidade social e educacional.

¹⁷ O CNE é um órgão colegiado integrante ao MEC (Ministério da Educação). Apesar de estar associado ao ministério, órgão independente e que tem entre suas missões assegurar a participação da sociedade na consolidação da educação nacional.

A modalidade híbrida aparece, neste contexto, como uma tendência pós-pandemia, mesmo com o retorno presencial, ofertando aulas complementares ou extracurriculares.

Foi instituído o Parecer CNE/Coordenador Pedagógico nº 5, de 28 de abril de 2020, sobre a “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19”. O Calendário Escolar na rede Municipal de Ensino de Uberaba foi reorganizado, considerando a carga horária/aula/mês em substituição aos dias letivos, com a realização de atividades escolares não presenciais, em conformidade com o disposto na Lei n.º 14.040, de 18/08/2020, devido à situação de calamidade pública decorrente da pandemia Covid-19.

Houve em virtude da pandemia sanitária, a flexibilização dos projetos pedagógicos, adequando-os às necessidades e demandas específicas dos institutos e redes de ensino. Em busca de orientação para as escolas, especificamente sobre a utilização de tecnologias digitais, o CNE formulou políticas, leis, normas e recomendações sobre metodologias educacionais e melhores práticas no processo de ensino e aprendizagem. O mesmo parecer promoveu discussões, pesquisas, experimentações e novas estratégias de Ensino Híbrido em todo o país.

Altera a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 e suas consequências. Devido à pandemia, à luz da Lei nº 14.218, de 13 de outubro de 2021, com o projeto de resolução que institui diretrizes gerais nacionais para a aprendizagem híbrida. Nesse sentido,

(...) pela situação excepcional criada pela Pandemia da COVID-19, foi acelerado o desafio da busca de novos caminhos para a reorganização das dinâmicas de ensino e de aprendizagem na Educação Brasileira, integrando processos diferenciados, professores, estudantes e famílias, em tempos e espaços modificados, desiguais e variados; Que métodos e práticas pedagógicas flexíveis foram desenvolvidos no interesse do processo de aprendizagem, integrando no ensino presencial a alternância de atividades em diferentes tempos e espaços, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica, integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, gerando novas oportunidades para o efetivo desenvolvimento de aprendizagens significativas para enfrentar novos complexos desafios imponderáveis; que a flexível concepção de aprendizagem híbrida, conjugando atividades presenciais e não presenciais foi ressignificada pela crescente conectividade, propiciada pelos meios tecnológicos de informação e comunicação, que trouxeram novas demandas à educação, tornando-se necessário se reinventar; Que os novos contextos culturais exigem a adoção de metodologias e práticas pedagógicas inovadoras que transformem o ambiente educacional em efetivo laboratório de aprendizagem, superando o estágio de auditório de informações. (BRASIL, 2021, p. 13).

Tradicionalmente, e de acordo com as palavras do educador Paulo Freire, prevalecia a educação bancária, que se caracteriza pelo “ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos” (FREIRE, 2009, p. 82). Nesse contexto, o professor é o detentor do conhecimento que repassa aos alunos, que memorizam e replicam esse conhecimento no processo avaliativo quantitativo.

As transformações educacionais as alterações que impactam a base das metodologias tradicionais da educação, exigiram adaptação às tecnologias de informação e comunicação e flexibilização dos espaços presenciais e não presenciais, constituindo-se novas formas de ensinar e aprender.

A personalização do ensino ou a individualização no processo de ensinar e aprender aliada às ferramentas digitais é uma resposta ao modelo convencional, promove maior autonomia e engajamento, fundamentais para a evolução intelectual e maior aproveitamento de conteúdo. Além das adaptações, é imprescindível a integração de áreas do saber, aliada às novas metodologias, projetos e outras estratégias, para compreender as novas formas de ensino, em paralelo aos processos tradicionais. A individualização da educação é uma concepção abrangente e refere-se à personalização dos métodos de ensino em conformidade com os interesses e necessidades de cada um.

O Ensino Híbrido possibilita ações e reflexões sobre a organização das salas de aula, o planejamento pedagógico, as estratégias que destacam o processo de aprendizagem, a transmissão e troca de informação entre os pares realizados de forma *off-line*, ou seja, “tradicionalmente realizadas”, e posteriormente complementadas e/ou antecipadamente aplicadas para a relevância da temática tratada. A metodologia do Ensino Híbrido demanda o uso das tecnologias com foco na especificação das ações de ensino e de aprendizagem, possibilitando aos professores ações práticas de incluir as tecnologias digitais ao processo de ensino, tanto no ambiente *on-line* como no presencial.

As metodologias de aprendizagem híbrida possuem por objetivo asseverar melhores resultados de aprendizagem à nova realidade nacional a educação, difundindo-se em larga escala em decorrência da pandemia. No início, com a paralização imediata das aulas presenciais, ou seja, no ensino remoto, foi imposto às instituições, profissionais da educação, alunos e familiares se adaptarem e quebrar paradigmas utilizando as metodologias ativas.

2.1 Reflexões sobre o Ensino Híbrido: metodologia ativa e crítica, uma análise sobre a aprendizagem na atualidade

O termo *blended learning*, ou seja, Ensino Híbrido (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015, p. 43), ensino misto ou combinado, em tradução livre, surgiu em meados dos anos 60 nos Estados Unidos, sendo uma prática de ensino que possibilita, tanto na aula presencial como na virtual, realizar avaliação, aula invertida, propiciar a inclusão de diferentes maneiras, ao utilizar diferentes metodologias ativas, e ampliar o tempo e os espaços de aprendizagem. Essa metodologia viabiliza o acesso mais amplo para os alunos com dificuldades de acompanhar as aulas, com possibilidades reais de aprender, e leva a pensar em uma educação mais inclusiva.

O termo Blended Learning, ensino misto ou combinado em tradução livre, surgiu em meados dos anos 60 nos Estados Unidos. A Terceira Revolução Industrial trouxe o início da produção massiva de computadores que logo foram incorporados à educação acadêmica. Isso se consolida com mais força a partir de 1970, ano em que também se inicia a aplicação do Ensino Assistido por Computador (EAC).

O ensino híbrido a princípio foi chamado de blended learning nos Estados Unidos. Apesar de parecer um conceito recente, começou a surgir nos anos 60 e tornou-se tendência no século atual. Conhecido também como b-learning, aprendizado híbrido, semipresencial ou ensino misto, foi introduzido nos anos 2000 em cursos didáticos para empresas, até que progrediu e seguiu para as salas de aulas.

O Ensino Híbrido evidencia ações que utilizam a tecnologia, considerando que o processo de aprendizado é contínuo, mutável e heterogêneo. Porém, é necessário que, antes de propor tais ações, a equipe pedagógica busque equidade no processo de ensino e aprendizagem, utilizando os recursos disponibilizados pela escola.

A educação híbrida reforça na educação ideias que combinam espaços, territórios virtuais, metodologias, linguagens e públicos mais flexíveis, permitindo a valorização dos conhecimentos informais ou não. Além disso, ressignifica a crescente conectividade e acesso aos dispositivos tecnológicos, a mobilidade das relações e a mediações entre professores e estudantes, permitindo articulações e interações mais efetivas, ampliadas e multidirecionadas.

Néstor García Canclini (1996) discute essa ideia de hibridismo como intensa mistura e/ou espaços de fronteira, que marcam a contemporaneidade e que reverberam no nosso cotidiano. Assim,

O hibridismo também faz suscitar várias categorias identitárias, que comumente são [...] organizadas em um conjunto histórico mais ou menos estável (etnias, nações, classes) e se reestruturam em meio à conjunção interétnica, transclassista e transnacional. As maneiras diversas em que os membros de cada etnia, classe e

nação se apropriam dos repertórios heterogêneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais, são capazes de gerar novas formas de segmentação. Estudar processos culturais, portanto, é mais que afirmar identidades autossuficientes, serve para conhecer formas de heterogeneidade e entender como são produzidas as hibridações (CANCLINI, 2011, p. 02).

Nesta perspectiva, os educadores e educandos constituem várias estruturas, dinâmicas e articulações sociais e culturais desenvolvidas na prática individual e coletiva no processo de ensino. Todo esse movimento repercute nas relações interpessoais e na forma de ensinar e de aprender, que se torna mais flexível.

A flexibilidade híbrida não é uma nova forma de ensinar, considerando que, historicamente, na educação escolar, o processo de ensino e aprendizagem se alterna entre momentos presenciais e não presenciais, em ambientes culturais e sociais. São alternativas que se complementam e representam a conectividade entre os pares, na escola e no mundo, que permitem articulações e interações mais efetivas, ampliadas, compostas de valores e crenças descentralizadas e multidirecionadas.

Na contemporaneidade, a ressignificação das metodologias e práticas pedagógicas ultrapassa a simples transmissão de saberes, amplia os conhecimentos em novos contextos culturais e facilitam a aprendizagem, utilizando-se de meios tecnológicos, de informação e de comunicação.

O Ensino Híbrido é a personalização das produções dos alunos e professores aliada às tecnologias e que amplia a compreensão de novas possibilidades, autonomia e protagonismo. Uma metodologia que concilia aprendizado *online* com o *offline* por isso o termo *blended*, do inglês “misturar”, no qual possibilita que o aluno possa realizar seus estudos de maneira individual, virtual e/ou em grupo, de forma presencial, valorizando a interação entre pares e entre aluno e professor. Conceito este que propõe melhorar o ensino presencial, considerando a tecnologia como suporte para potencializar as aprendizagens, além de oportunizar um papel ativo do estudante na utilização de recursos digitais.

Na educação, acontecem vários tipos de mistura, *blended* ou educação híbrida: de saberes e valores, quando integramos várias áreas de conhecimento (no modelo disciplinar ou não); de metodologias, com desafios, atividades, projetos, games, grupais e individuais, colaborativos e personalizados. Também falamos de tecnologias híbridas, que integram as atividades da sala de aula com as digitais, as presenciais com as virtuais. Híbrido também pode ser um currículo mais flexível, que planeje o que é básico e fundamental para todos e que permita, ao mesmo tempo, caminhos personalizados para atender às necessidades de cada aluno. Híbrido também é a articulação de processos de ensino e aprendizagem mais formais com aqueles informais, de educação aberta e em rede. Implica misturar e integrar áreas, profissionais e alunos diferentes, em espaços e tempos distintos. São muitas as questões que impactam o ensino híbrido, o qual não se reduz a metodologias ativas, ao mix de presencial e on-line, de sala de aula e outros espaços, mas que mostra que,

por um lado, ensinar e aprender nunca foram tão fascinantes, pelas inúmeras oportunidades oferecidas, e, por outro, tão frustrante, pelas dificuldades em conseguir que todos desenvolvam seu potencial e se mobilizem de verdade para evoluir sempre mais (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015, p. 28).

Hoje, com a internet, as informações estão mais facilmente disponíveis. Novas formas de aprender e ensinar levam os educadores a refletir sobre as possibilidades de integração das novas tecnologias digitais no ensino. Mas só a tecnologia não é suficiente para que cumpram o objetivo de ampliar a conexão com os alunos e potencializar o seu aprendizado. A tecnologia veio como facilitadora que potencializa o ensino, abrindo as portas para novas aprendizagens:

As modificações possibilitadas pelas tecnologias digitais requerem novas metodologias de ensino, as quais necessitam de novos suportes pedagógicos, transformando o papel do professor e dos estudantes e ressignificando o conceito de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o ensino on-line permite tal personalização, uma vez que pode ajudar a preencher lacunas no processo de aprendizagem (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015, p. 51).

O ensino de um para muitos, em que o professor explica o mesmo conteúdo para todos, não considera que os alunos aprendam de maneiras diferentes. O conceito do ensino híbrido é uma proposta muito ampla, que considera que os alunos não aprendem todos da mesma forma. Por isso, não se pode acreditar que a forma de ensinar do professor tem que ser a mesma para todo mundo.

Sendo assim, o Ensino Híbrido é uma proposta que integra as tecnologias digitais na escola com o ensino *on-line*, possibilitando um aprendizado interativo, eficiente e dinâmico. A combinação de experiências e tecnologias digitais propicia uma reorganização do controle sobre o tempo e o ritmo de aprendizado de cada um. Esse modelo permite que os Coordenadores Pedagógicos e os professores obtenham informações individualizadas sobre o desempenho dos alunos e consigam agir com maior eficiência nas necessidades de aprendizagem, buscando o máximo de potencial das formas de ensinar e aprender.

Nesse modelo de ensino, é possível o uso de recursos com a finalidade de elaborar diferentes estratégias, de acordo com as necessidades de cada aluno, favorecendo a personalização do ensino, por meio de discussões em grupo e com professor, *games*, infográficos, leituras, produção de textos coletivos e atividades em grupo.

É imprescindível que haja diretrizes gerais para a oferta do Ensino Híbrido e integração das atividades educacionais síncronas e assíncronas, mesclando com atividades curriculares concretas e mediadas ou não por tecnologias. O Ensino Híbrido, como abordagem pedagógica, e a modalidade EaD são distintas conforme explicitado no artigo 80

da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB e descrita nas Diretrizes Gerais sobre a Aprendizagem Híbrida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Neste contexto, torna-se oportuno enfatizar que essa nova abordagem de ordem pedagógica não se confunde com a modalidade Educação a Distância (EaD), prevista no artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que está regulamentada e caracterizada pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, como uma modalidade específica, diferenciada e paralela ao ensino presencial, 4 que é a forma substantiva de oferta educacional. A nova abordagem de Aprendizagem Híbrida integra as diferentes formas de ensino presencial com atividades em diferentes tempos e espaços, sempre no interesse do processo de aprendizagem, tanto no nível da Educação Básica quanto da Educação Superior, em todas as suas etapas, formas e modalidades de oferta (BRASIL, 2021)

A aprendizagem híbrida integra as mais diversas formas de ensino presencial e os diferentes tempos e espaços pedagógicos em todas as modalidades e etapas de ensino, conforme proposto na BNCC.

A BNCC, recentemente implantada, define seis direitos de aprendizagem para as crianças durante a educação infantil. Esses direitos devem ser desenvolvidos durante a creche e pré-escola e são pré-requisitos para o processo de alfabetização no Ensino Fundamental. Direciona o trabalho pedagógico e curricular, pautado no respeito às diferenças e ações pedagógicas que possibilitam aos alunos a apropriação das linguagens das tecnologias digitais. Reforçamos que

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BNCC, 2018, p. 07).

Trata-se, portanto, de um documento de caráter normativo e que visa definir as aprendizagens essenciais para a Educação Básica, influenciando, por exemplo, na construção dos currículos escolares. A BNCC tem impactos na estrutura escolar, nos saberes, nas competências e nas práticas educacionais e na utilização dos recursos digitais no processo educacional e tecnológico. Tanto que,

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de

aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócias emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BNCC, 2018, p. 08).

Documento que evidencia uma mudança significativa pela qual a educação vem passando. O impacto alcança também os atores escolares, dentre os quais destacamos o Coordenador Pedagógico, que tem sua prática educativa contemplada no eixo Gestão do Projeto Político Pedagógico: documento este que envolve a participação coletiva e gestão democrática, constituído de normas e ações direcionadas a uma nova política para a melhoria da educação, com propostas de aprendizagens essenciais vinculadas a outras políticas, como currículo escolar, formação de professores, avaliação, material didático e outros.

Contempla habilidades e competências voltadas para o senso crítico e de responsabilidade no uso das metodologias ativas e tecnologias digitais de forma transversal, ou seja, são atitudes comportamentais aperfeiçoadas, relacionadas à inteligência emocional, possuindo as habilidades mentais de todo ser humano, a capacidade de determinar a gestão e as relações interpessoais, distinguindo positivamente uma pessoa. Habilidades estas ativas em todas as áreas do conhecimento, direcionadas de maneiras variadas e com o propósito de desenvolver a compreensão em diversas nuances das práticas sociais. Essa perspectiva combina novas metodologias e o uso das tecnologias disponíveis, como destaca a Competência Geral 5:

compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018, p. 09).

Ação representada na atualidade pela nova normativa da BNCC e gerida em conformidade com a instituição e aliada a construção do Projeto Político Pedagógico como um instrumento que valida e sustenta o trabalho coletivo. Nesse sentido, a expressão do ‘trabalho coletivo’ se efetiva, ou seja, todos os agentes constituintes da comunidade escolar assumem a postura de coautores, que se torna o instrumento que valida e fortalece o sistema escolar sociocultural mediante as diligências administrativas.

Importante enfatizar que a BNCC é um conjunto de dez competências e habilidades que expressam a configuração de uma aprendizagem híbrida e flexível desde a educação infantil. Experiências expressivas em todas as áreas do conhecimento são, de acordo com o documento, imprescindíveis para a aprendizagem, que vai além do êxito profissional e

pessoal, incluindo as competências cognitivas e as socioemocionais, conforme os princípios da educação híbrida, explícitos na Figura abaixo.

Figura 1 - Princípios do Ensino Híbrido



Fonte: <http://www.cipead.ufpr.br/porta11/index.php/ufpr-hibrida/educacao-hibrida/>

A flexibilidade do Ensino Híbrido se faz presente de forma intencional ou não no cotidiano educacional e a crescente modernização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) oferta oportunidades inéditas de ensinar e aprender. Nesse sentido, a professora Guiomar Namó de Mello, em nota técnica encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, enfatiza:

Visto numa perspectiva histórica, o ensino híbrido ou “misturado” é uma inovação pedagógica tão antiga quanto as pedagogias ativas. A proposta basilar destas últimas foi a de centralizar o processo educativo no aluno e na aprendizagem, para estimular o protagonismo e a participação, entendidos como vitais para que o aprendizado faça sentido e seja eficaz na vida das crianças e jovens. Daí decorreu a importância que atribuíram ao ensino mais personalizado, que buscasse respeitar o ritmo e os

interesses dos que aprendem. Consequentemente, defenderam também um ensino diversificado para atender à diversidade dos alunos. Embora não levasse esse nome tratava-se, já no surgimento das pedagogias ativas, de um ensino “diversificado”, “misturado”, que hoje leva o nome de “híbrido” (MELLO, 2020, p. 01).

O modelo híbrido é uma forma de ensino mais individualizada, para além do espaço físico, aliada a várias áreas do conhecimento e incorporada ao projeto pedagógico da instituição escolar, modificando o currículo e a implantação das atividades síncronas e assíncronas. Trata-se de uma metodologia que amplia a acessibilidade curricular, possibilita a ressignificação dos conteúdos e práticas educacionais que conectam a escola de maneira autônoma com o mundo e potencializa os resultados das metodologias ativas.

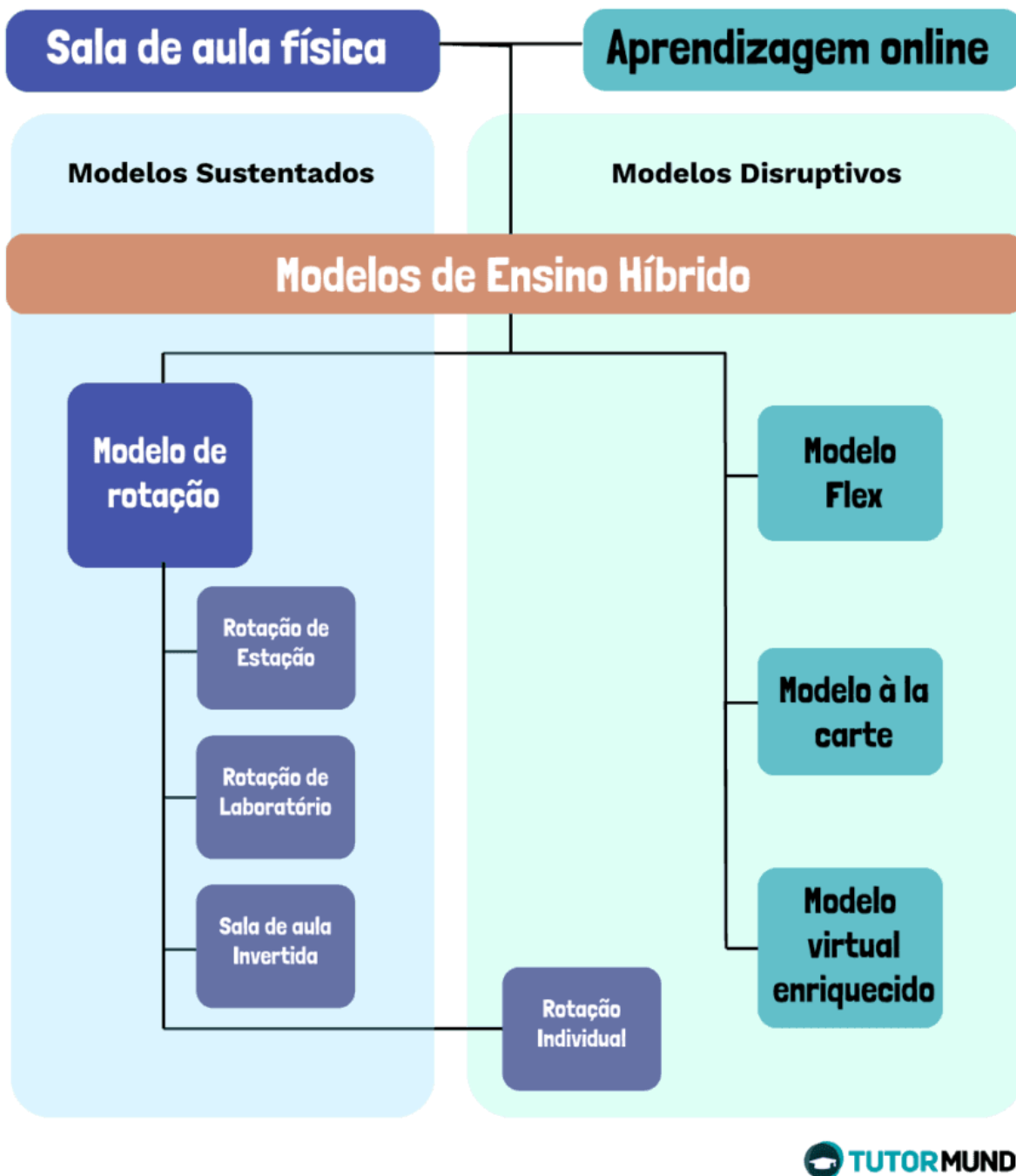
Para a efetuação desta metodologia ativa, pode-se utilizar, além de um plano estratégico de infraestrutura educacional, orientação pedagógica para delinear a formação de professores, cronogramas de aulas e formas avaliativas coesas e lineares, de acordo com as necessidades reais presentes em cada realidade.

Para a inserção e aplicação do Ensino Híbrido, é importante destacar inovações que serão sustentáveis e plausíveis, combinando vantagens da educação *on-line* com todos os benefícios da sala de aula tradicional. Algumas propostas de organização da aula no modelo híbrido são consideradas disruptiva em relação à sala de aula tradicional e caracterizam-se como forma de aprendizado em modelos sustentados.

Os modelos sustentados têm características do ensino tradicional e são de mais fácil adaptação e o ensino disruptivo tem o propósito de romper e inovar o modelo de ensino preestabelecido ou existente.

As propostas de ensino híbrido organizam-se de acordo com o esquema apresentado na publicação organizada por Lilian Bacich (2015), “Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação”. Modelos que trazem uma mistura entre o ensino presencial e *on-line*, divididos em quatro tipos, conforme Christensen et al (2013): 1. o “modelo rotacional”, que possui quatro subdivisões: 1.1 “rotação por estação”; 1.2 “laboratório rotacional”; 1.3 “sala de aula invertida”; 1.4 “rotação individual”; 2. “modelo flex”; 3. “Modelo à la carte”; e 4. “modelo virtual enriquecido”.

Figura 2 – Modelos de Ensino Híbrido



Fonte: <https://tutormundi.com/blog/como-escolher-entre-modelos-de-ensino-hibrido/>

Ao descrever as propostas do Ensino Híbrido na figura anterior, o Modelo 1, denominado “modelo de rotação”, incorpora as principais características tanto da sala de aula tradicional quanto no ensino *on-line*. É um sistema em que, dentro de um curso ou matéria, os alunos se revezam entre modalidades de ensino que seguem um plano ou roteiro fixo, estabelecido pelo professor e pela unidade de ensino, e outra modalidade *on-line*, como

atividades e lições em grupos pequenos ou turmas completas, tutoria individual e trabalhos escritos. O modelo de rotação tem quatro submodelos que seguem o modelo de inovações híbridas sustentadas: rotação por estações; laboratório rotacional; sala de aula invertida; rotação individual.

Os modelos de rotação são considerados sustentados e são mais fáceis de serem implementados, pois de certa forma sua aplicação está nas mãos do professor que, ao planejar sua aula, uma vez que conte com recursos digitais, pode inserir propostas sem depender de outros profissionais da escola. Nesse modelo, os alunos fazem o rodízio de acordo com uma agenda de tarefas em várias estações, sendo pelo menos uma delas com tarefas *on-line*. As demais podem ser tarefas escritas, pequenos projetos, instrução individualizada ou trabalhos em grupo. Os alunos trabalham de forma colaborativa sendo auxiliados pelo professor, mesmo *on-line*, facilitando o ensino e aprendizagem dos grupos específicos ou dos estudantes de forma individualizada. As estações são fixas e os estudantes fazem o percurso rotacional de acordo com os objetivos a serem alcançados pelo professor.

A proposta “sala de aula invertida” é considerada a mais utilizada e mais simples para aplicar no Ensino Híbrido, pois os alunos estudam em casa um conteúdo *on-line* sugerido anteriormente pelo professor, e aplicam na prática em sala de aula. Assim, é possível aprofundar um tema e envolver novas descobertas a partir de experimentação, levantar hipóteses e pesquisar antecipadamente em casa, de forma *on-line*, por meio de vídeos e leitura. Posteriormente, em sala de aula, com o professor, são feitas as análises das descobertas e os resultados das pesquisas podem ser discutidos, sendo que a conclusão pode ser construída por toda a turma sob a orientação do educador. Nesse modelo, percebe-se que os estudantes constroem sua visão sobre o mundo, ativam seus conhecimentos prévios e integram novas informações com as estruturas cognitivas já existentes, levando-os a pensar criticamente sobre os conteúdos ensinados.

O modelo de “rotação individual” pode ser considerado o primeiro exemplo disruptivo, mesmo sendo considerado um submodelo do “modelo de rotação”. Apresenta semelhanças com a “rotação por estações”, mas o aluno cumpre uma agenda individual no percurso pelas estações que, combinada ou não anteriormente com o professor, envolve a sua passagem por todas as estações. A aprendizagem irá depender das características do aluno e da forma como ele aprende melhor, mas para isso os objetivos devem ser claros e o percurso deve corresponder às necessidades de cada um.

Os demais modelos, “flex”, modelo à la carte” e “virtual enriquecido” foram desenvolvidos de maneira mais disruptiva em relação ao sistema tradicional. Isso significa

que esses modelos alteram a organização da escola tradicional e requerem mais envolvimento de outros profissionais da unidade escolar, como Coordenadores Pedagógicos e direção, que possuem um papel fundamental nessa proposta.

O modelo “flex” tornou-se bastante popular durante a pandemia, por proporcionar uma mais fácil adaptabilidade, em razão do isolamento social. Nesse modelo, a aprendizagem é *on-line*, predominantemente digital, sendo que cada aluno tem uma agenda personalizada e pode direcionar seu aprendizado entre as modalidades de aprendizagem de acordo com as suas necessidades. O professor atua como um mediador e tutor das atividades, que realiza as intervenções quando necessário, e a avaliação do processo de ensino personalizado ocorrem *on-line*, considerando tanto a perspectiva individual quanto a coletiva.

Nesse modelo, os alunos são agentes do conhecimento, podendo se mover livremente e pelo tempo que acharem necessário, realizando atividades e práticas, individualmente ou coletivamente, sem divisão de séries ou turmas, com a oportunidade de aprender juntos, baseando-se na sua proficiência.

No modelo “à lá carte”, todo o processo é realizado de maneira virtual, com tutor *on-line*, mas com vivências educacionais tradicionais, ou seja, os alunos podem participar das aulas *on-line* tanto na escola quanto em outros espaços. Geralmente predominam disciplinas eletivas, permitindo que os estudantes possam adaptar sua trajetória educacional. Além disso, as matérias podem ser realizadas tanto virtualmente quanto presencialmente, ficando a critério da turma e do professor responsável pelo encaminhamento da disciplina.

A metodologia se dá por meio de um registro em “ata”, descrevendo os objetivos a serem atingidos e os temas estudados e aprendidos durante a disciplina. É um modelo que se adapta mediante a disponibilização de disciplinas eletivas *on-line*, de cursos EaD complementares às disciplinas obrigatórias e às cargas horárias e de flexibilidade para estudar e escolher o que gostaria de aprender durante o percurso curricular.

O modelo “virtual aprimorado” é um modelo que ocorre basicamente *on-line*, de maneira agendada entre tutores e alunos, que se encontrarão todos os dias da semana. É aplicado especificamente no Ensino Superior brasileiro, por meio dos cursos de graduação conhecidos como “semipresenciais”. Os conteúdos teóricos são exigidos durante o percurso curricular e oferecidos de maneira *on-line*. De uma a duas vezes por semana, há um encontro no ambiente escolar para a realização de debates, provas, projetos ou discussões em geral sobre os materiais estudados.

As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se

envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa (MORAN, 2013, p. 01).

A variedade de modelos de Ensino Híbrido permite flexibilidade pedagógica para a administração de conteúdos educacionais durante o percurso curricular. São metodologias baseadas em trocas de experiências no processo de ensino e aprendizagem e na busca de resultados produtivos e de realização de pesquisas.

2.2 Ensino Híbrido e o trabalho mediador do Coordenador Pedagógico

Nesta seção, pretende-se trazer uma reflexão que se dará a partir da análise das dificuldades e benefícios a respeito das potencialidades do Ensino Híbrido como metodologia de ensino aplicadas nas instituições, com o intuito de balizar e superar as dificuldades relacionadas às novas tecnologias, práticas ativas e híbridas exercidas pelos profissionais das escolas e as limitações do processo educacional no ensino público.

Nesse cenário educacional, os Coordenadores Pedagógicos serão ainda mais desafiados em suas práticas a desenvolverem a orientação, o acompanhamento pedagógico, educacional e profissional dos professores, bem como a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, tornando-se um elo entre todos os segmentos da escola, formulando condições para uma efetiva prática pedagógica, por meio de intervenções e análise do desempenho dos alunos.

Em suma, trata-se de um profissional que realiza ações dinâmicas, articula o planejamento, o currículo, a avaliação de aprendizagem e a formação continuada da equipe docente. Além de práticas formativas e norteadoras, desenvolve metodologias e alternativas diante das novas demandas e avanços na estrutura e processos educacionais.

A rotina pedagógica exige dos Coordenadores Pedagógicos desenvolver habilidades essenciais como mostrar-se disponível e interessado nas ações de seus pares, comunicar-se de maneira cordial e assumir corresponsabilidade nos problemas enfrentados pela escola, pelo professor e/ou pelo aluno:

Cada escola tem características pedagógico-sociais irredutíveis quando se trata de buscar soluções para os problemas que vive. A realidade de cada escola não buscada por meio de inúteis e pretensiosas tentativas de "diagnóstico" - mas tal como é sentida e vivenciada por alunos, pais e professores é o único ponto de partida para um real e adequado esforço de melhoria. Nessas condições, é preciso que no âmbito de cada escola - e com a colaboração de todos os recursos da comunidade - sejam explicitados os problemas que impedem a melhoria do ensino e formuladas as suas

possíveis soluções. Cada escola deve, pois, ter o seu próprio plano de melhoria, que não será mais do que o seu próprio esforço em corrigir as distorções e os desacertos técnicos, bem como em remover ou atenuar os impedimentos socioeconômicos de origem extraescolar que embaraçam uma ação educativa eficaz (AZANHA, 1983, p. 3).

Ações permeadas por inovações constantes que impulsionam o cotidiano educacional devem ser reestruturadas de acordo com a realidade da unidade escolar e na profissionalização dos educadores que são incentivados de forma direta e indireta pela ação efetiva do Coordenador Pedagógico. Sendo assim,

As atividades podem ser muito mais diversificadas, com metodologias mais ativas, que combinem o melhor do percurso individual e grupal. As tecnologias móveis e em rede permitem conectar todos os espaços e elaborar políticas diferenciadas de organização de processos de ensino e aprendizagem adaptados a cada situação, aos que são mais proativos e aos mais passivos; aos muito rápidos e aos mais lentos; aos que precisam de muita tutoria e acompanhamento e aos que sabem aprender sozinhos. Conviveremos nos próximos anos com modelos ativos não disciplinares e disciplinares com graus diferentes de “misturas”, de flexibilização, de hibridização. Isso exige uma mudança de configuração do currículo, da participação dos professores, da organização das atividades didáticas e da organização dos espaços e do tempo (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015, p. 34).

O Ensino Híbrido é uma metodologia com desafios específicos, norteadas por novas diretrizes e orientações próprias em situação de paridade (nível federal, estadual e municipal) que permeiam as ações pedagógicas, a integração de políticas e as propostas educacionais. Atribuições que respeita a autonomia das escolas e dos sistemas de ensino, quanto à reorganização dos calendários escolares e o replanejamento curricular no contexto da atual pandemia.

O Coordenador Pedagógico se apresenta, inicialmente, como um mediador e formador destas práticas educativas do professor no processo de ensino e aprendizagem realizado dentro e fora da instituição. Assim, a articulação se apresenta entre teoria e prática, intermediada por esse profissional que atua no processo educacional, na organização, no direcionamento e no alinhamento das ações didático-pedagógicas, permeado por novas tecnologias.

Para Almeida (2001), o Coordenador Pedagógico pode ser um agente transformador das práticas dos regentes do Ensino Fundamental das séries iniciais, por meio de ações articuladas e baseadas nos conhecimentos, valores, convicções e atitudes, mobilizando suas dimensões políticas, humano-interacionais e técnicas, reveladas em sua prática cotidiana. Nessa perspectiva, caberia ao pedagógico proporcionar aos educadores, alunos e comunidade uma ação flexível. Realizar uma análise das ações e práticas pedagógicas educacionais

instituídas e, ao mesmo tempo, saber ouvir seus professores e identificar a real necessidade tanto dos discentes quanto dos docentes.

A democratização do processo pedagógico, o compromisso com os resultados educacionais em sintonia com os demais membros da equipe e a reflexão constante das políticas públicas tornou-se imprescindível para que o Coordenador Pedagógico apresente ações efetivas e postura de corresponsável na instituição. A democratização das ações pedagógicas na escola gera processos significativos de ensino e aprendizagem, por meio da orientação, socialização, interação e promoção da formação docente.

A atuação democrática pedagógica gerida pelo Coordenador Pedagógico na atualidade deve ter foco no diálogo com pais, professores e alunos para direcionar o trabalho pedagógico da instituição. Essa reflexão coletiva e participativa leva a atuação proativa, flexível e suscetível às mudanças, redimensionando o aprendizado constantemente. Ou seja, uma atuação corresponsável no processo educacional, de liderança democrática e dinâmica, que propicia um diálogo que direciona a uma segurança didática. Atuar na reorganização do trabalho didático pedagógico e orientação do planejamento, do currículo e ao mesmo tempo discutir as ideias, analisar as situações atuais e valorizar o trabalho e realidade vivenciada pelo professor.

Por tudo isso, é indispensável que, nesse processo pedagógico, o coordenador seja um articulador que estimule a busca de novas metodologias, práticas e formação, passando pela análise de dados quantitativos. Portanto, acompanhar, cooperar e prevenir as ações pedagógicas, pautado nos preceitos constitucionais e na legislação educacional em vigor, atendendo as necessidades da escola. Além disso, coordenar todos os segmentos da comunidade escolar a fim de garantir a execução de todas as metas previstas no “plano de ação” de cada unidade e previstas no Projeto Político Pedagógico.

Dentre as atribuições do Coordenador Pedagógico, seus saberes e intervenções estão associados ao processo de formação e prática pedagógica dos professores em serviço, a denominada formação continuada, que propõe a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, volta-se para a ampliação do saber coletivo e práticas em constante transformação na sociedade atual. A formação continuada visa incentivar a postura de sujeitos críticos, reflexivos e transformadores, capazes de compreenderem suas ações, com vistas a produzir saberes que lhes permitam avançar em práticas pedagógicas mais significativas e efetivas.

Cabe ainda ao coordenador conciliar e maximizar o desempenho geral dos alunos, de acordo com os resultados das avaliações internas e externas¹⁸ para o diagnóstico, a identificação das dificuldades de aprendizagem e a formulação das intervenções a serem executadas a partir das propostas pedagógicas das escolas, garantindo um desenvolvimento cada vez melhor. Além de subsidiar o trabalho dos profissionais da educação, mensurar o conhecimento dos alunos, estabelecendo uma comparação entre o desempenho esperado e o apresentado.

Dentre as atribuições do Coordenador Pedagógico, seus saberes e intervenções estão associados ao processo de formação e prática pedagógica dos professores em serviço, a denominada formação continuada, que propõe a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, volta-se para a ampliação do saber coletivo e práticas em constante transformação na sociedade atual. A formação continuada visa incentivar a postura de sujeitos críticos, reflexivos e transformadores, capazes de compreenderem suas ações, com vistas a produzir saberes que lhes permitam avançar em práticas pedagógicas mais significativas e efetivas.

Para instituir o Ensino Híbrido, esse profissional, além de realizar as ações anteriores, deve auxiliar a comunidade escolar na compreensão dessa abordagem pedagógica, compartilhar pontos de vista, adequar as atividades ao currículo e colocar em foco o processo de aprendizagem do aluno, apresentando relevância, aspectos teóricos, experienciais e reflexões em grupo sobre esse tipo de ensino.

Essas reflexões podem ser realizadas por meio de seminários, debates, grupos de estudo, congressos, encontros diários, semanais e mensais com a equipe, dentre outras medidas de acompanhamento das atividades interdisciplinares em sala de aula na efetiva corresponsabilidade e participação com seus pares, baseada na troca de informações de interesse geral da equipe pedagógica.

O processo interdisciplinar propiciado pelos diversos métodos do Ensino Híbrido se encaixa como uma ferramenta que articula todo esse processo desenvolvido na diluição das disciplinas sem estabelecer uma ruptura das formas tradicionais e sim mesclá-las ao constituir percursos pedagógicos singulares e projetos de transformação.

Pelo exposto, constata-se que o Coordenador Pedagógico da escola, frente às novas conjecturas educacionais e tecnológicas, dentre as quais destacamos o Ensino Híbrido, deve

¹⁸ Avaliação Interna da aprendizagem realizada pelo professor em sala de aula com intuito de verificar a aprendizagem do aluno de acordo com o planejamento escolar e planejamento do professor. Avaliação Externa de desempenho realizada por agente externo à escola, geralmente aplicada em larga escala e permite o diagnóstico, o monitoramento do sistema educacional.

assumir um papel de formador e transformador da prática docente e contribuir para a aprendizagem significativa do aluno, com o intuito de inovar e viabilizar um ensino mais atual, visando a melhoria da qualidade do ensino. Por essa razão, entende-se que

A educação sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos. Esse processo agora, com a mobilidade e conectividade, é muito mais perceptível, amplo e profundo: é um ecossistema mais aberto e criativo. Podemos ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaços. Híbrido é um conceito rico, apropriado e complicado. Tudo pode ser misturado, combinado e podemos, com os mesmos ingredientes, preparar diversos “pratos” com sabores muito diferentes (MORAN, 2015 *apud* BACICH; NETO; TREVISANI, 2015, p. 27).

A tecnologia se apresenta como uma ferramenta que auxilia na singularidade das atividades no cotidiano, além de facilitar a aquisição de conhecimento dos envolvidos no processo educacional. Mas, é necessário enfatizar que o uso de recursos tecnológicos e virtuais não substitui e não sobrepõe ao educador e sua práxis no ensino, mas sim complementa e viabiliza a proposta do aprender de forma ativa.

Portanto, analisados os desafios e contribuições do Ensino Híbrido no processo de ensino, bem como as ações pedagógicas da gestão escolar de cinco escolas do Ensino Fundamental I, da Rede Municipal de Ensino de Uberaba. Questionários respondidos pelos Coordenadores Pedagógicos, mensuradas por resultados quantitativos, realizadas por meio de questionário composto de questões objetivas e discursivas. Após a coleta do material, o produto educacional será apresentado em um Portfólio no Google Site, conteúdo um minicurso constituído em três encontros, divulgados em grupos escolares e em *sites* educacionais, veiculados através da no *Google Site*, disponibilizados semanalmente com intuito de contribuir para o desenvolvimento profissional e para a constituição de identidades em uma prática educativa híbrida, voltada para olhar e escutar em uma ação colaborativa no atual contexto educacional.

3. UBERABA: CONTEXTUALIZANDO SUA HISTÓRIA PARA COMPREENDER SUA EDUCAÇÃO FORMAL

Nesta seção, para de discorrer sobre a práxis dos Coordenadores Pedagógicos, é necessário compreender o espaço da pesquisa, objetivando situá-lo no contexto socioeconômico, cultural e histórico e ao mesmo tempo traçar o perfil educacional do referido município. Conhecer um pouco sobre Uberaba e sua realidade educacional, nos oferece um ensejo de transitar pelo espaço dos Coordenadores Pedagógicos em estudo e, por consequência, devanear sobre as particularidades do município.

Uberaba, cidade localizada no Triângulo Mineiro, no interior do estado de Minas Gerais, sudeste do país. Considerado o oitavo município mais populoso do estado e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimativa em 2021, com 340 277 habitantes.

Figura 3 - Localização do Município de Uberaba



Fonte: https://www.familysearch.org/pt/wiki/Uberaba,_Minas_Gerais_-_Genealogia. Acesso em: 22 de ago. de 2022.

A Rede Municipal de Ensino de Uberaba oferece ensino público, gratuito e obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, que se inicia aos 06 (seis) anos de idade e tem por objetivo a formação básica do cidadão, conforme “Informativo (LEX) 1”, na Seção II, dos Objetivos do Ensino Fundamental, Art. 11:

Art. 11 O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos 06 (seis) anos de idade e terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo, como meios básicos, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição dos direitos de aprendizagem e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (UBERABA, 2021, p. 19).

As instituições de ensino objetivam assegurar a aprendizagem dos educandos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, na LDBEN nº. 9.394, de 1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº. 8.069/, de 1990, nas determinações do CNE, da lei nº 13.146, de 2015, em vigência que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e toda a Legislação do Sistema de ensino de maneira especial, dá ênfase aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios que a norteiam e com planos de carreira para o magistério público.

Nos ambientes de aprendizagem, as instituições da Rede Municipal devem responsabilizar-se pela qualidade de ensino, sem discriminação. Seguir os princípios democráticos da igualdade de acesso, continuidade e êxito na aprendizagem. A educação uberabense passou e passa por modificações político-educacionais, com intenções instrutivas na formação e transformação dos sujeitos, propiciando autonomia e capacidade de intervir criticamente, no meio em que vivem, visando à evolução da sociedade.

Para dissertar no que se refere à contextualização histórica e compreender sobre a educação formal na Rede Municipal de Uberaba/MG é que apresentamos o presente capítulo. Sob o lema “Educação: construção de saberes em uma sociedade democrática e sustentável”, a gestão 2021-2024 preconiza uma emancipação com responsabilidade, aspirando à suplantação dos desafios educacionais na atualidade, ampliados pelas demandas decorrentes do período pandêmico.

Nesse contexto, considera-se que a educação faz parte de todas as comunidades e sofre modificações com o passar do tempo e com a chegada de novas gerações, descobertas e

modalidades de oferta e, ainda, que cada comunidade tem um ou muitos modos de se educar, é por meio do ato educativo que se transformam os sujeitos, conferindo a eles a capacidade de intervir, de maneira crítica, no meio em que vivem, visando à evolução da sociedade.

3.1 Contextualizando Uberaba

Nos habituais recortes históricos, artigos historiográficos, no qual apresenta a memória da história oficial de Uberaba (MG), descrevendo que a sua ocupação teve início por meio de “sesmarias e bandeiras, então, uma dessas bandeiras, liderada por Major Eustáquio de Oliveira, fixou-se no território desta cidade histórica e popular” (UBERABA, 2021). O governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais articulou a abertura de uma estrada que seria posteriormente cenário de disputas, entre os exploradores dos sertões e os nativos. Fundado em 1809, por Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, o povoado de Uberaba, denominado “Desemboque”, recebeu este nome devido à migração de famílias em busca de terras férteis para se estabelecerem como agricultores e pecuaristas. Posteriormente, instalou-se o Arraial de Uberaba, denominado "Sertão da Farinha Podre", às margens de um córrego, formado por seis colinas: Boa Vista, Estados Unidos, Abadia (Colina da Misericórdia), Leblon (Colina do Barro Preto), São Benedito (Colina da Matriz) e Mercês (Colina Cuiabá). Nessa época, o bairro Boa Vista compreendia também o bairro do Fabrício, que ainda não tinha esse nome.

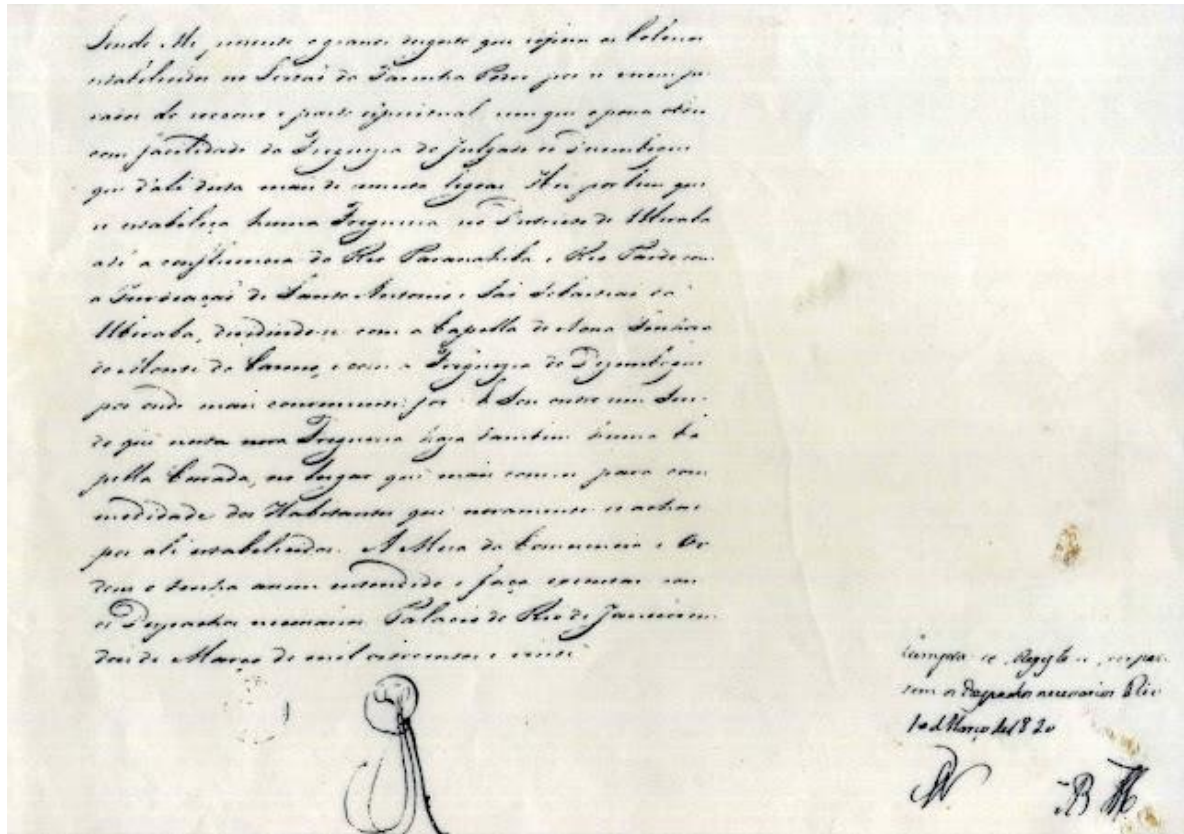
Em 1810, uma das bandeiras com trajeto até o Rio da Prata, passando por terras de Uberaba liderado Major Eustáquio, atingiu a cabeceira do Ribeirão Lajeado, fundando o Arraial da Capelinha e posteriormente e fixaram-se na margem esquerda do Córrego das Lages, onde foi edificada a Chácara da Boa Vista.

Uberaba tem sua origem na ocupação do Triângulo Mineiro, que ficou sob a jurisdição de Goiás até 1816. A região começou a ser reconhecida como um local ideal para se morar, com muitos rios e a vegetação propícia para a criação de gado com pastagens naturais. Em 02 de maio de 1820, a Coroa Portuguesa, articulou a abertura de uma estrada, a cargo de Bartolomeu Bueno da Silva Filho (filho de Anhanguera¹⁹). Dada à importância histórica de 02/03/1820, quando a cidade foi elevada à Freguesia, o Município instituiu oficialmente como a data que se comemora o aniversário de Uberaba, conforme conteúdo do Decreto Régio de 02 de Março de 1820, que conferiu a fundação da Freguesia de Santo

¹⁹ Termo tupi que significa "diabo velho", nascido e morto em data desconhecida.

Antônio e São Sebastião de Uberaba, datado de 02 de março de 1820 e assinado por Dom João VIU.

Figura 4 - Decreto régio de 02 de março de 1820



Fonte: <https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2018/03/durante-os-anos-de-1990-por-meio-deuma.html>. Acesso em: 12 de set 2022.

Transcrição do conteúdo original:

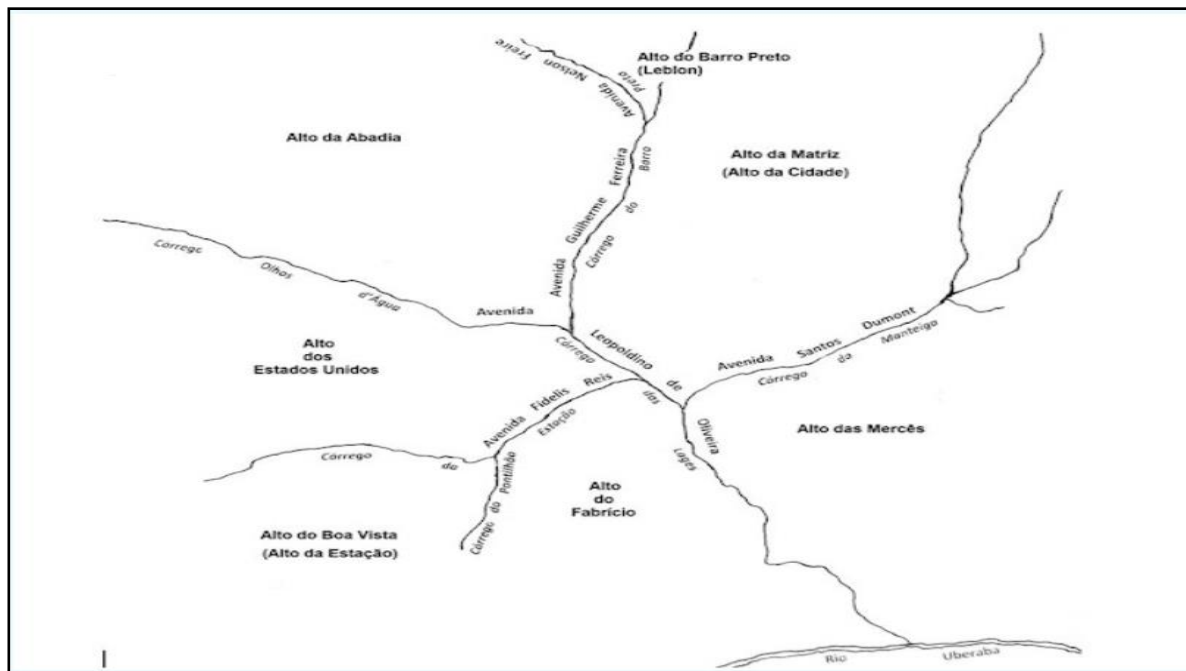
Sendo-me presente o grande desgosto que sofrem os colonos estabelecidos no Sertão da Farinha Podre, por se verem privados de socorro e pasto espiritual, sem que o possa obter com facilidade da Freguesia do Julgado do Desemboque, que dali dista mais de 60 léguas: Hei por bem que se estabeleça uma freguesia no distrito de Uberaba até a confluência do rio Paranaíba e rio Pardo, com a invocação de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba, dividindo-se com a Capela de N. S. do Monte do Carmo, e com a Freguesia do Desemboque, por onde mais conveniente for. E Sou outrossim servido, que nesta nova Freguesia haja também uma capela curada, no lugar que mais convier, para comodidade dos habitantes que novamente se acham por ali estabelecidos. A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em 2 de março de 1820. Com a rubrica de Sua Majestade (UBERABA, 05 de março 2018)

A localização privilegiada, a ferrovia, a imigração e o desenvolvimento da pecuária entre outros fatores ao longo do tempo colocou Uberaba como importante centro cultural e

comercial. O nome da cidade significa "Água cristalina", derivado da língua e de acordo com dados do IBGE, o topônimo Uberaba origina-se do termo Tupi²⁰, "Y-beraba", que quer dizer 'y ("água, rio") e berab ("brilhante")' ou "água clara"²¹. O arraial denominado inicialmente como "Sertão da Farinha Podre", localizado às margens de um córrego, foi definido por serem constituídas de sete colinas, muitas nascentes de córregos no alto destas colinas. Em 1831, criada a Vila de Araxá e emancipada politicamente em 1836. Por fim, em 22 de fevereiro de 1836, foi elevada à categoria de município, a Vila de Uberaba, desmembrando-se de Araxá, pela lei mineira número 28, mas somente em 02 de maio de 1856 elevada da categoria de vila à categoria de cidade.

No século XX, Hildebrando Pontes em seu livro "História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central", identificou mais uma colina, denominando – os como "Altos". A partir desse momento Uberaba passou a ser conhecida como "Cidade das sete colinas".

Figura 5 - Uberaba do século XX com as sete colinas



Observação do Vale a partir do Mirante da Univerdecidade.
 Fonte: <https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2018/04/uberaba-uma-cidade-entre-corregos-e.html?m=0>. Acesso em: 12 de set 2022.

De acordo IBGE, que divide o estado em mesorregiões, Uberaba está localizada na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. De acordo com o último censo a densidade

²⁰ Termo tupi "Y-beraba", que quer dizer 'y ("água, rio") e berab ("brilhante")' ou "água clara". Fonte: <https://www.vivendobauru.com.br/qual-e-a-historia-de-uberaba/> **Mi, acredito que não possa utilizar esse tipo de letra no rodapé (itálico). Tem que ver ABNT atualizada.**

²¹ Termo tupi "Y-beraba", que quer dizer 'y ("água, rio") e berab ("brilhante")' ou "água clara". Fonte: <https://www.vivendobauru.com.br/qual-e-a-historia-de-uberaba/>

demográfica estava em 65,43 hab/km², a população era de 295.988 pessoas. Segundo o IBGE (2019), o Produto Interno Bruto corresponde a R\$ 46.561,66. O Índice de Desenvolvimento Humano maior que 98,3, com infraestrutura rodoviária, ferroviária, aérea, recursos hídricos abundantes e energia elétrica farta, além de parques industriais.

Atualmente sua economia é baseada em indústrias alimentícias e fertilizantes, agricultura diversificada, pecuários e bovinos, sendo município pioneiro na raça Zebu. Na educação é considerado um polo educacional, ofertando instituições universitárias públicas e particulares que incluem centros de pesquisas e extensão.

No município de Uberaba, consta-se de acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2022 o sistema Municipal de Ensino fundamentados no o Plano de Gestão da Educação Municipal de Uberaba, na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), presencial Fundamental e Médio das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nessas redes de ensino.

Apresentamos os pressupostos legais que fundamentam e orientam o quanto aos princípios educacionais, às dimensões de desenvolvimento humano e à organização dos tempos e espaços escolares. As escolas municipais seguem os preceitos legais e princípios, bem como são orientadas com diretrizes pedagógicas durante todo o ano letivo, por meio de assessoramentos técnico-pedagógicos, plantões, reuniões e encontros formativos.

3.2 O Perfil Educacional da Rede Municipal de Ensino de Uberaba/MG

Neste subtítulo, trabalha na perspectiva pedagógica e administrativa seguindo os princípios de uma política democrática de educação, que investe na construção de uma escola autônoma protagonizada pelo processo ensino-aprendizagem nas modalidades do Ensino Híbrido. Conforme a publicação do Decreto n.º 5402, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre os serviços públicos municipais da Administração Direta e Indireta, no âmbito do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, em função da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - Covid-19 houve a suspensão das aulas, por tempo indeterminado, nas Unidades de Ensino da Rede Municipal.

Ações diante da necessidade evidenciada, a adoção nas Unidades de Ensino tornou-se uma opção alicerçada pela aceleração do processo de migração digital. Ação didática

metodológica que possibilitou a continuação dos estudos dos alunos que não se encontravam no espaço físico escolar e estimula o desenvolvimento global dos estudantes, enquadrando-se, assim, no conceito de escolas inovadoras.

Tendo em vista o enfrentamento de todos os desafios educacionais a curto, médio e longo prazo, em decorrência do cenário de pandemia, que limitou a oferta de aulas presenciais e suscitou a continuidade da prática de atividades pedagógicas remotas. Para que a escola funcione de maneira adequada, a equipe gestora das Unidades de ensino devem conhecer as legislações educacionais, para assegurar os direitos e deveres dos alunos, professores e demais servidores, bem como da própria instituição de ensino. A LDB, nº 9394/96 é a lei que regulamenta o sistema educacional brasileiro.

Nesse contexto, a Diretoria de Ensino/SEMED organizou o ensino remoto, no qual o conteúdo curricular foi trabalhado com o aluno e em parceria com as famílias, a fim de que tivessem um melhor desempenho no aprendizado. Embora de maneira limitada para o uso das mídias digitais, foi observada questões como a saúde emocional e física da comunidade escolar. Foram desenvolvidas atividades escolares não presenciais e da oferta de coletâneas de exercícios, com foco na leitura, na interpretação de textos e no desenvolvimento do raciocínio lógico.

Considerando que a maioria dos alunos não tem acesso às tecnologias, as atividades passaram a ser impressas e entregues, na escola, a um dos responsáveis pelo educando, sendo essa ação realizada pela equipe gestora. Para os alunos das Escolas do Campo, os materiais são entregues nas fazendas, pelos motoristas do transporte escolar.

E, assim, posteriormente a partir da avaliação diagnóstica, cada escola pode-se identificar os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes no retorno às aulas e instituir em cada realidade um instituir programas de recuperação da aprendizagem, formação de toda à equipe pedagógica e administrativa no que se refere ao desenvolvimento profissional.

Posteriormente a Rede Municipal de Ensino de Uberaba, propôs o redimensionamento da proposta pedagógica, por meio da implementação do Ensino Remoto nas Unidades de Ensino, regulamentada pela Portaria 049/2021, publicada em 09 de julho de 2021. Um recorte do Plano de Gestão (2021-2024) da SEMED no qual propôs ações em consonância com as legislações (federal, estaduais e municipais vigentes), com eixos estruturantes fundamentados no: acolhimento, conectividade e comunicação, bem como nas dimensões político-institucional, pedagógica, administrativa, financeira, pessoal e relacional. Documento este, elaborado com base no diagnóstico situacional realizado no decorrer do ano de 2021, coordenado pela Comissão Técnico-Pedagógica, por meio de

indicadores sinalizados por todos os Departamentos que compõem a Secretaria de Educação, em consonância com o Plano Municipal Decenal de Educação.

A Secretaria de Educação, em consonância com a legislação federal e estadual, apresentou orientações para continuar as atividades escolares e minimizar as dificuldades dos alunos no retorno às aulas presenciais. De acordo com a primeira Nota Técnica “Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19”, orientando sobre a retomada de aulas inicialmente remotas e gradativamente às aulas presenciais.

O ensino remoto não deve se resumir a plataformas de aulas *online*, apenas com vídeos, apresentações e materiais de leitura. É possível diversificar as experiências de aprendizagem, que podem, inclusive, apoiar na criação de uma rotina positiva que oferece a crianças e jovens alguma estabilidade frente ao cenário de muitas mudanças. Envolvimento das famílias também é chave, já que poderão ser importantes aliados agora e no pós-crise (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 11).

O objetivo deste lema na Rede Municipal de Ensino é um ensino democrático e sustentável, bem como a formação integral do aluno. Seguindo as orientações da Nota Técnica “Todos pela Educação”, ao retornar as aulas presenciais, observar-se-á a saúde emocional e física da comunidade escolar. Serão identificados diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, comunicação mais frequente com as famílias, repensar o conceito de “qualidade” com equidade, investir na formação de professores, gestores e demais servidores que atuam na educação, em programas de desenvolvimento profissional.

No retorno das atividades presenciais na Rede Municipal de Ensino de Uberaba foi organizado com base na união entre o ensino presencial e o remoto, instituindo assim o Híbrido como metodologia formulada para se adequar aos novos tempos. Concomitantemente uma comunicação mais próxima com famílias, por meios digitais em busca da equidade e da inclusão.

Nesse período a SEMED apresentou legislações descritas no informativo LEX²², as práticas educacionais do Município de Uberaba, instituindo a modalidade do Ensino Híbrido, como a intenção de potencializando o aprendizado de forma *On-line e* presencial. Propondo um formato de aula invertida, no qual alunos, docentes e toda a comunidade escolar apoiem a proposta, comprometendo-se com o desafio de misturar o mundo físico e o digital.

²² LEX Em sentido lato significa lei. O LEX da Secretaria de Educação é um compilado de todas as legislações (leis, decretos, portarias e instruções normativas) que orientam as práticas docentes e administrativas das unidades de ensino municipais de Uberaba. Sob o lema “Educação: construção de saberes em uma sociedade democrática e sustentável”, a gestão 2021-2024 propõe ações pautadas em uma autonomia responsável, com vistas à superação dos desafios educacionais deste tempo, ampliados pelas demandas decorrentes do período pandêmico. O informativo assegura o embasamento legal nas tomadas de decisão (UBERABA, 2021).

Um instrumento relevante para a educação Municipal que mobiliza diferentes segmentos em prol de um objetivo em comum. Um compilado, que exprime uma concepção ampla, um direito social inalienável e fundamental de cada aluno e garante em sua teoria o acesso ao ensino como direito público. De acordo manual de organização do trabalho institucional possui um processo democrático, com vistas a uma construção de saberes, em que os todos que atuam no âmbito educacional. Baseado em três pilares: “acolhimento, comunicação e conectividade, torna-se possível oferta do ensino nas modalidades presencial, remota e híbrida, em consonância com as exigências desse novo tempo”. Documento este que descreve ações que se baseiam na construção democrática e coletiva dos representantes do Conselho Gestor da SEMED, baseados na legislação, pautados nas leis emanadas do Poder Legislativo, poder Federal e Municipal e coordenadas pelo Departamento de Inspeção Escolar/ Diretoria de Ensino.

Assim sendo, de acordo com o Informativo 1 (LEX de 2021), neste momento, segue os seguintes princípios:

a) A educação entendida como valor máximo e imprescindível ao desenvolvimento de uma nação: isto pressupõe a formação do homem enquanto ser concreto, histórico, consciente e livre, construtor do seu próprio destino, através do conhecimento, do diálogo e do trabalho solidário. [...] b) A escola assumida como “locus” educativo privilegiado: isto é, espaço democrático de construção, assimilação e difusão do conhecimento, espaço ampliado da convivência e da vivência de valores culturais, espaço comprometido com a pluralidade das dimensões da formação humana, espaço coletivo da reinvenção de uma nova prática educativa de qualidade e, finalmente, espaço de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. c) O resgate do verdadeiro sentido do conceito de “Escola Pública”: compreendendo-a como escola do povo e não, meramente, escola oficial. [...] d) Uma nova identidade do educador: um educador que assuma novos valores, novos saberes, novas posturas, novas habilidades e que se identifique como o mediador entre o educando e o conhecimento. [...] Uma nova identidade do educando: ele passa a ser considerado como o sujeito da sua própria formação em um complexo processo interativo, no qual a docência e a discência formam um todo indissociável. [...] f) Uma ressignificação dos conteúdos curriculares: ao deixarem de ser constituídos como eixo vertebrador do trabalho escolar, mera erudição dissociada e fragmentada da realidade, os conteúdos não perdem a sua especificidade, o seu papel no processo educativo [...] (UBERABA, 2021, p. 10 - 11).

Com a intencionalidade de atingir 100% dos alunos matriculados na Rede Municipal com oferta de Ensino Híbrido, atenuando os impactos do ensino remoto no período pandêmico e dar continuidade ao processo educacional, e de minimizar o prejuízo educacional dos alunos, aliou o uso das tecnologias com atividades presenciais e atividades remotas impressas e/ou mediadas pelas tecnologias da Informação e da Comunicação.

As mudanças ocorridas pela legislação, como o Decreto nº 1.627, de 10 de janeiro de 2022 (Revogado pelo Decreto nº 1.672, 19/01/2022), acerca das medidas e demandas educacionais para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais e dá outras providências, especificamente no capítulo V, artigo 11:

Ficam permitidas as aulas presenciais, de ensino curricular e extracurricular, nas Instituições de ensino público e privado do Município de Uberaba, em horários a serem definidos por cada Instituição, incluindo aulas práticas e estágios, desde que cumpridas as medidas de biossegurança. §1º O retorno das aulas presenciais fica vinculado à apresentação de protocolo pelas Instituições, em conformidade com as normas de biossegurança e medidas sanitárias previstas neste Decreto. §2º As escolas que retomarem as aulas presenciais, recomenda-se que, quando possível, estabeleçam atividades *online* pelo período de vigência da pandemia. §3º Compete à Secretaria de Educação regulamentar, em legislação própria, o retorno gradual às atividades pedagógicas presenciais, no formato híbrido, bem como estabelecer diretrizes para o retorno dos profissionais, magistério e administrativo, que atuam nas unidades de ensino da Rede Municipal. §4º Os Centros de Formação de Condutores equiparam-se às Instituições de Ensino, ficando permitidas aulas presenciais (SEMED, 2022, p.29-30).

A SEMED baseia-se em leis, decretos, portarias e instruções normativas, na organização política, administrativa, didática e pedagógica de cada unidade por meio de informativos, a fim de orientar a equipe gestora. Diretrizes legais que regulamentam as unidades educacionais, as práticas de todas as equipes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem em todas as modalidades de ensino presencial, semipresencial e a educação à distância (EaD).

Conforme dados obtidos no sistema acadêmico da rede Municipal de Uberaba, em 2022 é composta por 218 profissionais que atuam como Coordenadores Pedagógicos, desenvolvendo suas funções junto a professores do Ensino Fundamental e aproximadamente 28.316 estudantes do 1º ao 9º ano, com a estrutura física composta de um total de 37 Centros de educação Infantil, 32 escolas de Ensino Fundamental, sendo 25 classificadas como urbanas e 07 escolas classificadas como rurais. Dentre estes citados, 11 escolas municipais que oferecem Tempo Integral e 03 oferecem a EJA.

Instituições de ensino que ao implementar as práticas que propõe a melhoria do processo de ensino em todas as orienta em suas gestão a implementação de uma avaliação educacional, de caráter sistêmico²³, com propósito de acompanhar a aprendizagem por meio

²³ A avaliação externa recebe esse nome porque é efetivada por uma instituição externa à escola e, como são avaliadas redes de ensino e um grande número de alunos, também é chamada de avaliação em larga escala. Assim, o foco da avaliação em larga escala é a escola, tendo por unidade de medida o desempenho dos alunos, geralmente em Língua Portuguesa e Matemática, aferido por meio de testes padronizados. (SECRETARIA DE

de diagnóstico da realidade. Serão considerados o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que monitora o desempenho da educação no Brasil e as habilidades previstas para cada série/ano de escolaridade.

O cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, influenciado pelas avaliações sistêmicas, concretizadas pelas três esferas governamentais visam à melhoria da qualidade da educação e são imprescindíveis estratégias de monitoramento. São de impacto direto nesse cálculo os dados obtidos na avaliação sistêmica em nível federal, com projeções vinculadas às metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Decenal Municipal de Educação (PDME).

O acompanhamento possui foco na melhoria da qualidade do ensino, na redução das desigualdades e na democratização da gestão do ensino público, resultando, assim, na aplicação, de forma mais eficiente, dos recursos destinados à educação.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) aplicado em 2021, no contexto de ensino remoto e híbrido, tendo como referência as taxas do Censo de 2020, com médias projetadas, para o município, seguem discriminadas no quadro abaixo.

Quadro 1 - Metas do IDEB

IDEB	2019	2021	2023	2025
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	6,0	6,2	6,3	6,5
Anos Finais do Ensino Fundamental	5,3	5,5	5,6	5,8

Fonte: Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/municipio/3170107-uberaba>. Acesso em: 06abr. 2022.

O IDEB é um referencial estatístico e quantitativo de qualidade. Os Indicadores da Qualidade na Educação numa perspectiva reflexiva que reúne, em um só indicador, os resultados de duas dimensões de qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O índice é calculado a partir dos dados sobre aprovação, obtidos no Censo Escolar, e dos resultados do Saeb. Um mecanismo de investigações realizado por meio de avaliações externas²⁴ estatístico, condutor de políticas públicas de melhoria da

ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2008, p. 23).

²⁴ Avaliações externas, denominadas avaliação sistêmica ou em larga escala, quando se refere a uma rede ou

educação que fornece elementos para a formulação e o monitoramento de políticas públicas, bem como o redirecionamento de práticas pedagógicas.

Em relação ao IDEB, Saviani (2009) esclarece que:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo MEC a partir de estudos elaborados pelo INEP para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos. Tomando como parâmetros o rendimento dos alunos (pontuação em exames padronizados obtida no final das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª do ensino médio) nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), construiu-se uma escala de 0 a 10. Aplicado esse instrumento aos alunos em 2005, chegou-se ao índice médio de 3,8. À luz dessa constatação, foram estabelecidas metas progressivas de melhoria desse índice, prevendo-se atingir, em 2022, a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo. O ano de 2022 foi definido não apenas em razão da progressividade das metas, mas à vista do caráter simbólico representado pela comemoração dos 200 anos da Independência política do Brasil (SAVIANI, 2009, p. 7).

Na Rede Municipal de Ensino de Uberaba, devido à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), estabeleceram-se diretrizes para a organização da oferta de atividades não presenciais, por meio do regime especial de tele trabalho dos profissionais do magistério nas Unidades de Ensino, em decorrência de medidas preventivas, atuando com ensino remoto, de acordo com a publicação no Porta voz, nº 1817, 08 de Maio de 2020, a Portaria Nº 023/2020, que

Art. 1º Estabelece diretrizes para a organização da oferta de atividades não presenciais aos alunos da Rede Municipal de Ensino, por meio do Regime Especial de Tele trabalho dos profissionais do magistério nas Unidades de Ensino, em decorrência de medidas preventivas para enfrentamento do Coronavírus (Covid-19).
 Art. 2º A Secretaria de Educação (SEMED), por meio da Diretoria de Ensino, orientará e subsidiará as Unidades de Ensino quanto à oferta de atividades não presenciais organizadas de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais/ Matrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino. Parágrafo único. Será disponibilizado, por meio de plataforma virtual, aos alunos, um conjunto de atividades pedagógicas não presenciais (SEMED, 2020) <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/covid19/decretos/PORTARIA%20N%202023-2020.pdf>).

Nesse regime Especial de Tele trabalho, a SEMED optou por disponibilizar material com atividades complementares, buscando alternativas para que a aprendizagem dos alunos não sofresse maiores prejuízos e a relação aluno-escola fosse mantida. O material complementar foi realizado por meio da plataforma digital e também de forma impressa, de acordo com o ano em que os alunos estão matriculados. O site foi criado pela equipe do Departamento de Tecnologia Educacional, com acesso livre por qualquer pessoa.

O material das atividades complementares de cada unidade era elaborado por Coordenadores Pedagógicos, professores e técnicos educacionais da SEMED, de acordo com a (BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais. Disponibilizada aos alunos com acesso à internet, por meio do site oficial e aqueles discentes sem acesso as ferramentas tecnológicas receberam o material impresso na unidade escolar em que estavam matriculados. Foram disponibilizadas vídeo aulas, transmitidas por rede de televisão aberta. Para os alunos da zona rural, uma equipe foi disponibilizada para levar o material até a casa de cada aluno.

O estudo e elaboração do conteúdo do material eram feitos quinzenalmente, e eram registrados no caderno ou na folha impressa e após a realização das atividades, cada responsável pelo aluno, deveria organizar o trabalho e entregar na escola na data proposta, ou no retorno das aulas. Material este que era entregue aos professores a fim de que fosse corrigido e posteriormente analisado pela equipe pedagógica.

O Ensino Remoto constituiu-se de instrumento relevante para o processo de ensino e aprendizagem, com intenção de que o processo de aprendizagem não prejudicado devido à pandemia do Coronavírus (Covid-19). Esse sistema propiciou o acompanhamento, diagnóstico dos alunos e o mais importante, manteve o vínculo escola e família, estimulando o desenvolvimento e engajamento dos alunos.

3.3 Descrições das escolas

As cinco escolas Rede Municipal de Ensino de Uberaba estudadas apresentam perfis diferentes, selecionadas três escolas de grande porte e duas escolas da região central e fazem parte do universo profissional da pesquisadora. Dessa forma, objetivamos descrever os perfis e as análises dessas unidades, considerando o questionário realizado em relação ao trabalho dos Coordenadores Pedagógicos do Ensino Fundamental I e a metodologia desenvolvida com o ensino híbrido, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino oferecido.

Nas unidades da Rede Municipal de Ensino, coordenada pela Secretaria de Educação, por meio da Diretoria de Ensino e do Departamento de Ensino Fundamental, propõe ações com objetivo de acompanhar os resultados do IDEB como forma de melhorar a qualidade do ensino ofertado nas escolas do Ensino Fundamental, tendo como foco principal a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, o que impactará na redução dos índices de repetência e evasão.

Essas ações elevam o IDEB, com o objetivo de representar aspectos da qualidade da educação, com base em dois indicadores: aprendizagem e fluxo escolar. Apesar das ações

desenvolvidas com vistas à melhoria da qualidade da educação, o índice é relativamente alto no que diz respeito à taxa de aprovação, que é reflexo, dentre vários outros aspectos, dos procedimentos didáticos e metodológicos adotados, considerando os ritmos de aprendizagem, as diferentes experiências culturais e sociais dos alunos e os conteúdos abordados pouco significativos impactando positivamente a taxa de aprovação dos alunos.

Todas as escolas são localizadas em bairros centrais, possuem cozinha, sala da direção, sala dos professores, sala dos coordenadores, biblioteca, laboratório de informática, quadra de esportes, secretaria e parquinho. As dependências das unidades são acessíveis aos portadores de deficiências, inclusive os banheiros.

A equipe gestora das unidades segue um padrão, sendo compostos pelo gestor, vice-diretor, e, no mínimo, um coordenador por turno, e todos da equipe gestora auxiliam na organização e execução pedagógica da escola.

Tabela 1 - Quantitativo de funcionários e alunos

Nome da instituição	Quantitativo de funcionários	Quantitativo de alunos	Perfil de alunos
Escola A	58	926	() Ed. Infantil (X) EFI (X) EFII (X) EJA
Escola B	49	259	(X) Ed. Infantil (X) EFI () EFII (X) EJA
Escola C	36	108	(X) Ed. Infantil (X) EFI () EFII () EJA
Escola D	86	1888	() Ed. Infantil (X) EFI (X) EFII () EJA
Escola E	104	1355	(X) Ed. Infantil (X) EFI (X) EFII () EJA

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

3.3.1 Escola A

A Escola A situada no bairro Boa Vista e fundada em 1975, distribuída nas seguintes modalidades de ensino: Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental/Educação de Jovens e Adultos (EJA). Criada pela Lei Municipal nº 255908/02/1976, reconhecida pela portaria SEDUC Nº 100 - 24/12/2005.

Conforme dados obtidos no Projeto Político Pedagógico, a escola possui recursos técnicos e pedagógicos, como: sala de informática, computadores para uso dos alunos, uma televisão 43 polegadas e uma lousa branca, sala de informática com 17 computadores, além de uma televisão, sala com data show e lousa branca, sala de mesas pedagógicas²⁵ com

²⁵ É uma Tecnologia Educacional que oferece possibilidades para uma prática pedagógica inovadora e inclusiva. As atividades dessa ferramenta tecnológica incentivam o desenvolvimento físico, intelectual, psicológico e social das crianças. Elas manipulam materiais concretos e recursos digitais, exercitando a coordenação motora, o relacionamento e possibilitando a descoberta do mundo pelos temas abordados nessa faixa etária: Artes, Natureza e Sociedade, Linguagem Oral e Escrita, Movimento, Matemática e Música.

televisão 34 polegadas e quadro branco, sala de recursos multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado (AEE), cantinho da leitura, biblioteca e televisões em 11 salas de aula.

A instituição é composta por um corpo docente comprometido com o educar e disposto a despertar nos alunos a reflexão e o senso crítico, para que esse aluno construa seu próprio conhecimento. A equipe escolar é regida pelos princípios da “justiça, coordenação, eficiência e estabilidade de relações”.

Os alunos da escola, que residem no seu entorno ou são advindos de bairros próximos, vêm de famílias com poderes aquisitivos de classe média, baixa e carente, cujos filhos estão em situação de vulnerabilidade. A unidade escolar a fim de conhecer o entorno da unidade, constatou que as famílias têm grandes dificuldades para atendimento de seus filhos na área de saúde (psicólogo, oftalmologista, fonoaudióloga, neurologista), o que compromete, muitas vezes, a aprendizagem.

Existe baixa evasão, conforme pesquisa sobre a frequência dos discentes no sistema acadêmico observou que nos períodos matutino e vespertino existe baixa a evasão, porém, no período noturno é bastante significativa. Os alunos do período noturno são bastante diversificados em relação à idade, classe social e ao nível de conhecimento.

As verbas recebidas para a manutenção da unidade escolar e realização de projetos são de âmbito nacional e municipal. As decisões administrativas das mesmas são feitas coletivamente com o conselho escolar, que tem representatividade de todos os seguimentos. As decisões tomadas são registradas em livro próprio e a prestação de contas é conferida pela SEMED.

A escola pesquisada possui como lema:

Uma Escola para Todos - Coordenar e implementar o Projeto Político Pedagógico em parceria com a comunidade escolar e as diretrizes da SEMED, assegurando um ensino de qualidade em um espaço de conhecimento, cultura e criatividade para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos (PPP Escola A, 2022).

Os seguintes projetos são descritos em seu Projeto Político Pedagógico: Pacto de Metas 2018/2022; Gestão Participativa; Formação Continuada em Serviço; Ampliando o saber em Tempo Integral; Educação Inclusiva: AEE; Intervenção Pedagógica; Biblioteca em Ação; Tecnologia Educativa na Escola; Avaliação Escolar x IDEB; Adequando o nosso espaço físico: cuidando do nosso ambiente; Saúde na Escola; Parceiros da Escola.

Pelos projetos descritos acima, possuem o intuito de priorizar a qualidade do ensino e possui bom convívio com a comunidade em geral, trazendo os projetos do dia da família na

Escola, reuniões, assembleias, festividades, além de ceder espaço para que os familiares possam utilizar da infraestrutura e materiais da instituição, incentivando a aproximação e participação dos mesmos.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico da escola apresentado como documento para respaldar esta descrição, demonstra que a unidade valoriza a universalização gradativa da educação básica e busca proporcionar melhores condições de aprendizagem e discussões baseadas no currículo que atendam às especificidades, juntamente com a avaliação dos espaços físicos e a adequação dos mesmos às modalidades de ensino oferecidas.

3.2.2 Escola B

A Escola B, localizada no Jardim Espírito Santo, oferece à comunidade dos bairros próximos atendimento Anos Inicial e dos Anos Finais do Ensino Fundamental/Educação de Jovens e Adultos (EJA). Construída em 1995, com a lei de criação nº 4994 foi publicada em 1992, e seu certificado de Credenciamento e Autorização de Funcionamento, conforme Parecer nº 232/95, foi aprovado em 1995 para o Ensino Fundamental.

A escola apresenta excelente espaço físico, que conta com quadra coberta, pátio amplo com grande área verde, nove salas de aula com capacidade para 30 alunos, uma sala onde funcionam integrados os Serviços de Supervisão Pedagógica e coordenação de tempo integral, uma sala para Direção e Vice-direção, uma sala onde funciona a biblioteca; uma sala para secretaria, uma sala para o AEE, dois banheiros para funcionários, dois banheiros para os alunos, cozinha e refeitório. A instituição possui recursos técnicos e pedagógicos, bem como oferece ensino de informática e sala de recursos multifuncionais para atendimento inclusivo.

No que se refere à equipe pedagógica e administrativa, no ano de 2022 a escola conta com uma diretora e um auxiliar de direção, um Coordenador Pedagógico no turno matutino e uma no turno vespertino, uma Coordenadora de Tempo Integral e uma Coordenadora para o Projeto Parceria Escola e Família. O quadro de funcionários geral da escola é composto por: 15 Professores de educação Básica são efetivos e 14 designados; quatro auxiliares de serviços gerais, dois auxiliares de biblioteca, uma secretária escolar; dois auxiliares de secretaria no período matutino, dois auxiliares no vespertino e três inspetoras de alunos.

Os alunos, quase em sua totalidade, são de classe social baixa, de famílias com vulnerabilidade social. Vários problemas sociais estão presentes na comunidade. São crianças carentes de afeto e atenção. Quanto a taxa de evasão, o percentual é mínimo, e os pais são orientados a acompanhar seus filhos no ambiente escolar e também em relação à frequência.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a efetivação de uma prática de gestão democrática acontece com a participação do colegiado e de toda a comunidade escolar, respaldada pelo comprometimento e honestidade na prestação de contas. Os investimentos financeiros são usados para suprir as necessidades dos alunos, do espaço físico e dos materiais pedagógicos, priorizando as situações mais urgentes, pois os recursos financeiros não são suficientes em relação às necessidades da instituição escolar. As decisões administrativas e pedagógicas, a construção do Projeto Político Pedagógico e as ações da escola são definidas coletivamente, visando o bem comum.

É contemplada com a parceria do Projeto Escola e Família, no qual uma professora acompanha a rotina dos alunos em seu dia a dia, nos aspectos familiares, atuando em questões como:

O bem estar do aluno, intervenção junto com o coordenador pedagógico sobre casos de infrequência, apura possíveis casos de maus tratos, abusos ou abandono. Coordena as ações de acompanhamento da Secretaria de Saúde junto aos alunos, como escovação e prevenção a cáries, nutricionista, abordagem de temas específicos através de palestras e oficinas, atendimento oftalmológico, entre outros. A presença desse projeto contribui para estreitar ainda mais os laços entre a família e a escola, tornando um a extensão do outro (PPP Escola B, 2022).

Os seguintes projetos estão descritos em seu Projeto Político Pedagógico: Parceria Escola-Família; Programa Saúde na Escola; Enfrentando a dengue; Uberaba: Cidade que Lê; Biblioteca e sala de aula: uma relação necessária; Formação Continuada em Serviço; Sarau literário: Da literatura ao teatro; Recursos de informática: Tempo Integral; Espaço de conhecimento, recurso pedagógico e ferramenta de inclusão; Consciência negra: somos todos inter-raciais; Folclore brasileiro em suas regiões; Educação Ambiental: Cidadania e Sustentabilidade; Mais Educação: Educação de Tempo Integral; Pacto de Metas: Hora do conto.

A escola busca constantemente parcerias e participação em projetos voltados para questões sobre o meio ambiente e as mudanças ocorridas no bairro, avaliando sempre os impactos relacionados. Um lugar que “educa” o aluno em seu caráter primordial, sendo para grande parte deles a maior referência, pois alguns chegam sem noções básicas de higiene e socialização. Realiza, ainda, vários trabalhos sociais, com apoio de toda a equipe, e mais especificamente através do Projeto Escola e Família, onde a professora referência, com orientações da SEMED e Secretaria da Saúde, oferece suporte e conduz os alunos a atendimentos especializados necessários.

3.2.3 Escola C

A Escola C está localizada no bairro Quinta da Boa Esperança. Oferta ensino Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tendo um total de nove turmas, com 233 alunos, contando também com o AEE nos dois turnos. Instituição inaugurada em 1959, conforme registros historiográficos. A Educação Infantil foi implantada na unidade em 1987, e no ano de 1993 passou a oferecer o ensino de 1ª a 4ª série (nomenclatura utilizada na época). Assim, permaneceu funcionando em dois turnos, matutino e vespertino, até 2014, quando encerrou suas atividades. Posteriormente, a Prefeitura Municipal de Uberaba, em 2015, um contrato de Comodato²⁶, no qual estabelecia que a instituição fosse gerida pelo município.

Em relação ao espaço físico, a escola possui uma área total de 4.788 m², distribuídos em três terrenos. Seu entorno é todo murado, e tem saída por dois locais. As dependências da instituição apresentam-se setorizadas por blocos. Uma das partes é composta pela entrada principal da escola, salas da diretoria, sala da coordenação pedagógica, secretaria, sala dos professores e sanitário, além de uma biblioteca ampla e de um laboratório de informática.

Em outra parte, estão distribuídas salas de aulas arejadas e com boa iluminação natural, sala de recursos multifuncionais, Atendimento Especializado Educacional, sala de Intervenções nas Aprendizagens Pedagógicas (IAP), espaços-pátios sem cobertura, destinados ao trânsito dos usuários e recreios, e sanitários femininos e masculinos. Ainda compõem a dependência da escola: vestiário, quadra sem cobertura, cozinha, um galpão, que é utilizado como refeitório, área livre, estacionamento e dispensa. A unidade possui um excelente espaço físico, e uma área verde que permite várias atividades lúdicas.

Há rotatividade de professores, pois o quadro de professores designados por processo seletivo e do total de 31 professores, 13 são designados e 18 são efetivos. Conforme a equipe pedagógica, na escola existe um bom relacionamento com os pares, destacando-se com pontos positivos o companheirismo entre professores, o planejamento coletivo, o envolvimento entre a equipe gestora, o relacionamento com os alunos - respeitando sempre a visão dos mesmos e aprendendo com as individualidades de cada um -, além do incentivo recebido pela escola com relação à aquisição de recursos pedagógicos, materiais, conservação e limpeza do espaço físico.

A escola é constituída por alunos de nível socioeconômico médio, de famílias com estruturas tradicionais e compostas em sua maioria por profissionais liberais, empresários,

²⁶ Modalidade de empréstimo gratuita formalizada através de contrato, cuja previsão se encontra no Código Civil.

servidores públicos municipais, estaduais e federais. O núcleo familiar dos alunos se faz presente na grande maioria das reuniões, festas e solicitações de comparecimento e acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

A gestão democrática baseia-se em princípios:

Princípio de Focalização: restringe a gratuidade do ensino aos alunos de 7 a 14 anos. Princípio de Flexibilização: tem em vista a otimização do processo de escolarização: atraso no ingresso, permanência, fluxo escolar, repetência. Oportuniza adoção de medidas emergenciais e particularistas voltadas para o incremento da eficiência do processo de escolarização. Princípio de Mobilização: deve fomentar o envolvimento dos professores, pais, alunos, das organizações sociais, dos setores produtivos na implementação das políticas educacionais a serem adotadas. Este princípio norteia a gestão no sentido de buscar responsabilização das instituições, dos indivíduos e dos segmentos sociais na busca de resultados relevantes. (PPP Escola C, 2022).

A unidade possui ações que buscam constantemente estreitar o diálogo entre a escola e a família, promovendo ações e eventos que valorizam uma educação como compreensão analítica dos problemas e desafios postos pela contemporaneidade. Os alunos, quase em sua totalidade, são de classe social baixa, de famílias com vulnerabilidade social.

Alguns dos eventos realizados são: festa da família, festa junina, realizada em turnos matutino e vespertino, com a colaboração de toda equipe escolar em ornamentação e danças e com a participação da família; realização do projeto Bicentenário da Independência do Brasil - projeto elaborado pela SEMED; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)²⁷, programa que possibilita aos alunos do encerramento do ciclo complementar de alfabetização.

Os seguintes projetos estão descritos em seu Projeto Político Pedagógico: Biblioteca – interações sociais e aprendizagens, com subprojetos, datas comemorativas; Formação Continuada de Professores na Escola; Informatização Pedagógica e Curricular; Projetos de inclusão e alfabetização; Projeto de Intervenção de Acompanhamento Pedagógico.

A escola possui a concepção equânime, inovadora, dialógica, laica, democrática, sustentável, acolhedora e conectada. Concepções estas enfatizadas pela missão de “Construir uma escola acolhedora, respeitando as diferenças, com o compromisso de uma educação humanizada em um ambiente fraterno e alicerçada em uma educação democrática de qualidade.” (PPP Escola C, 2022).

²⁷ O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd consiste em um esforço cooperativo estabelecido entre a Polícia Militar, a Escola e a Família.

3.2.4 Escola D

A Escola D fica localizada no bairro Santa Maria, ofertando Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental, organizadas no ano de 2022, no turno matutino. Fundada em 1976 e inaugurada, com o início efetivo das aulas, em 1977, ofertando inicialmente turmas da 5ª a 8ª série. A escola foi ampliada em 1984, com mais duas salas de magistério e três de contabilidade. Em 1989, foram construídas e inauguradas outras quadras, porém sem cobertura. O laboratório de informática foi implantado em 1990, uma vez que em 1988 foi solicitada pela Carta Consulta a extensão do curso técnico em Processamento de Dados, na área de Técnico em Informática.

A unidade é composta por 21 salas de aula, uma sala de direção, uma de vice-direção, uma de coordenação pedagógica, uma de professores, uma secretaria, um laboratório de ciências, uma de materiais pedagógicos, uma de jogos e materiais esportivos, seis banheiros, uma sala de informática, uma para Intervenção Pedagógica e/ou aulas extra turno, uma de materiais de teatro, três para arquivo morto, uma de Recursos AEE, uma biblioteca, uma de materiais de limpeza, uma de descarte, uma de instrumentos musicais e uma de multimeios.

Porém, o prédio necessita de intervenções em sua infraestrutura física, como adequações, assim como sua limpeza, organização, manutenção e segurança necessitam de investimentos constantes, a fim de se preservar o ambiente em boas condições, para que sejam executadas as ações planejadas. Possui um espaço físico escolar de grande relevância, utilizado como um local de convivência social, afetiva, cultural, de estudo, discussões, debates, atividades físicas, culturais e de lazer, organizado com recursos pedagógicos atrativos, permitindo melhores condições no processo de ensino e aprendizagem.

A unidade conta com a colaboração de 86 servidores municipais, sendo 59 professores, dois Coordenadores Pedagógicos e professores, 21 administrativos, uma diretora e um vice-diretor. Dos professores que atualmente trabalham na instituição, dois cursaram o magistério, 30 fizeram graduação e 31 pós-graduados. Do total de professores, 43 são designados e 20 são efetivos.

Os alunos da escola são, em sua maioria de classe média baixa, moradores do bairro supracitado e do seu entorno. Contudo, alguns alunos advindos de bairros mais afastados, como o Rio de Janeiro, também são atendidos pela unidade escolar, por meio da colaboração do Transporte Escolar oferecido pela Prefeitura Municipal de Uberaba.

A instituição oferece aos alunos no extra turno algumas atividades, como: aulas de violão, Grupos de Liderança (Jovem Empreendedor, Agentes Ambientais e Grêmio Estudantil), teatro, vôlei, futsal, handebol e fanfarra. Além disso, atende também com os programas Núcleo de Apoio Pedagógico On-line para alunos do Ensino Fundamental I e II e Intervenção e Acompanhamento Pedagógico.

De acordo com a legislação vigente, os docentes participam mensalmente da Formação Continuada na Unidade de Ensino, sob orientação das Coordenadoras Pedagógicas e da equipe gestora, refletindo sobre problemáticas apresentadas pelos educandos, além de discutirem técnicas e metodologias de ensino para aprimorarem o desempenho dos alunos, visando a construção de um ensino-aprendizagem mais eficaz:

A Gestão Escolar compreende a organização da escola promovendo condições efetivas para garantir o avanço do processo de ensino-aprendizagem. Assim, as ações da escola devem estar pautadas e articuladas em quatro áreas fundamentais: pedagógica, administrativa, financeira e de recursos humanos. Desta forma, oportunizaremos aos educandos a aquisição das capacidades de aprendizagem, habilidades, atitudes, valores, levando-os a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com a vida em sociedade, reconhecendo direitos e deveres, respeitando as diferenças e valorizando o patrimônio histórico e cultural construído pela humanidade (PPP Escola D, 2022).

A escola emprega grande esforço na aprendizagem dos alunos, mas acredita que poderia investir mais nas famílias, de forma a trazê-las para dentro do processo de ensino-aprendizagem de maneira mais eficiente, especialmente após o período pandêmico. Apesar disso, vivencia constantemente uma relação de diálogo com alunos, professores e familiares, levantando pontos positivos e negativos e, principalmente, buscando mostrar, de forma bastante sincera, a realidade social em que todos estão inseridos.

3.2.5 Escola E

A Escola E, localizada no bairro Fabrício, distribuída nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Fundada em 1944 e municipalizada pela resolução nº 7.177 de 05.02.1994.

A unidade funciona no ano de 2022, em prédio cedido por instituição privada. Possui 31 salas de aula, com capacidade para 25 alunos cada, laboratório de ciências equipado, sala de multimídia com Datashow e lousa digital, laboratório de informática com 18 computadores, sala de AEE, secretaria, sala dos professores, sala da vice direção, sala da coordenação pedagógica, banheiro para os professores, sala de coordenação e supervisão

pedagógica, sala da direção, uma biblioteca, refeitório e cozinha. O prédio possui quatro andares, com rampas de acesso e escadas. Cada andar conta com banheiros regulares e de acessibilidade. Dentro das normas do contrato de comodato, cabe à gestão escolar disponibilizar recursos para a manutenção e conservação do prédio e do mobiliário.

Em relação a equipe escolar, dos professores que atualmente trabalham na Unidade Escolar, apenas 04 não possuem curso superior, 01 professores estão cursando Pedagogia, 13 professores têm pós-graduação, sendo em diferentes cursos da área da Educação. Os demais com graduação. Há rotatividade de professores, devido sim, pois há no quadro professores designados por processo seletivo, do total de 31 professores: 13 são designados e 18 são efetivos.

Composta de alunos de classe média, de vários bairros da cidade, embora a zona de abrangência seja os bairros Fabrício, Mercês, Vila Olímpica, Vila Militar e Jardim São Bento. Atende, também, alunos de outros locais, uma vez que alguns pais trabalham próximos ao centro e a localidade da escola facilita essa transição.

Em seu Projeto Político Pedagógico, estão descritos os seguintes projetos: Projeto Pacto de Metas; Alfabetização e Letramento; Inclusão para Todos; Intervenção em Tempo Real; Tecnologia em Ação: Processo de Ensino e Aprendizagem.

Conforme a pesquisa, a unidade propõe ações reflexivas que destacam as reais necessidades educativas, culturais e humanas da comunidade escolar e seu entorno, com vistas a uma sociedade mais igualitária na razão de direitos e deveres do cidadão. Ações estas que estão previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, que contemplam o atendimento aos alunos de inclusão de forma prioritária e abrangente, incentivando o uso das tecnologias educacionais de forma racional e eficiente, promovendo a integração escola-família, valorizando a Formação Continuada em Serviço como forma de integração e melhoria das práticas de ensino, cumprindo o Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa e incentivando a melhoria do acervo da biblioteca e zelo patrimonial.

3.4 A figura do Coordenador Pedagógico e suas práticas nas instituições da Rede Municipal de Uberaba/MG

A pesquisa sobre o Coordenador Pedagógico se configura baseado no recorte de uma pesquisa documental com documentos que fazem referência direta à este profissional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Uberaba/MG considerando a análise da Lei Complementar Nº 501, de 11 de setembro de 2015 e que posteriormente foi alterada conforme

a Lei Complementar nº 608/2020. Ela “Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências”, destina-se às atribuições, à questão da formação para o exercício do cargo e à competência, que nos leva a compreender o seu conceito no âmbito da referida rede de ensino.

Legislações e normativas que revelam este profissional licenciado e ou pós-graduado para atuar como articulador, formador e transformador no contexto da Educação Básica. Uma breve contextualização sobre a historicidade do termo hoje utilizado do Coordenador Pedagógico.

A formação exigida para o cargo é a licenciatura plena em qualquer área de atuação, com habilitação em Supervisão escolar. A evolução na carreira fica condicionada à declaração de títulos com vínculo à formação complementar: pós-graduação lato-sensu, mestrado ou doutorado. Termos explícitos na Lei Complementar nº 608/2020, que trata dos conceitos básicos, aponta, no artigo 12 que a carreira de magistério, no âmbito da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba abrange o cargo de Coordenador Pedagógico. Já no Capítulo VI, ao tratar “da carreira”, coloca:

§ 6º Coordenador Pedagógico II: I - Classe A - Nível superior em cursos de licenciatura em Pedagogia ou graduação plena com habilitação em Supervisão Escolar, ou graduação plena em qualquer área da Educação com especialização em Supervisão Escolar, oferecidos por Instituições de Ensino Superior - IES, reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC; II - Classe B - conclusão de pós-graduação, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas; III - Classe C - conclusão de pós-graduação, Lato-Sensu, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas; IV - Classe D - conclusão de pós-graduação, Stricto-Sensu, Mestrado; V - Classe E - conclusão de pós-graduação, Doutorado (UBERABA, 2020).

O Plano de Carreira do Magistério, composto por um conjunto de normas que estabelece e regulamentam as condições de trabalho, progressão salarial dos profissionais da educação como: docentes, suporte pedagógico, inspeção educacional, coordenação pedagógica e gestão escolar. Descritos pela mesma legislação citada anteriormente, a jornada de trabalho do Coordenador Pedagógico, da seguinte forma:

Art. 28-C A jornada mensal de trabalho do Coordenador Pedagógico II no efetivo exercício do cargo nas unidades de ensino é de 180 (cento e oitenta) horas mensais, das quais 90 (noventa) horas são cumpridas na unidade de ensino, e 45 (quarenta e cinco) horas-atividades são reservadas a estudos, planejamento e avaliação das ações inerentes às suas funções. § 1º 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária da jornada mensal do cargo são destinados às horas-atividades e devem ser cumpridos de forma presencial, na unidade de ensino, nos termos regulamentados pela Secretaria de Educação (UBERABA, 2020).

Atua especificamente nas escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme carga horária prevista, exercendo suas práticas de maneira participativa, integrada e corresponsável com a equipe de gestão escolar na perspectiva da formação dos professores na escola, das atividades de planejamento escolar, elaboração, organização, avaliação e execução do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Ao acompanhar o trabalho do professor, seu papel inicial é ofertar auxílio nas organizações das atividades cotidianas, realizando inferências no planejamento, sua execução e por fim da avaliação formativa. Desta forma aguçará a participação e incentivará capacidade de serem proativos da equipe, tornando-os mais dinâmicos e assim favorecer a melhoria do processo ensino-aprendizagem e da qualidade de ensino proposto. Ressaltamos que esta figura de articulador e mediador se torna relevante nas escolas devido ao fato de ser o interlocutor e orientador das ações pedagógicas com professores e família dos educandos. Importante destacar que em suas práticas, deve coordenar o processo de avaliação interna e externa da aprendizagem dos alunos, analisar os resultados e redirecionando as ações, conforme diagnóstico e análise decorrentes das avaliações.

3.5 Descrições das escolas sob a perspectiva sócio-histórico-cultural, uma leitura a partir do Projeto Político Pedagógico

As escolas pesquisadas apresentam perfis diferenciados, embora todas pertençam à Rede Municipal de Ensino de Uberaba e contemplem turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, sob a perspectiva sócio-histórico-cultural, uma leitura a partir do Projeto Político Pedagógico objetivou descrever os perfis e o acompanhamento pedagógico dessas unidades, além de compreendermos como é realizada a inserção e prática do Ensino Híbrido realizado pela figura do Coordenador Pedagógico com o intuito de melhorar a qualidade do aprendizado oferecido.

A SEMED propõe a oferta do atendimento escolar na Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da EJA e da Educação Inclusiva, além de uma implantação de práticas e padrões de gestão democrática no atendimento à educação. De acordo com a pesquisa realizada, a referida rede de ensino segue as determinações da união para investimento nos seus recursos humanos e, em função disso, a valorização dos educadores prevista por meio da revisão do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério, com ênfase no estabelecimento do critério do mérito e da reorganização da política de formação profissional.

A gestão democrática das escolas públicas é um dos princípios previstos na Constituição Federal de 1988 e o LDB Lei n.º 9.394, de 1996 confirmas esse e explicita

outros princípios essenciais à gestão democrática: a participação da comunidade nos Conselhos Escolares, destacados também no PNE (Lei n.º 10.172, de 2001), que estabelece as diretrizes das organizações colegiadas. Oferecem-se, assim, os alicerces de uma escola que se embasa na formação humano-cidadã e que garanta um ambiente de aprendizagem eficaz.

Propõe concepções estruturadas e explícitas de educação, escola, professor, aluno, currículo, prática pedagógica e avaliação. Estruturas que se baseiam na filosofia da Educação da Rede Municipal de Ensino, dos comportamentos político-administrativos e, sobretudo, político-pedagógicos na construção do atual Plano de Gestão da Educação Municipal de Uberaba.

As escolas no projeto Político Pedagógico que se destina a direcionar ações que promovam melhorias nos atendimentos educacionais, com assessoramento, apoio e plantões pedagógicos, de modo que sejam concretizados os compromissos e as metas da Secretaria de Educação, em consonância com a política educacional nacional, com o Plano Decenal Municipal de Educação (2015-2024), com o Plano de Gestão da Secretaria de Educação (2021-2024), com o lema desta Gestão "Educação: construção de saberes em uma sociedade democrática e sustentável" e com o Projeto Político Pedagógico de cada Unidade de Ensino com vistas à oferta de educação com equidade e qualidade. As ações deste projeto serão desenvolvidas de 2021 a 2024.

Documento construído por cada Unidade Escolar, a partir de uma característica dialógica, com processo de avaliação dessas características, uma proposta de avaliação da aprendizagem substancial e coeso, que orientará os dispositivos mais pertinentes às metas propostas, bem como as finalidades, baseado nas informações coletadas. Conforme o Informativo 1, no título I, referente à Identificação e Manutenção da Rede Municipal de Ensino,:

Art. 3º As Unidades Municipais de Ensino reger-se-ão por este Regimento, enquanto documento prescritivo de normas gerais, que serão personalizadas por meio do Projeto Político-Pedagógico (PPP), elaborado pelo coletivo escolar, e dos dispositivos relacionados à ação educativa, atendendo às especificidades que surgirem. Parágrafo único. As Unidades Municipais de Ensino não poderão realizar modificações no referido documento (UBERABA, 2021, p. 15).

Os Projetos Político-Pedagógicos das escolas do Município de Uberaba são instrumentos norteadores para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino. Direcionam e coordenam as ações que norteiam e conduzem as ações que colaboram com o desenvolvimento das aprendizagens em nossos alunos.

A definição da palavra “Coordenar”, de acordo com o dicionário Larousse Cultural (1992), como “dispor em certa ordem, segundo determinado sistema, organizar, arranjar”. Definição que levam a refletir sobre as diferentes funções exercidas pelo Coordenador Pedagógico nas escolas de Uberaba. De forma prática, este profissional exerce ações que se destinam a organizar, orientar e harmonizar o trabalho do corpo docente, com objetivo de concretizar as propostas do Projeto Político Pedagógico, agindo como um atuando como um dinamizador entre os processos e as pessoas.

Uma das características essenciais da construção do Projeto Político Pedagógico permeia os ideais dos projetos em consonância com uma gestão democrática, conforme Ilma Veiga (2003),

É um movimento de luta em prol da democratização da escola que não esconde as dificuldades e os pessimismos da realidade educacional, mas não se deixa levar por esta, procurando enfrentar o futuro com esperança em busca de novas possibilidades e novos compromissos. É um movimento constante para orientar a reflexão e ação da escola (VEIGA, 2003, p. 276).

Na Rede Municipal esse documento é constituído após reunião com todos os segmentos da comunidade para delinear a realidade escolar, buscar ações para superar os desafios e entraves que vão nortear as ações e projetos com intenção de crescimento e consolidação para o período 2022-2025. Os documentos das escolas pesquisadas foram redigidos baseando-se em relatos, entrevistas, questionários aos pais e comunidades, questionário a equipe escolar realizados via *Google Forms*.

Instrumento qualificado pela LDB como relevante para a qualidade do ensino, pautado em uma gestão com diretrizes, que qualifica a relevância e a importância da elaboração deste instrumento para desenvolvimento das práticas pedagógicas com a autonomia e de acordo com as diretrizes de uma gestão democrática, baseadas na realidade sócio-histórico-cultural da comunidade escolar, conforme descrito de forma mais específica no artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB, 1996, Art. 14).

A LDB ainda reafirma tal ideia no art. 3º, VIII, “gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino”, conforme a perspectiva de Veiga:

estabelece uma prescrição legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Em seu artigo 12, inciso I, a LDB prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). Esse preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa (VEIGA, 2009, p. 164).

Pode-se citar nesta seara, a Constituição Federal que apresenta o princípio democrático no art. 206, e no item VII do mesmo artigo a “garantia de padrão de qualidade”:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (BRASIL, 2021)

As escolas, em sua maioria, são submetidas pelas instâncias políticas, sociais, educacionais e administrativas que interferem no processo de construção do Projeto Político Pedagógico. Veiga (1998) retrata o assunto da seguinte forma:

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva (VEIGA, 1998, p. 2).

A construção do documento das instituições pesquisadas demonstrou analisar a organização da social por meio da implantação dos Conselhos de Educação. Ação esta que possibilita que a sociedade civil participe da aplicação da legislação, propostas educacionais e fortalecimento da gestão na tomada de decisões.

As funções normativas e deliberativas do sistema serão exercidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Pensado como um órgão das características de autonomia, representatividade e legitimidade, como uma instância permanente e renovada por critérios e periodicidade distintos daqueles que vigoram no âmbito da política partidária, o CNE estará, senão imune, pelo menos não tão vulnerável aos interesses da política miúda (SAVIANI, 2010, p. 778).

Neste processo, destacam-se as Políticas Públicas Educacionais na conjuntura das ações que permeiam o processo de Alfabetização e a Formação Continuada dos Profissionais do Magistério. Neste contexto, cada unidade segue os preceitos legais, políticos e teóricos referentes a Organização do Trabalho Escolar e que trazem as diretrizes da SEMED, com objetivos claros de melhoria da qualidade da educação e respeitosa levando em consideração a diversidade humana.

A LDB intitula a importância da elaboração do Projeto Político-Pedagógico para a qualidade do ensino com a autonomia das diretrizes de gestão democrática, alicerçadas na habilidade das ações participativas das famílias e de toda a comunidade escolar, conforme os artigos 12 a 15, e de forma mais específica no artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB, 1996, Art. 14).

A Constituição Federal traz o princípio democrático no Art. 206, e no item VII do mesmo artigo a “garantia de padrão de qualidade”. A LDB reafirma tal ideia no Art. 3º, VIII “gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Nessa perspectiva, recorreremos a Veiga:

A LDB (Lei nº 9.394, de 1996) estabelece uma prescrição legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Em seu artigo 12, inciso I, a LDB prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). Esse preceito legal está sustentado na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa (VEIGA, 2009, p. 164).

Uma instituição pública de qualidade se configura em lutas pela democracia e a busca pelo conhecimento, fatores fundamentais no processo de Gestão Educacional no Brasil, com ações de políticas públicas educacionais que promovam transformações significativas nas Instituições de Ensino.

Documento de natureza democrática são uma proposta flexível que busca a concretização a curto e em longo prazo, em ações e projetos na escola, respeitando a diversidade existente em cada unidade escolar. Em constante reformulação, de acordo com as reais necessidades educacionais da atualidade. O período pandêmico e pós- pandêmico, trouxe grandes desafio e a necessidade de buscar novas estratégias e subprojetos para o retorno às atividades presenciais, baseado nos três eixos da atual gestão municipal para a educação: “sustentabilidade, acolhimento e conectividade”.

4. TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS E VIVÊNCIAS: O ENSINO HÍBRIDO COMO REALIDADE EDUCACIONAL

Esta seção descreve uma pesquisa qualitativa, realizada em cinco escolas da Rede Municipal de Ensino na cidade de Uberaba/MG, que promovem o Ensino Fundamental I no qual sinaliza que o modelo tradicional de ensino já não supre todas as novas demandas dos alunos e professores. Ensino Híbrido é uma realidade educacional, baseado em novas trajetórias metodológicas sob a perspectiva de se pensar o “Ensinar”. Metodologias que levam em consideração o aluno como protagonista, no qual sejam desenvolvidas demandas ações para que o aprendizado seja mais efetivo e interessante, de suprir suas demandas e se adaptar a rotinas ligadas à tecnologia.

O Ensino Híbrido compreende a utilização das tecnologias digitais, valorizando a individualização do ensino, e, na atualidade, é apreciado como uma das soluções mais viáveis para o processo de ensino e aprendizagem na educação, mesmo pós-pandemia. Na visão da especialista Lilian Bacich (2015, p. 43), “O Ensino Híbrido configura-se como uma combinação metodológica que impacta na ação do professor em situações de ensino e na ação dos estudantes em situações de aprendizagem”.

A educação digital é uma realidade na educação contemporânea e após o período pandêmico, o sistema educacional passou por uma aceleração com o uso de tecnologias eficazes e eficientes no processo de aprendizagem. O uso de tecnologias educacionais auxilia no processo de aceleração dos alunos e trabalhar de uma forma muito mais concisa o Ensino Híbrido.

Nos últimos anos, a aceleração do desenvolvimento tecnológico tem acentuado de maneira enfática o aspecto essencialmente mutante da cultura contemporânea, o que implica dizer que o modelo de ensino vigente não corresponde mais à realidade e às necessidades do contexto sociocultural da história recente. As inovações tecnológicas, os modelos de negócios adotados e em expansão, as novas organizações sociais familiares e as mudanças de paradigmas vindos da modernidade acabaram por engendrar necessidades e posturas mais críticas e profundas do ser humano em formação (BACICH; NETO; MELLO, 2015, p. 138)

O Ensino Híbrido é quando une canais de comunicação diferentes e atualmente utilizamos o modelo da educação digital e o modelo presencial. Mesmo sendo meios de comunicação diferentes, são complementares ao processo de ensino. No cotidiano da sala de aula, o educador não possui tempo suficiente para poder abordar todos os conteúdos previstos, porém se utilizar o conteúdo do modelo digital e no modelo presencial pode auxiliar nessa trajetória.

Hoje, ainda se observa que a responsabilidade de formar e informar incide sobre o professor. Quando ele realiza uma estratégia diferente para repassar os conteúdos, outros segmentos da escola questionam se o tempo é suficiente para atingir toda a programação. No entanto, o compromisso da escola deve ser com o conhecimento aluno, como ele se dá, e não com a transmissão de conteúdos programados previamente sem a análise das necessidades do educando. O professor precisa de liberdade e autonomia para lidar com os conteúdos que vão provocar a inquietação do aluno. Para isso, a escola deve contribuir oferecendo-lhe condições para atuar, apoiando-o nas suas ideias com o mesmo objetivo de formar pessoas que podem mudar toda uma nação. Muito mais que ensinar conteúdos, a escola tem a responsabilidade de contribuir para a construção da cidadania e o respeito às diversidades (OLIVEIRA, 2014, p. 08-09).

Nessa situação, é importante que os professores trabalhem de forma adaptativa, levando em consideração a realidade e a diversidade de cada aluno, promovendo um processo educativo que valorize a teoria e a prática. Faz-se necessário, para esse propósito, ofertar aos professores flexibilidade para promover um trabalho de qualidade. É possível compreender, nesse processo, que os agentes envolvidos conseguem complementar o aprendizado com os pares. Para isso, é necessário um modelo de gestão de aprendizagem no qual a educação digital seja compreendida com características essenciais ao processo.

4.1 Trajetórias metodológicas

A análise dos dados dessa pesquisa foi feita mediante a presente investigação e trata-se de uma pesquisa descritiva, que buscou identificar o perfil dos Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino no município de Uberaba/MG. Inicialmente, foi aplicado um questionário, no qual foi possível traçar as características dos investigados, diagnosticando suas dificuldades no desenvolvimento das suas práticas diárias e o processo de reflexão crítica em relação aos múltiplos papéis assumidos por estes nas escolas, além de analisar e registrar as mudanças tecnológicas na educação, o ensino híbrido e a relevância da Coordenação Pedagógica no processo educacional e profissional dos professores.

A aplicação de questionário semiestruturado aos Coordenadores Pedagógicos do Ensino Fundamental I, em cada unidade de ensino, foi primordial para a coleta dos dados e foram aplicados no segundo semestre de 2022. Realizada a leitura e análise do Planejamento Anual de cada coordenador e do Plano de Formação Continuada da escola contido no Projeto Político Pedagógico. Para registro, foram feitas planilhas específicas para cada coordenador, registrando as datas e pautas das reuniões.

Nesta sequência, a partir da análise das atribuições previstas em Cargos da Carreira dos Profissionais do Magistério, da Lei Complementar nº 501, de 09 de setembro de 2015, (Regulamentada pelo Decreto nº 5581/2020), verificou-se a dimensão do trabalho do

Coordenador Pedagógico nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Durante a pesquisa, foi perceptível que as atribuições do Plano de Carreira estão de acordo com as reais necessidades das demandas da escola, com as diferentes realidades que ocorrem dentro dos espaços educacionais. Este estudo teve como finalidade geral determinar o perfil dos Coordenadores Pedagógicos e contribuir com futuras investigações sobre o tema.

Dentre as atribuições do Coordenador Pedagógico, é necessário sobrelevar as ações deste profissional que realiza grande variedade de atividades do trabalho dos docentes. Quanto à relação entre docentes e Coordenadores Pedagógicos, Libâneo ressalta que:

O Coordenador Pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Junto ao corpo docente, coordenador tem como principal atribuição a assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação (2015, p. 193).

Participaram da pesquisa seis Coordenadores Pedagógicos, que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental de Escolas sediadas no município de Uberaba. Esses profissionais estão na coordenação há mais de dez anos. Neste texto, eles serão identificados numericamente, com nomes Coordenador Pedagógico 1 e 2, assim sucessivamente.

Vale mencionar que, para o levantamento das informações, permitiram a construção de conhecimentos para todos os envolvidos, possibilitando corroborar a importância da formação continuada e dos cursos realizados pelos Coordenadores Pedagógicos no desenvolvimento de suas funções.

Os Coordenadores Pedagógicos desenvolvem seu trabalho dentro do sistema educacional como mediadores do processo pedagógico e no apoio ao educador. De acordo com dados analisados, os profissionais entrevistados acreditam que as reuniões de formação continuada são fundamentais para suas práticas e dos professores nas instituições escolares e que a permuta de experiência e informações entre seus pares auxilia na melhoria das suas práticas e na formação continuada: [...] *Esses momentos formativos oportunizam ao Coordenador Pedagógico acompanhar, sugerir, propor ações ao docente* [...] (Coordenador Pedagógico 6 – Escola E, 2022).

Formação Continuada que propiciam aos profissionais que atuam nas escolas reflexões sobre os temas e conteúdos para a elaboração de estratégias metodológicas que favoreçam a articulação de saberes, bem como a reflexão crítica da prática pedagógica.

Vasconcellos traz, em suas análises, a seguinte reflexão:

Afinal de contas, qual o papel do Pedagogo? Diversas são as reclamações que emergem do cotidiano dos coordenadores: sentem-se sozinhos, lutando em muitas frentes, tendo que desempenhar várias funções. Qual seria sua efetiva identidade profissional? As sensações que se têm, com frequência, são de que são ‘bombeiros’ a apagar os diferentes focos de ‘incêndio’ na escola, e no final do dia vem o amargo sabor de que não se fez nada de muito relevante [...] Sentem ainda o distanciamento em relação aos professores, a desconfiança, a competição, a disputa de influência e de poder (2009, p. 85).

Neste contexto, esses profissionais dialogam com a equipe e propõem constantemente intervenções em relação ao currículo, avaliação, conduta das aulas, preparação dos materiais, orientações e sugestões dos diferentes usos de metodologias, verificação das atividades extraclasse, análises de casos disciplinares que interferem no processo de aprendizagem, organização e direcionamento do uso dos espaços multifuncionais da escola, como laboratórios, informática, biblioteca, sala de vídeo, entre outros, e análises, intervenções, projetos e programação conforme calendário previsto no ano.

Por fim, é perceptível que o Coordenador Pedagógico é um dos principais promotores e viabilizadores das ações didático-pedagógicas da instituição, mas acaba sendo, em muitas ocasiões, minimizado e visto como um “apagador de incêndios”²⁸. Embora os Coordenadores Pedagógicos devessem ocupar-se do trabalho pedagógico nas escolas, as respostas encontradas nos questionários indicam que um enorme contingente de atividades desvia o foco desse profissional, fazendo com que sua rotina na escola seja muito conturbada.

O Coordenador Pedagógico articula o processo pedagógico e propõe estratégias e intervenções pedagógicas inovadoras no cotidiano escolar, conforme o trecho retirado do questionário sobre o cotidiano escolar:

O processo pedagógico compreende ações e diálogos francos, convite ao estudo da realidade constante, assim justificamos as ações de acompanhar as atividades pedagógicas, incentivar e estimular as professoras a estudarem juntos novas estratégias de ensino que possam trazer novos conhecimentos, novas visões para o mesmo assunto proporcionando o alcance dos objetivos propostos e não consolidados. O coordenador deve ter a visão do todo envolvido no processo ensino aprendizagem, levando em conta as reais necessidades dos alunos e as fragilidades do corpo docente. Acredito que intervenções inovadoras têm mais força e chance de êxito quando nascem do grupo que enfrenta determinada situação juntos, através de estudo coletivo, troca de experiências, união de ideias e ideais, objetivos explicitados, análise, reflexão, responsabilidade coletiva do grupo (Coordenador Pedagógico 1 - Escola B, 2022).

Em outra unidade, o Coordenador Pedagógico 6 trouxe o seguinte relato:

²⁸ Essa concepção refere-se ao excesso de trabalho e as múltiplas atribuições delegadas ao coordenador, que fazem com que sua função fique descaracterizada, não tendo atribuições específicas.

O plano de cargos e salários dos profissionais da educação prevê o cumprimento de extraclasse com momentos formativos: a formação continuada e os módulos. Esses momentos formativos oportunizam ao Coordenador Pedagógico acompanhar, sugerir, propor ações ao docente. Outra forma de acompanhamento do trabalho pedagógico é a análise do plano de trabalho do docente, o qual, esse documento descreve as habilidades a serem alcançadas e as práticas necessárias para alcançar a intencionalidade pedagógica. Para que o coordenador realize a articulação e mediação de processos pedagógicos, faz-se necessário que dialogue constantemente com o professor, com o aluno, com a família, com a secretaria escolar e com a direção da escola. É um trabalho em equipe que visa o sucesso na aprendizagem do aluno (Coordenador Pedagógico 6 – Escola E, 2022).

Esses depoimentos coincidem com as considerações Vasconcellos (2007), sobre o papel da supervisão no cotidiano:

Afinal de contas, qual o papel da supervisão? Diversas são as reclamações que emergem do cotidiano dos coordenadores: sentem-se sozinhos, lutando em muitas frentes, tendo que desempenhar várias funções. Qual seria sua efetiva identidade profissional? A sensação que têm, com frequência, é de que são “bombeiros” a apagar os diferentes focos de “incêndio” na escola, e no final de dia vem o amargo sabor de que não se fez nada de muito relevante... Sente ainda o distanciamento em relação aos professores, a desconfiança, a competição, a disputa de influência e de poder, etc (Vasconcellos, 2007, p. 85).

Nesta seara, percebe-se que é preocupante a falta de tempo dos Coordenadores Pedagógicos para reflexão e aperfeiçoamento das questões relativas ao ensino. Em sua maioria, o tempo é gasto para “apagar incêndios” e parece mais exaustivo ao pedagogo organizar sua rotina. No entanto, o trabalho pedagógico deve ser voltado para uma ação consciente e participativa, agindo a partir da perspectiva da multidimensionalidade humana e educativa.

Para confirmar esta realidade na escola, recorreremos ao que Vasconcellos (2007) afirma sobre este assunto:

Diversas são as reclamações que emergem do cotidiano dos coordenadores: sentem-se sozinhos, lutando em muitas frentes, tendo que desempenhar várias funções. Qual seria sua efetiva identidade profissional? A sensação que têm com frequência, é de que são “bombeiros” para apagar os diferentes focos de “incêndio” na escola e, no final do dia, vem o amargo sabor de que não se faz nada de muito relevante [...]. Sentem ainda o distanciamento em relação aos professores, a desconfiança, a competição, a disputa de influência e de poder, etc (VASCONCELLOS, 2007, p. 85).

Entre as diversas análises realizadas, vale ressaltar um ponto importante, de que o Coordenador Pedagógico não é um “apagador de incêndios” na escola e, pressupõe novos conceitos sob a ótica da contemporaneidade e novos paradigmas da sociedade atual, na busca do reconhecimento e valorização profissional.

5. ANÁLISES E DISCUSÃO DE RESULTADOS

Sabendo que essa é uma pesquisa exploratória, entendemos que a mesma exige um estudo amplo do objeto de pesquisa, que considere o contexto em que o profissional analisado está inserido e as características da sociedade a que pertence. Denzin e Lincoln (2006), afirmam que a pesquisa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas conferem a eles. Afirmam ainda a importância da investigação inicial, para averiguar o perfil dos sujeitos, suas memórias e quais são seus conhecimentos e experiências em relação à metodologia do Ensino Híbrido.

Foi necessário descrever as informações da entrevista e analisar o perfil de cada unidade e de cada sujeito como profissional, tendo como base as perguntas referentes ao cotidiano do processo do ensino e aprendizagem, que se tornaram relevantes para o objetivo da pesquisa.

Os dados foram coletados por meio do questionário Instrumento de Coleta de Dados - Diagnóstico Sujeitos da Pesquisa (vide Apêndice A). É importante ressaltar que os Coordenadores Pedagógicos participantes foram nomeados com números de 01 a 07, a fim de preservar suas identidades e garantir o anonimato na pesquisa.

5.1 O perfil dos Coordenadores Pedagógicos do município de Uberaba/MG

A pesquisa foi iniciada com a aplicação de um questionário aos sujeitos da pesquisa, com o propósito de identificar o perfil dos coordenadores e as características dos diferentes contextos escolares nos quais atuam. O instrumento era composto, inicialmente, por questões que abrangiam as seguintes dimensões: idade, sexo, formação, atuação profissional, quantidade de turmas, carga horária, práticas, atitudes e opiniões e suporte pedagógico. Essas perguntas foram o ponto de partida para a conversa com os coordenadores.

Dessa forma, tornou-se possível identificar que o perfil do Coordenador Pedagógico que atua na Rede Municipal de Ensino do Município de Uberaba/MG é composto de 83% do sexo feminino e 17% do sexo masculino. Portanto, a pesquisa nos apresentou que a Coordenação Pedagógica no município de Uberaba é exercida em sua maioria por mulheres, que estão na faixa etária entre 40 e 55 anos ou mais, conforme gráfico abaixo.

De acordo com os dados do Censo da Educação Básica 2021, a nível nacional, no Ensino Fundamental, atuam 1.378.812 docentes, sendo 88,1% do sexo feminino e 11,9% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são de 39 a 40 anos. A valorização e o reconhecimento da mulher são recentes e continuam evoluindo a cada dia. Hoje, elas já são maioria em todos os estágios da educação:

O progresso das mulheres alcançados no campo da educação está no aumento do número de mulheres na graduação e pós-graduação, como estudantes, pesquisadoras, docentes, bem como o maior acesso das mulheres à programas de fomento à pesquisa. Os indicadores analisados pelas autoras apontam para a continuidade de melhor desempenho das mulheres na educação, embora identifiquem indícios de que o “hiato de gênero” em favor das mulheres venha perdendo força. Apesar dos avanços históricos na área da educação, em 2009, mais da metade das pessoas que não sabiam ler eram mulheres; dentre essas mulheres analfabetas, a quase totalidade tinha 25 anos ou mais e quase a metade residia no Nordeste. Tendo como referência estudos governamentais, que abrangem o período 2004-2009, as autoras constataam que o progresso das mulheres na educação brasileira ocorreu, dentro de limites, particularmente no plano da justiça redistributiva, e conviveu com marcantes desigualdades etárias, étnico-raciais, regionais e socioeconômicas (ROSEMBERG, 2011, p. 13).

A presença majoritária das mulheres na educação, de uma forma geral, é decorrente das mudanças na educação brasileira nas últimas décadas e das conquistas, avanços e mudanças sociais reivindicadas, o que possibilitou um maior acesso educacional. A necessidade de profissionalização frente ao mercado de trabalho aliada a universalização da Educação Básica impulsionou a trajetória das mulheres. E na educação, essa trajetória foi marcada pela presença feminina no espaço escolar, configurando-se um espaço público conquistado através da mobilidade social e conquista de autonomia. Mas, na educação, ainda é necessário analisar com mais profundidade as valorações sociais que explicam esse fenômeno e quais são suas implicações para as relações de gênero.

Posteriormente, ao indagar os Coordenadores Pedagógicos sobre o nível de escolarização, foi possível perceber que para o ingresso no quadro do Magistério, a SEMED segue a seguinte determinação: para ingressarem na Rede Municipal como Coordenadores Pedagógicos, inicialmente os profissionais devem ter nível superior em cursos de licenciatura em Pedagogia ou graduação plena com habilitação em Supervisão Escolar, ou ainda graduação plena em qualquer área da educação, com especialização em Supervisão Escolar, oferecidas por Instituições de Ensino Superior - IES, reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC.

A LDBN, 9394/96, define o ingresso e formação dos “especialistas em educação” em sua área de atuação na educação, e complementando esta determinação, na Lei Complementar nº 501, de 09 de setembro de 2015 (Regulamentada pelo Decreto nº 5581/2020),

especificamente no art. 12, da Rede Municipal de Ensino, tem-se que “cargos do quadro de profissionais do Magistério da Educação Básica Municipal são estruturados por classes, indicadas por letras maiúsculas, conforme a formação acadêmica exigida”.

Dessa forma, a grande maioria desses profissionais possui nível superior em cursos de licenciatura em Pedagogia ou graduação plena com habilitação em Supervisão Escolar e até mesmo mais de uma licenciatura.

Profissionais que atuam em conjunto com a equipe gestora possuem, em sua maioria mais de uma formação, portanto em 83% dos casos, especialização de, no mínimo, 360 horas em Supervisão, Inspeção e Administração Escolar. Psicopedagogia com ênfase na Educação Inclusiva, Letras e Neuropsicopedagogia, Gestão, Orientação e Inspeção, Pedagogia, Pedagogia Empresarial e uma Coordenadora Pedagógica com Mestrado em Educação. Apenas 14% dos Coordenadores Pedagógicos que responderam à pesquisa fizeram somente atualização mínima de 180 horas e não completaram curso de pós-graduação, conforme Gráfico 2.

Tabela 2 - Nível de escolaridade dos Coordenadores Pedagógicos

Ensino Médio – Magistério (antigo 2º grau)	0
Ensino Médio – Outros (antigo 2º grau)	0
Ensino Superior – Pedagogia	4
Ensino Superior – Outras licenciaturas	3
Ensino Superior – Escola Normal Superior	1

Fonte: A autora.

A formação continuada dos profissionais da educação tem se materializado através de uma política educacional aprovada pelo PNE - 2014-2024, com o intuito de qualificação do quadro do magistério, e se apresenta como um dos maiores desafios da educação brasileira. A melhoria da qualidade do ensino depende muito da qualificação/formação contínua dos docentes. Uma das políticas mais expressivas para a formação continuada é o PNE, que norteia os rumos da educação nacional.

As políticas públicas devem incentivar o ensino nas diversas etapas e se organizar para um ensino com a equidade. Cabe enfatizar a Meta 16 do plano, que versa sobre a formação continuada de professores em nível de pós-graduação, considerados estratégicos para a consecução dos objetivos anteriores, conforme exposto na citação abaixo:

em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Importante destacar que houve, nas últimas décadas, políticas públicas de valorização e incentivo à formação do educador. Levando em consideração as necessidades neoliberais, as emendas constitucionais efetivadas na Seção I do Capítulo III do Título VIII, da Constituição Federal, que expõe sobre a Educação, acionou um conjunto de políticas públicas para fortalecer a formação docente, destacando, especificamente no Art. 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Pode-se citar, dentre várias leis e resoluções que abarcam políticas públicas para o fortalecimento da formação do profissional da educação, as seguintes:

- Constituição Federal de 1988, Artigo 206;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB;
- Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - PNE - 2001- 2010);
- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 - DCNs para o curso de Pedagogia;
- Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB);
- O PNE e a Valorização dos profissionais da educação - A Meta 18 do PNE - Lei nº 13.005/2014, obriga que a União, os estados, municípios e Distrito Federal garantam planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação escolar básica pública, denominação definida no artigo 61 da LDB.
- Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 - Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 - Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; - Portaria Normativa MEC nº 9, de 30 de junho de 2009 - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação;

- Portaria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação nº 122, de 16 de setembro de 2009 - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência;
- Portaria do MEC nº 1.087, de 10 de agosto de 2011 - Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica; - Portaria MEC nº 1.328, de 23 de setembro de 2011 - Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública;
- Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2014 que Institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o PNE e dá outras providências;
- Conferências Nacionais de Educação - 2010 e 2014; Fóruns Estaduais e Distrital Permanentes de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 - Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica - Fórum das Licenciaturas;
- LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009); Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público.
- Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2022 - dispõe sobre o estatuto da auditoria interna do – FNDE.
- Resolução nº 2, de 14 de setembro de 2022 - Prorroga o prazo estabelecido no art. 5º da Resolução CIF nº 1, de 27 de julho de 2022 – Portaria nº 668, de 14 de setembro de 2022 - Institui Grupo de Trabalho, de caráter técnico, no âmbito do MEC que dispõe sobre o sobrestamento dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, na modalidade a distância.
- Portaria interministerial nº 4, de 18 de agosto de 2022 - Altera a Portaria Interministerial nº 11, de 24 de dezembro de 2021, do MEC e do Ministério da Economia, que estabelece os parâmetros referenciais anuais do FUNDEB para o exercício de 2022, nas modalidades Valor Anual por Aluno - e Valor Anual Total por Aluno.

- Lei nº 14.325, de 12 de abril de 2022, altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para dispor sobre a utilização dos recursos extraordinários recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em decorrência de decisões judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para a distribuição dos recursos oriundos dos fundos e da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, previstos na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, ao FUNDEB 2007-2020.
- Portaria Nº 27, de 15 de janeiro, do Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

A tabela abaixo mostra a formação, quantidade de turmas que coordenam carga horária de trabalho na escola em que atuam e o tempo de atuação dos professores Coordenadores Pedagógicos na Rede Municipal de Ensino.

Tabela 3 - Perfil inicial de trabalho dos Coordenadores Pedagógicos

Coordenador Pedagógico	Formação	Quantidade e de turmas	Carga horária	Tempo na escola	Turno
CP 1	Pedagogia, outras licenciaturas e escola normal superior	08 a 12 turmas	25 horas semanais	De 5 a 10 anos	Matutino
CP 1B	Ensino superior – Pedagogia	0 a 08 turmas	Até 40 horas semanais	Mais de 15 anos	Vespertino
CP 2	Ensino superior – outras licenciaturas	08 a 12 turmas	Até 30 horas semanais	De 5 a 10 anos	Matutino
CP 3	Ensino superior – Pedagogia	0 a 08 turmas	25 horas semanais	De 5 a 10 anos	Matutino
CP 5 e 6	Ensino superior – pedagogia	08 a 12 turmas	Até 30 horas semanais	De 5 a 10 anos	Matutino

Fonte: A autora.

O vínculo empregatício com a função Coordenadora Pedagógica através de concurso e por meio de contrato no turno matutino e vespertino. No ano de 2022, perfazendo cargas horárias de 35 horas, 30 horas e outros de 25 horas semanais, conforme a Lei Complementar de nº 501, de 09/09/2015 (Regulamentada pelo Decreto nº 5581/2020), que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos

Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências:

Art. 28 A jornada mensal de trabalho do Coordenador Pedagógico no efetivo exercício do cargo nas unidades escolares é de 150 (cento e cinquenta) horas mensais, sendo 90 (noventa) horas na Unidade de Ensino, 37,5 (trinta e sete horas e meia) destinadas ao repouso semanal remunerado e 22,5 (vinte e duas horas e meia) para atividades extraclasse voltadas ao planejamento e execução das ações inerentes às suas funções. (Redação dada pela Lei Complementar nº 552/2017) (Regulamentado pelo Decreto nº 1728/2018). § 1º 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária da jornada mensal do cargo, destinada às atividades extraclasse, devem ser cumpridos de forma presencial na unidade de ensino nos termos regulamentados pela Secretaria de Educação. (Redação dada pela Lei complementar nº 608/2020); § 2º Aplica-se o disposto no caput desse artigo de forma proporcional aos servidores ocupantes do cargo efetivo de Coordenadores Pedagógicos, cuja jornada for de 40 (quarenta) horas semanais. § 2º Aplica-se o disposto no caput desse artigo de forma proporcional aos servidores ocupantes do cargo efetivo de Coordenadores Pedagógicos, cuja jornada for de 40 (quarenta) horas semanais (UBERABA, 2020).

Pode-se considerar, neste contexto, que diferentes realidades impactam a remuneração e a categoria de trabalho de coordenação. Após a pandemia de Coronavírus (Covid-19), aconteceram algumas mudanças de paradigma em relação ao ensino e a cultura. Os Coordenadores Pedagógicos, em sua maioria, trabalham neste cargo há mais de dez anos e buscaram aprimorar e atualizar-se profissionalmente em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, sendo necessário, algumas vezes, ocupar outro cargo ou função para complementar a carga horária e salarial.

De acordo com a entrevista, 67% dos Coordenadores exerce outra atividade que contribui para sua renda pessoal, como professora dos anos iniciais na mesma unidade escolar, professora do AEE, professora da Educação Infantil, PEV II em ciências e biologia. Além disso, a atuação profissional não se restringe somente a instituições de ensino. Alguns profissionais expandem suas atuações também para projetos culturais e editais de livros educativos, correções de trabalhos acadêmicos, entre outros.

5.2 Atuações dos Coordenadores Pedagógicos do município de Uberaba/MG

Com a finalidade de melhor identificar o perfil dos Coordenadores Pedagógicos, o questionário se baseou em questões relacionadas à rotina e como se dá o acesso deste profissional a computadores com internet para a organização das atividades pedagógicas, dados sobre o desempenho da escola, planos enviados pelos professores, documentos, leis e outros arquivos são registrados e acessados pela internet por diferentes profissionais

escolares, inclusive pelos coordenadores, gerando novos modos de acompanhamento e intervenções em atividades pedagógicas das unidades escolares.

Durante e após o período pandêmico, o uso de computadores e internet, foram integrados nas atividades de gestão administrativa e pedagógica dos profissionais da educação. O acesso à internet e o uso das Tecnologias da informação e comunicação servem para interação virtual, escrever documentos, relatórios e comunicados; busca de informações e dados das avaliações externas realizadas pela escola; fazer uma comunicação com os professores e com os pais de alunos; dentre muitas outras ações realizadas por estes profissionais e demais servidores da escola.

Com relação à forma de acesso aos computadores, 25% dos Coordenadores pedagógicos utilizam o computador da instituição, 62% utilizam computador pessoal e 13% utiliza computador compartilhado com familiares.

Os Coordenadores Pedagógicos foram questionados sobre as suas atribuições, organização e dificuldade na realização das atividades durante o desenvolvimento dos seus cargos, conforme gráficos a seguir. Os coordenadores relataram que entre as atividades, a principal função é atuar como um mediador do processo pedagógico, tendo que lidar com questões como insuficiência de recursos financeiros, carência de pessoal administrativo e de pessoal de apoio pedagógico, falta de recursos pedagógicos, interrupção das atividades escolares, alto índice de faltas por parte de professores, rotatividade do corpo docente e problemas disciplinares causados por alunos.

Apesar da quantidade de trabalho, 60% destes profissionais afirmam conseguir organizar o seu tempo sem dificuldades e cumprem com pontualidade os prazos das atividades pedagógicas solicitadas.

Tabela 4 - Opinião dos Coordenadores Pedagógicos sobre a organização do tempo para as atividades pedagógicas

Consegue organizar o tempo sem dificuldades e sempre cumpre os prazos das atividades pedagógicas solicitadas	4
Consegue organizar parcialmente o tempo e em algumas situações não consegue cumprir os prazos das atividades pedagógicas solicitadas	2
Tem dificuldades de organizar o tempo e não consegue cumprir com os prazos das atividades pedagógicas solicitadas.	0

Fonte: A autora.

Tabela 5 - Problemas que dificultam o acompanhamento e a evolução pedagógica da escola

Insuficiência de recursos financeiros	1
Carência de pessoal administrativo	3
Carência de pessoal de apoio pedagógico (coordenador, supervisor, orientador educacional)	0
Falta de recursos pedagógicos	1
Interrupção das atividades escolares	0
Alto índice de faltas por parte de professores	4
Alto índice de faltas por parte de alunos	2
Rotatividade do corpo docente	3
Problemas disciplinares causados por alunos	2
Estrutura física ineficiente	2
Outros: não há	0

Fonte: A autora.

Por meio das respostas obtidas, é perceptível que estes profissionais reconhecem a importância de sua função dentro das unidades escolares, bem como do seu exercício como corresponsável com os professores e com a gestão administrativa.

Compreende-se que é ampla a esfera de atuação do Coordenador Pedagógico, uma vez que englobam diferentes demandas referentes ao currículo, planejamento, processo educativo, disciplina, formação, avaliação do ensino e aprendizagem, recursos físicos e metodológicos, dentre outras. Sendo assim, a importância do papel deste profissional, diante das demandas da prática cotidiana, uma vez que manifesta a prática da educação, a investigação pedagógica e a formação dos educadores.

A partir dos dados obtidos, compreende-se que coordenar não é meramente condicionar uma ação, mas sim construir coletivamente, o que significa ser o resultado da conjunção de condições como autonomia, liberdade para criticar, confiança para falar, oportunidades, culminância de vivências e acúmulo de saberes. Absorver a participação de todos em virtude de uma edificação e permanência da proposta pedagógica da escola, o que requer um planejamento participativo, avaliação com equidade, cooperação da equipe e um ambiente de trabalho democrático, baseado no apoio constante da gestão escolar.

Vasconcellos reflete sobre a postura deste profissional, salientando que:

Toda relação humana autêntica se baseia na crença da possibilidade do outro, de que ninguém é melhor ou superior a ninguém. Acreditar que o outro pode mudar, que o que lhe faltou até então foi efetiva oportunidade ou percepção da necessidade. Este é o ponto de partida: confiar que o professor pode mudar sua visão e postura em relação à prática pedagógica. Precisamos nos trabalhar nesta direção, desarmar preconceitos, buscar sinceramente esta crença (VASCONCELLOS, 2007, p. 91).

Uma prática concomitante no qual todos ensinam e aprendem com ações dinâmicas e produtivas, e não somente burocráticas, mesmo que esta seja uma das atribuições relevantes deste profissional. É importante, no “plano de ação” do Coordenador Pedagógico, definir atribuições relativas a uma função, estabelecer sua atuação profissional e realizar múltiplas e indissociáveis práticas pedagógicas.

O plano de ação justifica-se a partir do momento em que o trabalho busca a interação e integração, embasando em uma dinâmica ativa e mais eficiente, desempenhando o trabalho didático-pedagógico visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, orientando e avaliando todas as atividades do corpo docente, trabalhando de uma forma democrática, levando em consideração a ética profissional, refletindo sobre a prática pedagógica, e, assim, obtendo mudanças e aprendizagens significativas.

Discernir e direcionar o trabalho conforme as suas reais necessidades pedagógicas, tanto burocráticas como práticas, é significativo para o desempenho que fornece o suporte necessário ao exercício de qualquer profissão. Percebe-se que as funções e atribuições prenunciam, deste modo, como deve ser o trabalho pedagógico. Contudo, as ações do cotidiano nos espaços escolares, por vezes, não coincidem com a perspectiva ideal.

Assim, Orsolon (2010, p. 19) contribui com essas reflexões, complementando sobre as atribuições dos Coordenadores Pedagógicos, quando destaca que "o coordenador é apenas um dos atores que compõem o coletivo da escola. Para coordenar, direcionando suas ações para a transformação, precisa estar consciente de que seu trabalho não se dá isoladamente (...)". Portanto, é necessário socializar o saber docente, estimular a troca de experiências, a discussão e a estruturação das práticas didático-pedagógicas e da identidade da escola.

5.3 A Coordenação Pedagógica centrada nos processos educacionais e na formação dos professores

Levando em conta a importância das responsabilidades dos Coordenadores Pedagógicos como gestores pedagógicos e articuladores do processo de ensino e aprendizagem. Os processos educacionais devem ser o foco de atenção dos Coordenadores Pedagógicos e a formação é um veículo que direciona o trabalho deste profissional. A formação continuada dos professores e sua própria é uma necessidade para uma boa execução do trabalho a ser realizado, auxiliando na resolução de problemas ocorridos na sala de aula e na tomada de consciência das mudanças sociais e educacionais.

É importante que os profissionais estejam sempre atualizados e preparados para enfrentar as adversidades ao assessorar o trabalho docente. A formação, nesse sentido, assegura o desenvolvimento pessoal e profissional dos coordenadores. Formação essa que apresenta destaque na Rede Municipal de Ensino de Uberaba, e assume uma grande importância, em virtude do crescimento científico, profissional e tecnológico.

É Para isso, a instituição de ensino precisa compreender a sua finalidade, havendo a necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve, sabendo que, é preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes e professores se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula.

Sendo essa uma ação que, na atualidade, é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e amplia as novas perspectivas na formação profissional, cabe destacar então o Decreto Municipal nº 5.178, de 14 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a concessão de licença remunerada ao profissional da carreira do magistério da Rede Municipal de Ensino de Uberaba:

O Prefeito de Uberaba, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 44, inciso III da LDB nº 9394/96, as Leis Complementares: nº 133/1998, nº 449/2011 e nº 501/2015, Decreto: Art. 1º Conceder licença remunerada ao profissional da carreira do magistério, em exercício das funções do cargo nas Unidades Educacionais da Secretaria de Educação, para participar de cursos de aperfeiçoamento profissional na área de educação, em nível de pós-graduação *Stricto-Sensu*, mestrado e doutorado, com a aprovação prévia da Secretaria de Educação (UBERABA – LEX 1, 2020, p. 09).

Tal medida marca um incentivo para o acompanhamento e assessoramento ao trabalho docente, assegurando legalmente o desenvolvimento dos profissionais do magistério. A formação continuada é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, ao estimular, dentro das unidades de ensino, a evolução profissional, que não se reduz à sala de aula e se viabiliza pela ação articuladora entre todos os agentes educativos.

De acordo com a pesquisa, todos os entrevistados participaram de alguma atividade de formação continuada nos últimos dois anos. Dentre os cursos citados estão: cursos no AVAMEC²⁹, Práticas de alfabetização, ABC: Baseado na Ciência e Disciplina de Metodologias Ativas do Doutorado; curso de especialização em Gestão Escolar³⁰, e todos

²⁹ Ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a realização de cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio educacional à distância ao processo ensino-aprendizagem..

³⁰ Curso voltado para a formação continuada de dirigentes da educação básica, em nível de pós-graduação lato

confirmaram que participaram de cursos ou oficinas nos anos de 2020 a 2022 direcionadas ao Ensino Híbrido e recursos tecnológicos.

Além disso, participaram de *lives* durante a pandemia; de curso de recursos tecnológicos ofertado pela Secretaria Municipal de Educação de Uberaba; cursos e oficinas ofertadas pelo Departamento de Inclusão e Tecnologia e Informática Educacional em parceria com a SEMED, para programar o uso das tecnologias de informação e de comunicação que são desenvolvidas dentro das unidades escolares; excitatória docente pela Conectando Saberes Uberaba, ofertando suporte técnico no desenvolvimento de softwares educacionais e administrativos e assessorando pedagogicamente a montagem física e lógica dos laboratórios de informática e de mesas pedagógicas³¹.

Desta forma, as formações continuadas aplicadas pela mantenedora, a SEMED, contribui para com os processos e reflexões sobre o desenvolvimento das funções inerentes ao cargo. O estudo e pesquisa são essenciais para a evolução do pensamento e a reflexão sobre o exercício da profissão pedagógica, de modo que esta influencia diretamente na forma de atuação dos profissionais que são coordenados por este profissional.

A esse respeito, Placco e Souza (2012) denotam que uma formação específica baseada em estudos teóricos fundamenta as concepções educacionais e as práticas pedagógicas e desenvolve as competências necessárias para promover reflexões em formação continuada com os professores. As autoras citadas acima salientam que compete ao Coordenador Pedagógico:

[...] em seu papel formador, oferecer condições ao professor para que aprofunde sua área específica e trabalhe bem com ela, ou seja, transforme seu conhecimento específico em ensino. Importa então destacar dois dos principais compromissos do CP: com uma formação que represente o projeto escolar [...] e com a promoção do desenvolvimento dos professores. Imbricados no papel formativo, estão os papéis de articulador e transformador (PLACCO; ALMEIDA; SOUZA, 2011, p. 230).

Ao serem questionados sobre qual foi a proporção de docentes das escolas que coordenam que participaram das atividades de formação continuada promovidas por eles nos últimos dois anos, relataram que a participação é de 100%. Assim, a partir dos resultados anteriores, é plausível perceber que os Coordenadores Pedagógicos constataam a relevância dos cursos ofertados pela SEMED e a importância da formação continuada que é ofertada na escola.

sensu, na modalidade de educação à distância, sob a coordenação do MEC e em colaboração com a Secretaria de Educação a Distância e do FNDE.

³¹ A Mesa Pedagógica ou Mesa Educacional é uma Tecnologia Educacional que oferece possibilidades para uma prática pedagógica inovadora e inclusiva.

A Formação Continuada em Serviço está prevista no decreto nº 1.727, de 14 de março de 2018, no Art. 7º:

Compete à equipe gestora da Unidade de Ensino: 1. definir a organização das atividades de formação continuada realizadas na Unidade de Ensino; 2. elaborar, coordenar e desenvolver o projeto de formação continuada da Unidade de Ensino, que contemple os temas formativo-pedagógicos de acordo com a realidade escolar e em consonância com a política de formação continuada dos profissionais da Educação Básica; (Cont. Decreto nº 1727/2018 - Fl. 05) 3. Registrar, por meio de relato de experiência, vídeos, fotos (com legendas), artigos, memórias, atas, entre outros gêneros textuais, as atividades formativo-pedagógicas realizadas nos encontros de formação continuada; analisar e referendar os certificados apresentados pelos profissionais da Educação Básica, observando o artigo 5º desta Portaria, para efeito de Avaliação de Desempenho, conforme Portaria que regulamenta a Avaliação de Desempenho, publicada anualmente. Parágrafo único. O projeto de formação continuada da Unidade de Ensino deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre o Departamento de Formação Profissional/Casa do Educador Prof.ª Dedê Praiz, envolvendo a consolidação do Fórum Municipal Permanente de Formação Continuada dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, contemplando: 1. a sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; 2. as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nos contextos escolares; 3. a consolidação da educação inclusiva por meio do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade; 4. a construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e ao aprimoramento do profissional do magistério, e ao aperfeiçoamento da prática educativa; 5. o acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmico-profissional; 6. as dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia; 7. O uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica, a ampliação da formação cultural dos profissionais da Educação Básica e a democratização do acesso aos referidos recursos (UBERABA, 2018)

Nesse contexto, percebe-se, de acordo com a entrevista, que a preocupação dos coordenadores em participar e promover cursos ou oficinas nos anos de 2020 a 2022 direcionados ao ensino híbrido e recursos tecnológicos em sala de aula foi unânime. Esses profissionais foram motivados pela inquietação com a formação do professor em seus aspectos didático-metodológicos em face do cenário recente de novas configurações na educação brasileira, particularmente com relação às novas exigências quanto à formação deste futuro profissional no que se refere ao progresso e modernização da educação por meio do trabalho com tecnologias, estratégias e metodologias relacionadas aos modelos de Ensino Híbrido.

De acordo com os Coordenadores Pedagógicos, a formação continuada na escola foi baseada em treinamentos, capacitações e rodas de conversa com os professores. Os temas

foram relacionados ao ensino híbrido, recursos tecnológicos, relacionamentos interpessoais e inclusão social. Foi um ano marcado pela reestruturação do Projeto Político Pedagógico das escolas e novos diálogos sobre a atual estrutura educacional.

Os coordenadores compreendem que os educadores estão em processo de reconhecimento dessa nova modalidade de ensino, que considera uma metodologia mista e mais flexível na educação escolar. Além disso, reconhecem os impactos provocados pela pandemia e que o ensino híbrido se apresentou como uma alternativa para o retorno presencial às aulas nas instituições de ensino.

Foi constatado que 100% dos professores participam da formação continuada na escola e demonstraram desejo de se aperfeiçoar constantemente, aprender diferentes assuntos que estão surgindo na educação contemporânea e se qualificar melhor para desenvolver as práticas nas escolas. Os entrevistados citaram que possuem a necessidade de estar constantemente estudando, especificamente assuntos voltados para as novas metodologias, formas de avaliação, inclusão e reformulação do currículo. Neste sentido, Paulo Freire (2000) demonstra a importância e a responsabilidade dos Coordenadores Pedagógicos como articuladores no processo de formação continuada dos professores na escola.

A hibridização, os profissionais da educação, de uma forma geral, é imprescindível como uma mudança na forma de ensinar e aprender, uma vez que são os Coordenadores Pedagógicos e os professores os responsáveis por abrir caminhos, articular as estratégias que viabilizam o trabalho coletivo e individual e criar possibilidades para enriquecer as metodologias. Isso implica em uma formação constante e sólida que leva ao conhecimento e autocrítica do trabalho desenvolvido.

A formação dos profissionais na escola contempla as ideias estabelecidas e valoriza a formação de cada escola como forma de enriquecimento e troca de experiências dos profissionais da educação. Assim, pretende-se por meio da pesquisa, do estudo, da investigação da realidade, levar esse profissional da educação a uma constante reflexão-ação-reflexão com a sua prática educativa, objetivando o sucesso escolar. Essa proposta possibilita o diálogo aberto e constante, oportunizando a socialização da prática pedagógica, visto que a análise das diferenciadas vivências contribui para ampliar os horizontes e para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

A Formação Continuada em Serviço, conforme a Instrução Normativa Nº 02, de 05 de agosto de 2016, na página 160, regulamenta o cumprimento de atividades da jornada extraclasse dos PEBs, do Educador Infantil e do Coordenador Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Uberaba:

Art. 2º. As reuniões de Formação Continuada em Serviço serão assim organizadas: §1º. Compete à Equipe Gestora e ao Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar: I - coordenar as reuniões de FCS, com a finalidade de: a) diagnosticar e discutir, conforme referenciais teóricos, os desafios e necessidades evidenciados na prática pedagógica e no âmbito escolar local, buscando as soluções para os mesmos; b) estudar a legislação vigente e socializar os diversos informes de interesse coletivo encaminhados à Unidade Escolar (Memorandos, Portarias, Decretos, correspondências e informativos do Sindemu – Sindicato dos Educadores do Município de Uberaba); II - elaborar, bimestralmente, o planejamento das reuniões de FCS, conforme as necessidades e demandas da Unidade Escolar, tendo como parâmetros a análise dos resultados das avaliações externas e internas, bem como o estudo e a aplicação das Matrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino; III - organizar e realizar as reuniões destinadas à FCS dos Professores de Educação Básica e dos Educadores Infantis na Unidade Escolar, ou em local definido pela respectiva equipe, em caráter coletivo (se for tratar de intervenções com temas gerais), ou em grupos afins (caso as questões apresentadas necessitem de discussão e proposição de intervenções específicas); IV - assegurar o registro/memória referente a cada reunião de FCS contendo a pauta, o Plano de Ação e o relato dos assuntos abordados para retomada das definições, sempre que necessário; V - providenciar o registro de presença dos participantes na respectiva Planilha de Movimento de Pessoal; VI - aplicar instrumento de avaliação individual, por semestre, a fim de verificar a qualidade do trabalho desenvolvido nas reuniões de FCS e os avanços obtidos, e possibilitar o (re)direcionamento das propostas de estudo com base nos encaminhamentos pedagógicos da Unidade Escolar; VII Encaminhar, antecipadamente, o planejamento bimestral dos temas a serem discutidos nas reuniões de FCS à Diretoria de Ensino (UBERABA, 2016, p.160-161s).

De forma geral, são realizados dez encontros nas escolas no decorrer do ano, sendo um em cada mês, com uma carga horária de 3 h/a cada um, perfazendo, no final do ano, um total de 30 h/a. Tais encontros visam proporcionar aos profissionais da educação momentos de reflexão em torno da prática pedagógica; favorecer a troca de saberes e as interações, a fim de aprimorar a prática pedagógica em uma evolução enquanto pessoas, cidadãos e gestores de um determinado espaço escolar e estimular a formação continuada pela pesquisa e pela busca do conhecimento, para desenvolver práticas pedagógicas significativas e transformadoras.

Nesse sentido, oficinas pedagógicas foram recursos que contribuíram na formação integral e colaborativa das metodologias de ensino. Nesse contexto, portanto, serão apresentadas, a seguir, as tabelas com as formações continuadas na escola de cada unidade pesquisada:

Tabela 6 - Pautas das formações realizadas nas escolas

Temas – Formação Continuada 2022 - Escola A
Interagindo consigo, com o outro e com o meio ambiente escolar.
Educação inclusiva.
Tipos de avaliação no cotidiano escolar (on-line).
Motivação e estímulo para o trabalho com amor (6º ao 9º).
Raciocínio lógico através de jogos e brincadeiras (1º ao 5º).
Tecnologia na Educação: uso do filme na educação (on-line).
Metodologias de games para a aprendizagem no uso das tecnologias.
Metodologias ativas com uso de tecnologias (6º ao 9º).
Temas – Formação Continuada 2022 - Escola B
Análise dos Projetos: Projeto Político Pedagógico.
Currículo de Referência de Minas Gerais.
Saberes necessários para construção do novo Projeto Político Pedagógico.
Importância da rotina escolar e do ambiente alfabetizador na Educação Infantil e Ensino Fundamental I.
Pedagogia de Projetos/Experiências exitosas: Educação Infantil e Ensino Fundamental I.
O professor compreendendo as funções familiares que afetam o aluno dentro da sala de aula no processo de ensino e aprendizagem.
Plano de recuperação de conteúdos/Recomposição de aprendizagem.
Educação Inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula.
O jogo como recurso pedagógico importante no processo de ensino-aprendizagem.
Cuidando da saúde do profissional da educação.
Temas – Formação Continuada 2022 - Escola C
Reflexão semana acolhida 2022- retorno presencial. Explanação sobre documentos pedagógicos norteadores 2022.
Análise dos resultados das avaliações diagnósticas (fragilidades e construção do plano anual). PPP 2022/ 2025- apresentação das orientações.
Práticas pedagógicas necessidades educativas especiais.
Projeto Político Pedagógico - 2022-2025; Processo de construção do PPP: Como fazer o PPP; Momento inclusão- esclarecimentos dos documentos.
Níveis de escrita; Como lidar e acalmar uma criança.
Desenvolvimento de competências socioemocionais – Conceitos: 5 campos (autoconhecimento / autogestão/ consciência social/ relacionamento/ e tomada de decisão.
Qual é a diferença entre recuperação, reforço e recomposição de aprendizagens? Apresentar resultados IAP – 1º semestre - novas intervenções.
Anos iniciais: o que levar em conta ao avaliar a aprendizagem dos alunos - Consolidação da alfabetização.
Relações interpessoais dos docentes no processo educacional: Entendendo a arte de interagir as relações interpessoais e suas dicotomias o espaço escolar movido a relações humanas.
Confraternização das formações ao longo do ano letivo; Sínteses de resultados e aprendizagens; Questionário avaliativo.
Temas – Formação Continuada 2022 - Escola D
1,2,3: Neurociências com vídeos e reflexões da neurocientista.
4,5,6: Projeto Político Pedagógico: análise, reestruturação e novos projetos.
7: Trabalho em equipe.
8, 9 e 10: Casa do Educador: os impactos da pandemia na vida cotidiana, valorização do professor, avanços e intervenção na recuperação das aprendizagens.

Temas – Formação Continuada 2022 - Escola E
Diretrizes Pedagógicas 2022.
Projeto Político Pedagógico - Ato Conceitual e Situacional.
Inclusão Social – Psicodrama - Relações interpessoais.
Apresentação resultados IDEB/Apresentação resultados Avaliação Tempo de Aprender 2022/PPP - devolutiva dos questionários aplicados.
Inclusão, bullying, violência, preconceito, por meio da dramatização e situações reais do cotidiano da sala de aula.
1ª Caminhada com a Educação - "Cuidar de quem Ensina".
Memorando 132 - Bicentenário da Independência do Brasil: uma reconstrução crítica da linha do tempo.
Projeto Político Pedagógico: Projetos interdisciplinares.
Gestão de sala de aula: construindo caminhos para a aprendizagem significativa. Mediação de Conflito - Relações Interpessoais.
Intervenções Pedagógicas: a prática como análise de resultados e propostas pedagógicas para a aprendizagem e recuperação dos alunos. Diálogos e práticas restaurativas no cotidiano escolar.

Fonte: A autora.

Essas ações são destinadas à formação dos profissionais da educação como forma de enriquecimento, troca de experiências, pesquisa, estudo e cumprimento da nova Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem e para a melhoria da qualidade do trabalho oferecido na unidade escolar, a fim de torná-la referência como escola alfabetizadora e inclusiva.

Esse cenário faz com que os agentes da educação problematizem os temas de formação desenvolvida pelo Coordenador Pedagógico, sendo o profissional responsável pela liderança pedagógica, pela formação profissional continuada dos professores e articulador do ensino aprendizagem, demande ações frente às mudanças no contexto educacional.

5.4 A intervenção pedagógica: novas estratégias no cotidiano escolar na Rede Municipal

Ao analisar de que forma o coordenador articula o processo pedagógico e propõe novas estratégias e intervenções inovadoras no cotidiano escolar, foi possível constatar que esses profissionais exercem suas funções da melhor maneira possível, independentemente de possuírem habilitação específica na área ou não. De forma geral os Coordenadores Pedagógicos trazem consigo uma preocupação em relação a atual realidade educacional vivenciada, considerando que:

A escola padronizada, que ensina e avalia a todos de forma igual e exige resultados previsíveis, ignora que a sociedade do conhecimento é baseada em competências

cognitivas, pessoais e sociais, que não se adquirem da forma convencional e que exigem proatividade, colaboração, personalização e visão empreendedora (MORAN, 2013, p. 1)

As reflexões realizadas em palestras, formação *online*, cursos, debates e outros momentos de encontros realizados entre Coordenadores Pedagógicos e professores giram em torno da educação, sendo as tecnologias um dos elementos mais discutidos, sempre em busca de uma inovação educacional. Mas foi perceptível que muitos ainda não compreendem a metodologia do Ensino Híbrido, visto que não é um tema discutido e refletido pelos profissionais das escolas pesquisadas. O Coordenador Pedagógico 4, fez uma reflexão importante sobre o processo pedagógico, em que afirma que:

Conhecendo os atores do processo pedagógico e identificando as dificuldades dos mesmos. Assim, realizam-se pesquisas com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos e também dos professores. Essa inovação é alcançada pela leitura e estudos sobre a educação que devem ser constantes na vida do Coordenador Pedagógico (Coordenador Pedagógico 4 - Escola D, 2022).

Ao refletir sobre o contexto escolar atual e sobre os avanços do meio técnico e científico, com incorporação das modernizações tecnológicas e digitais, os educadores optam por ações mais práticas e próximas da realidade a qual estão acostumados. Conforme explícito pelo Coordenador Pedagógico 1, no qual destaca a sua visão sobre o acompanhamento do processo pedagógico realizado por ele:

O processo pedagógico compreende ações e diálogos francos, convite ao estudo da realidade constante, assim justificamos as ações de acompanhar as atividades pedagógicas, incentivar e estimular as professoras a estudarem juntas novas estratégias de ensino que possam trazer novos conhecimentos, novas visões para o mesmo assunto, proporcionando o alcance dos objetivos propostos e não consolidados. O coordenador deve ter a visão do todo envolvido no processo ensino-aprendizagem, levando em conta as reais necessidades dos alunos e as fragilidades do corpo docente. Acredito que intervenções inovadoras têm mais força e chance de êxito quando nascem do grupo que enfrenta determinada situação juntos, através de estudo coletivo, troca de experiências, união de ideias e ideais, objetivos explicitados, análise, reflexão, responsabilidade coletiva do grupo (Coordenador Pedagógico 1 - Escola B, 2022).

O trabalho realizado é baseado no acompanhamento dos planejamentos e das aulas, na análise do desenvolvimento dos alunos e na proposta de intervenções pontuais dentro da realidade de cada nível de aprendizagem. Assim, conforme exposto por outro Coordenador Pedagógico:

O coordenador deve se colocar como orientador ao perceber as necessidades de intervenções tanto individuais como coletivas. Em uma turma, deve primeiramente buscar as habilidades já consolidadas e, através delas, realizar retomadas de

conteúdos, recuperação das aprendizagens, propiciarem ao corpo docente recursos didáticos, sugestões de atividades e jogos pedagógicos, suporte de material concreto (Coordenador Pedagógico 3- Escola C, 2022).

As exigências da função dos Coordenadores Pedagógicos são incontáveis, e vão além das demandas burocráticas, conforme aponta Vasconcellos, uma vez que “envolve questões de currículo, construção do conhecimento, aprendizagem, relações interpessoais, ética, disciplina, avaliação da aprendizagem, relacionamento com a comunidade, recursos didáticos, entre outros” (2006, p. 85).

5.5 O Ensino Híbrido: uma abordagem metodológica articulada pelo Coordenador Pedagógico

Um das alternativas que foi utilizada durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), como forma de manter as atividades pedagógicas e minimizar os impactos negativos da suspensão das aulas presenciais.

A metodologia do Ensino Híbrido durante a entrevista, os coordenadores relataram os desafios enfrentados devido às expectativas dos professores e alunos do Ensino Fundamental dos anos iniciais em relação às dificuldades nas práticas presencial e remota. Foram necessárias atividades em grupo, debates, palestras com psicólogos, entrevistas, dentre outros, trabalhando temas importantes para o diálogo com alunos e professores. Segundo o Coordenador Pedagógico 1:

Percebemos, durante a prática do Ensino Híbrido um grande desinteresse da maioria dos alunos demonstrado através da não participação das aulas on-line (tínhamos que ficar ligando para os pais, ou até mesmo comentar nos grupos de *Whatsapp* sobre a ausência dos alunos). Na semana que a turma tinha aula presencial, percebíamos que a participação e interesse em ir para a escola era bem maior. Em termos de aprendizagem e desempenho escolar, não havia diferença grandiosa entre uma prática e outra. Importante ressaltar que tanto os alunos como professores estavam vivenciando pela primeira vez essa nova maneira de ensinar e aprender. Os professores se reinventaram, e redescobriram novas estratégias, e enfrentaram uma forma diferente de ministrar aulas, que muitas das vezes não contava com a participação de nenhum aluno na aula on-line. E não raro ouvíamos: Preparei a aula com todo carinho e nenhum aluno entrou para assistir e aprender junto. Nós coordenadores vivíamos às voltas com a busca ativa, apreciação e correção de atividades a serem postadas no site. Foi um período de muito aprendizado e também muita tristeza, sentimento de impotência e baixa autoestima dos profissionais da educação (Coordenador Pedagógico 1 - Escola B, 2022).

Portanto, percebe-se que foi e está sendo necessária uma profunda revisão dos planos de ação, um repensar das relações que devem ser reestabelecidas, buscando promover constantemente um ambiente de trabalho com objetivos pré-definidos e articular recursos para

a nova realidade. Para isso, faz-se necessária uma seleção de prioridades e escolhas metodológicas para superar o déficit de aprendizagem.

Deve-se reconhecer que, para a implantação do Ensino Híbrido, houve muitos educadores e Coordenadores Pedagógicos com pouco preparo para utilizar os recursos digitais remotos e dificuldade das instituições em realizar os investimentos imediatos para adquirir as ferramentas digitais. Mesmo assim, conforme o Coordenador Pedagógico 2 os professores encararam o desafio com otimismo:

Os professores encaram com determinação e certo otimismo. No entanto, a realidade em sala de aula é mais desafiadora, visto o déficit de aprendizagem que a pandemia deixou. O ensino híbrido atenuou esse processo, mas a retomada do nível de aprendizagem do ano em curso levará pelo menos uns três anos. As famílias e os alunos têm consciência disso (Coordenador Pedagógico 2 - Escola B, 2022).

Outras preocupações que surgiram durante o período de inserção do ensino híbrido no contexto da pandemia foram relativa ao déficit de aprendizagem, devido a entraves como a impossibilidade ou dificuldade de conectividade de alguns alunos e professores, perda na renda familiar - que conseqüentemente refletiu no processo de aprendizagem -, dificuldade na produção e apresentação das aulas e trabalhos dos alunos, etc.

Sendo assim, foi importante buscar soluções por parte de todos os agentes envolvidos, avaliar as situações individuais e a eficácia em relação ao propósito fundamental do ensinar e aprender, valorizar e reforçar o elo entre a família e a escola:

Foi um momento do professor se reinventar, buscar novos conhecimentos e aprender a lidar com o novo. Mas houve e ainda há grandes fatores que dificultaram, como a falta de capacitação dos professores e todos os envolvidos no processo de educação. Mesmo com tudo isso, está sendo possível o retorno e a superação dos entraves encontrados (Coordenador Pedagógico 3- Escola C, 2022).

A coordenação pedagógica e os demais profissionais da educação, comprometidos com a qualidade de seus trabalhos, buscaram oportunizar recursos e materiais necessários para o desenvolvimento das propostas pedagógicas. Nesse percurso, diante de tantos obstáculos, muitas práticas foram reinventadas e adaptadas, com o intuito de adaptar a nova realidade a esta nova metodologia.

O Ensino Híbrido sempre foi uma alternativa para quem busca maior flexibilidade, afinal, os estudos podem ser realizados por meio de diferentes metodologias ativas, que transformam o estudante em protagonista do seu aprendizado.

Porém, ainda são perceptíveis as dificuldades e obstáculos vistos por alguns profissionais, que relatam dificuldade em dar atenção a dois grupos diferentes ao mesmo

tempo, mas veem oportunidade no futuro para o aluno ter papel mais ativo, criativo e autônomo:

O Ensino Híbrido deu sim a possibilidade de os alunos aprenderem e não podemos dizer que eles não aprenderam nada. Porém, não há dúvidas que de maneira presencial o ensino acontece de forma mais efetiva, mais significativa (Coordenador Pedagógico 3 - Escola D, 2022).

Nesse mesmo sentido, o Coordenador Pedagógico 5 salienta que:

A dificuldade de implantação do Ensino Híbrido no Brasil diz respeito à conectividade das escolas e dos alunos e à autonomia do estudante sobre o próprio estudo. A proposta de ensino híbrido para educação básica pode ser um acelerador das desigualdades sociais, uma vez que nem todas as famílias têm acesso à internet. A construção da autonomia estudantil requer capacidade de gestão do tempo, que muitos alunos da educação básica podem ter como habilidade não consolidada. Dessa forma, o estudante da educação básica está na fase de formação da identidade e o ensino presencial possibilita a aprendizagem mediada por um professor, bem como a interação social com os pares (Coordenador Pedagógico 5 - Escola E, 2022).

Percebe-se, pelas falas dos coordenadores, que as dificuldades foram e estão sendo muitas, mas que todos se colocaram em uma posição de aprendiz, buscando aprender a fazer o que ainda não tinha domínio, sendo o trabalho pedagógico realizado frente às dificuldades em lidar com as tecnologias enquanto os alunos tentam superar suas limitações de aprendizagem anteriores, referentes à leitura, compreensão de textos e operações matemáticas, além da falta de recursos e de ferramentas necessárias ao Ensino Híbrido.

É perceptível nas falas dos Coordenadores Pedagógicos que todos da equipe, como gestores, equipe técnica, Coordenadores Pedagógicos, professores, pais e alunos, buscaram ações para garantir o direito de aprendizagem das crianças, como preparação dos planejamentos pedagógicos, que no princípio do ano letivo de 2020 foi totalmente remoto e, posteriormente, houve inserção do Ensino Híbrido como um recurso viável e pertinente para o momento.

De maneira inevitável, os Coordenadores Pedagógicos precisaram pensar o que fazer e como fazer para apoiar os professores e garantir assistência didática-pedagógica. Para isso, foi necessária a mobilização de todos os profissionais para criar estratégias, tomar decisões e buscar novas aprendizagens. O cotidiano deste profissional foi baseado em mudanças constantes, que conduziu e conduz a uma atuação racional, composta por troca de informações e geração e leitura de relatórios para a produção de ações interventivas.

Os Coordenadores Pedagógicos e professores precisaram se adaptar às práticas pedagógicas para esse novo contexto, em um curto espaço de tempo, aprendendo a manejar as ferramentas digitais e a organizar as *lives*. Alguns Coordenadores Pedagógicos relataram a necessidade de retomada constante de conteúdos e a valorização do conhecimento prévio já

alcançado pelo aluno. Como salientado por outro profissional, é responsabilidade dos coordenadores, como apoio pedagógico, sanar as dúvidas e estar sempre avaliando a aprendizagem, auxiliar o professor para dar autonomia ao aluno e organizar as atividades desenvolvidas na aula remota:

Enquanto coordenadora, fiz o que estava ao alcance diante da precária realidade em que nos encontrávamos: baixa qualidade da internet na escola, ausência de uma política pública que ofertasse um computador por aluno e serviço de internet gratuito para os alunos; muitos professores não possuíam serviço de internet satisfatório em domicílio, tendo que se deslocar até a unidade de ensino para utilizar a internet; falta de interesse e compromisso da família diante da busca e devolução dos blocos de atividade; professores entristecidos, doentes e com baixa expectativa de feedback dos alunos (Coordenador Pedagógico 1 - Escola B, 2022).

Tal situação configurou um desafio diante da complexa tarefa de inserir o virtual e mediar à reestruturação do processo de ensino, conforme relatado pelo Coordenador Pedagógico 1:

A conectividade das famílias é um problema estrutural que precisa do desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento social e investimentos na educação básica. São ações a longo prazo que dependem do poder legislativo e executivo. Quanto ao desenvolvimento da habilidade: autonomia estudantil, projetos sobre ensino da gestão do tempo, orientações pedagógicas sobre o estudo podem contribuir para o desenvolvimento desse estudante (Coordenador Pedagógico 1 - Escola E, 2022).

Neste contexto, ao ser vivenciada a abordagem metodológica do ensino híbrido pelos Coordenadores Pedagógicos, tanto no período pandêmico quanto pós-pandêmico, há propostas e possibilidades de mesclar espaços, atividades, tempos, com presença física e digital, de forma síncrona e assíncrona. É possível perceber que a experimentação do processo de ensino e aprendizagem de maneira mais flexível, personalizada e humanizada, que integra diversos espaços, gera contradições, carências e profunda desigualdade econômica, tecnológica e educacional e dificuldade de autogestão no cotidiano escolar, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 7 - Desafios na realização das atividades pedagógicas na modalidade híbrida

Autogestão e dificuldade em organizar o tempo para realização das atividades.	2
Falta de acesso à internet. Não tenho acesso à internet na residência/trabalho.	1
Dificuldades tecnológicas. Não possuo habilidades tecnológicas suficientes para manusear os recursos computacionais.	2
Falta de motivação para as atividades propostas.	
Não encontrei desafios na realização das atividades.	1

Fonte: A autora.

O Ensino Híbrido traz alguns desafios para os Coordenadores Pedagógicos, pois os papéis se ampliam e se modificam bastante. O foco e a energia se voltam para a aplicação das atividades, para o desenvolvimento de competências, para a realização da tutoria e acompanhamento individual e diferenciado nos espaços presenciais e digitais, síncronos e assíncronos e na diversidade de formas de avaliação dos estudantes. Há ainda um planejamento mais complexo e a programação de projetos integradores em diferentes áreas do conhecimento.

Com relação à carga horária das atividades remotas, os Coordenadores Pedagógicos emitiram opinião na qual se referem ao favorecimento do ensino híbrido no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Tabela 8 - Carga horária das atividades remotas e favorecimento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Sim, a flexibilidade de tempo foi o aspecto que mais contribuiu para a aprendizagem.	2
Sim, a flexibilidade de espaço foi o aspecto que mais contribuiu para a aprendizagem.	0
Sim, a diversidade de materiais didáticos disponíveis no ambiente virtual foi o aspecto que mais contribuiu para a aprendizagem.	2
Não, a carga horária a distância não contribuiu com a aprendizagem.	2

Fonte: A autora.

As opiniões dos Coordenadores Pedagógicos foram similares a respeito da flexibilidade de tempo e carga horária na contribuição do processo de aprendizagem. Mesmo sendo um processo complexo, ainda em construção, baseado em contradições estruturais, é extremamente relevante para a valorização do ritmo de cada pessoa ou grupo, no processo de aprendizagem em diferentes espaços, tempos e de múltiplas maneiras. Na real conjuntura educacional e tecnológica, é um processo educacional com um caminho sem volta e que se baseia em termos de uma educação mais humana, criativa, de qualidade e para todos.

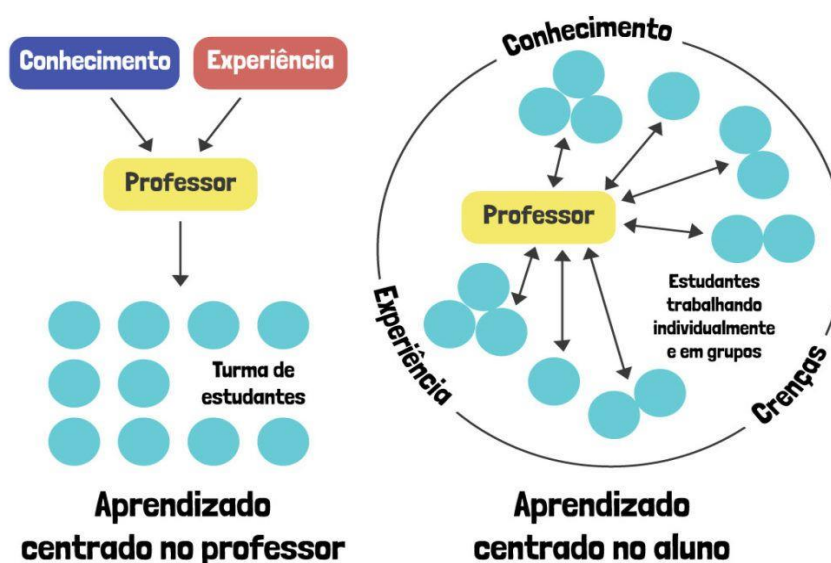
Tabela 9 – Análise dos professores sobre o Ensino Híbrido na educação

Reflexão dos professores sobre o Ensino Híbrido na educação, levando em consideração a opinião dos coordenadores.	
Poucos professores acreditam no Ensino Híbrido com um recurso que favorece o aprendizado.	3
Aproximadamente a metade dos professores da escola acredita que o Ensino Híbrido favorece o aprendizado dos alunos, e a outra metade não.	1
A maioria dos professores acredita que o Ensino Híbrido favorece o aprendizado dos alunos.	1
Todos os professores da escola acreditam que o Ensino Híbrido contribui favorece o aprendizado dos alunos.	1

Fonte: A autora.

De acordo com os Coordenadores Pedagógicos, poucos professores acreditam no Híbrido como um recurso que favorece o aprendizado, mas é perceptível que ainda não compreendem que esse recurso metodológico não é de responsabilidade somente do professor, mas também do próprio aluno, já que esse se torna parte integrante do processo de ensino.

Essa inovação tecnológica na educação pode melhorar o aprendizado do aluno e modificar o papel do professor no Ensino Híbrido, porém, é necessário compreender que o uso de tecnologias em sala de aula é só uma parte do todo.

Figura 6 - Ensino Híbrido: trajetória metodológica

Fonte: <https://tutormundi.com/blog/papel-do-professor-no-ensino-hibrido/>. Acesso em: 20 de out de 2022.

Essa concepção de desafio é analisada pelos Coordenadores Pedagógicos como ineficiente e que em algumas unidades deixaram os alunos desmotivados. Porém outros Coordenadores Pedagógicos já discordam, conforme relato abaixo:

Particularmente, sou favorável à inserção do ensino híbrido. No entanto, há que se pensar em aspectos essenciais que, se não solucionados, inviabilizam o sucesso acadêmico do aluno: - Oferecer ao aluno um computador para que possa levar para casa; - Oferecer internet de qualidade nas escolas públicas; - Oferecer serviço de internet gratuita às famílias. Diante disso, acredito que ofereceremos um ensino com igualdade e equidade (Coordenador Pedagógico 2 - Escola B, 2022).

Na Rede Municipal de Ensino essa adaptação conforme os entrevistados estão sendo feita de forma gradativa e pontual, sendo inserida da melhor forma que o momento exigia. Os profissionais da educação tornaram-se parceiros no processo de ensino, um investigador e em constante atualização. Mudanças que refletiram no cotidiano escolar, um educador reflexivo, buscando sentido a essa prática. Assim,

Essa mudança refletiu na rotina escolar e, a princípio, houve um transtorno ao lidar com o novo, havia um despreparo para essa situação. Após formações e estudos para o entendimento do seu significado e a maneira correta de exercer o trabalho, o ensino híbrido muito contribuiu para a educação contornar essa situação adversa que a pandemia nos trouxe (Coordenador Pedagógico 3 - Escola C, 2022).

As adversidades que surgiram evidenciaram as dificuldades na prática direcionada à autonomia dos estudantes. Foi e está sendo necessárias ações críticas, como perceber que o conhecimento é considerado inacabado e em constante transformação. Entretanto, os desafios do ensino híbrido foram mais evidentes no período pandêmico, especificamente por deficiências relacionadas ao ensino remoto:

Destacamos que tivemos muitas dificuldades com a inserção do Ensino Híbrido. A escola já estava oferecendo aulas de tira-dúvidas para os alunos e com grande adesão dos mesmos. Quando houve a oportunidade, oferecemos as cinco aulas on-line para todas as turmas. Porém, houve um período no qual essas aulas foram interrompidas a pedido da Secretaria de Educação e quando houve a liberação das mesmas, tivemos grande dificuldade no que tange a adesão dos alunos. Muitos se sentiram desestimulados e não entravam nas aulas (Coordenador Pedagógico 4 - Escola D, 2022).

Nesse cenário, mesmo com possibilidades de ensino e aprendizado via canais online e materiais complementares elaborados pelos professores da escola, muitos alunos não tiveram acesso às aulas, ou à plataforma de atividades, seja por motivos econômicos e sociais, falta de conhecimento ou estrutura básica, como internet e computadores. Registrando também que os profissionais da educação, de uma forma geral, também vivenciaram alguns

desafios, como ministrar aulas online pela primeira vez, falta de ferramentas apropriadas, condição financeira para se adaptar de forma urgente e falta de conhecimento técnico e prático para assessorar as tecnologias:

A proposta de ensino híbrido municipal pode ser interessante, mas precisa garantir a inclusão digital de todos os alunos para que não ocorra uma segregação da aprendizagem e a desigualdade aumente. Projetos como o NAPO, que atua na recuperação da aprendizagem, pode ser uma iniciativa positiva (Coordenador Pedagógico E - Escola D, 2022).

Por outro lado, toda essa corrida tecnológica e formativa evidenciou os desafios do retorno ao ensino presencial. Se no ensino híbrido podemos unir as vantagens dos dois modelos de aprendizagem, *on e off-line*, também somam-se obstáculos de ambos. O processo de acompanhamento e interação dos professores na inserção do ensino híbrido na Rede Municipal de Ensino foi constante. Foram necessárias, inicialmente, a capacitação dos educadores e a realização de treinamentos para manusear ferramentas tecnológicas.

Conforme o Coordenador Pedagógico 2 da Escola B:

Inicialmente, contatamos os pais através dos grupos de *Whatsapp* e convidamos para reunião com a finalidade de socializar a nova prática a ser adotada pela escola; em seguida, convidamos os pais para comparecerem à escola para assinarem o termo de autorização para que o filho pudesse participar da nova prática. De posse da relação de alunos autorizados, montamos os grupos e cronograma de cada turma. Iniciamos a prática: uma semana a turma A tinha três aulas presenciais e a turma B tinha duas aulas on-line em casa. Na semana seguinte, os grupos eram invertidos. Inicialmente, os professores tiveram um pouco de dificuldade, pois perceberam que a turma que ficava em casa não estava realizando as atividades propostas, não participava das aulas pelo *Whatsapp*, não assistia às videoaulas gravadas, assim, não tinham nenhum conhecimento do assunto a ser sistematizado em sala de aula (presencialmente). Com o passar dos dias e também com o trabalho da coordenação, junto aos pais solicitando, quase implorando o auxílio deles nessa empreitada, a participação dos alunos foi melhorando, porém percebemos que já estávamos no final do ano e não tínhamos tempo hábil (Coordenador Pedagógico 2 - Escola B, 2022).

Conforme citado por alguns Coordenadores Pedagógicos em entrevista, o processo foi bastante desgastante, composto por resistência dos docentes e a heterogeneidade dos professores, no que se refere ao domínio das tecnologias digitais. Muitos professores possuem pouca familiaridade com aulas online, sendo necessário auxiliá-los e orientá-los em formações continuadas online e presencial na escola, durante a reunião semanal que acontece entre o professor e o Coordenador Pedagógico individuais e coletivos, para o compartilhamento de materiais e compreensão do uso das metodologias ativas. Os trabalhos desenvolvidos com alunos e familiares acontecem de maneira similar, por meio do acompanhamento e interação eram diários e registros próprios, com os alunos que optaram

por não retornar em parte do tempo das aulas, sendo acompanhados de forma remota. Nesse sentido, eis mais um relato:

Foi um processo complicado, pois, nem todos os professores dominam as tecnologias. Foram necessários diversos treinamentos, tanto por parte da unidade escolar quanto do centro de formação profissional da rede, para dar o suporte aos educadores. Tudo aconteceu de forma muito rápida, o que deixou muitos profissionais desestabilizados e emocionalmente abalados. Deixar o convívio presencial e passar para on-line criou muitas barreiras no vínculo afetivo, o que muito atrapalhou o processo de ensino-aprendizagem. Nossa unidade ofereceu, em 2020, além dos blocos de atividades, aulas de tira-dúvidas para os alunos, além de vídeos produzidos pelos próprios professores e também retirados da internet nos grupos criados para cada turma. Tudo baseado no material produzido pelos professores. Em 2021, iniciamos oferecendo os cinco horários de aulas para todos os alunos. Depois, seguindo a portaria elaborada pela SEMED, passamos a oferecer duas aulas. Em setembro, do mesmo ano, passamos a oferecer aulas híbridas. Nestas, os pais tinham a opção de enviar ou não seus filhos. Tivemos adesão significativa no retorno presencial. Porém, não paramos com o ensino on-line, ressaltando que o mesmo voltou a acontecer nos cinco horários normais de aula. (Coordenador Pedagógico 4 - Escola D, 2022).

A pandemia, que fez com que as unidades de ensino se adaptassem e desenvolvessem sistemas de ensino emergenciais, adaptando-se ao sistema de Ensino Híbrido, fez com que fosse necessário rever planejamentos e projetos da instituição de educação.

A metodologia do Ensino Híbrido é utilizada para fins pedagógicos e somente uma escola enfatiza a importância do hibridismo como metodologia para fins pedagógicos. Visto por este panorama, é urgente que os profissionais e as escolas compreendam que o Projeto Político Pedagógico deve levar em consideração o fato de que a atividade escolar está diretamente ligada ao contexto social dos estudantes e, diante esta nova realidade, na qual toda a sociedade está inserida, faz-se urgente e imprescindível reconstruir e reestruturá-lo para se tiver um planejamento completo.

As unidades de ensino devem cumprir com os conteúdos que são estabelecidos pelas diretrizes municipais, seguindo as normativas da BNCC:

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (VEIGA, 2007, p.13).

Portanto, ao refletir com os Coordenadores Pedagógicos sobre os planos de ação concretos para promover o Ensino Híbrido como metodologia às práticas pedagógicas, explícito no Projeto Político Pedagógico e/ou regimento escolar, existentes nas escolas ou na

SEMED, alguns responderam no questionário desconhecer tal situação. Enfatizam sempre nas suas respostas que a falta de acesso de boa qualidade às tecnologias, bom serviço de internet e desinteresse de alunos e familiares interferem nesta prática. Entretanto, relatam que acreditam que a educação, de uma forma geral, está se preparando para implantar novas ações no âmbito educacional, como mencionado neste trecho por uma COORDENADOR PEDAGÓGICO 3: “Acredito que já estamos preparados para a realização do ensino híbrido.” (Escola C, 2022).

Por isso, diante das mudanças tecnológicas e do Ensino Híbrido na atualidade, é relevante a função da Coordenação Pedagógica no processo pedagógico, educacional e profissional dos professores, sendo um agente essencial para que houvesse a prática de novas fórmulas de ensino que viabilizassem a aprendizagem, mesmo com muitas dúvidas sobre o que é e como trabalhar dentro dessa metodologia.

Acredito que o trabalho do coordenador é o de caminhar junto na busca de intervenções pedagógicas que venham de encontro aos interesses e necessidades do momento. Não consigo ver relevância no trabalho do coordenador de forma isolada, ele deve sim ser detentor de um conhecimento aprofundado, uma formação aprimorada e permanentemente voltada às novas tecnologias, que contribuirá na concepção e novos saberes que, juntamente com toda a equipe pedagógica, suscitará novos estudos, conhecimentos e novas práticas coletivas para o bem de nosso aluno (Coordenador Pedagógico 2 - Escola B, 2022).

Um profissional que desenvolveu-se como uma figura-chave para o desenvolvimento do Ensino Híbrido e da manutenção e evolução da qualidade de ensino na instituição. Participa ativamente da construção dos projetos, planejamento das aulas, sugerindo atividades e, concomitantemente, formações continuadas com os professores, além de direcionar as ações pedagógicas e documentais, extremamente importantes nesse processo.

Nessa ação pedagógica, é relevante que o coordenador esteja sempre atualizado com relação às tendências para a educação, ambientado com as inovações e criando, constantemente, condições para as práticas do hibridismo:

O Coordenador Pedagógico é aquele que tem uma visão do todo. Como estamos em fase de recomposição pedagógica, é ele que auxiliará o professor nesse processo indicando caminhos para que os conteúdos do ano em vigência sejam efetivados, tendo em vista os conteúdos de conhecimento prévio, para que se tenha êxito ao final do processo (Coordenador Pedagógico 2 - Escola D, 2022).

Assim, o coordenador é responsável pelo fazer pedagógico ao direcionar e acompanhar todo o processo didático da escola e atuar como corresponsável com o professor, e ao ajudá-lo a encontrar as melhores formas de aperfeiçoar a aprendizagem dos alunos. Por

isso, deve conhecer diversos métodos de ensino e auxiliar os docentes a analisar o perfil das turmas e dos alunos individualmente para identificar suas dificuldades:

O Coordenador Pedagógico assume papel fundamental, pois ele é o parceiro do professor na prática docente. É o Coordenador Pedagógico quem vai auxiliar o professor a enfrentar e solucionar os desafios em sala de aula. No entanto, é importante considerar que para que desenvolva esse papel, ele precisa fazer estudo dos dados, análise do plano docente, busca ativa e não ser direcionado para resolver imprevistos na escola. O trabalho do Coordenador Pedagógico é reflexivo e demanda análise da conjuntura social e educacional, bem como escuta ativa (Coordenador Pedagógico 5 - Escola E, 2022).

Mesmo com todo o trabalho e intervenção realizado por esses profissionais, a partir das ações planejadas durante o Ensino Híbrido, é essencial ressaltar o relato dos resultados efetivamente alcançados pela escola, mencionado por alguns profissionais como positivos e outros alegaram que foram negativos. Somente a inserção da tecnologia nas escolas não resolve as deficiências da educação, pois mais importante que o aspecto estrutural, deve-se levar em conta a reflexão sobre o papel do aluno, do professor e da escola como um todo. Conforme mencionado por um dos profissionais entrevistados:

Os resultados foram diversos, pois dependiam do engajamento do estudante a essa metodologia e da capacidade do professor em criar aulas interessantes que minimizassem o impacto da distância ocasionado pelo ambiente virtual (Coordenador Pedagógico 5- Escola E, 2022).

O resultado da inserção da educação híbrida, ao ultrapassar as dificuldades iniciais, valorizou de forma geral o crescimento de todos, alunos e equipe pedagógica, bem como a capacidade de produção destacada pelas novas formas de ensinar, combinando uma parte presencial e online, mantendo sempre o vínculo com a escola:

Podemos dizer que os resultados poderiam ter sido bem melhores se tivéssemos tido mais tempo para trabalhar com os alunos nas aulas presenciais, pois era visível a diferença do desempenho dos alunos na semana que estes frequentavam a escola, devido à falta de aparelhos celulares mais potentes e internet de boa qualidade (Coordenador Pedagógico 2 - Escola B, 2022).

No período de realização do regime especial de aulas não presenciais, os professores e alunos foram orientados de forma remota, utilizando diferentes ferramentas tecnológicas, como *Whatsapp*, *Google Sala de Aula (Google Classroom)*, *Google Acadêmico*, *Google Meet*, *Google Drive*, *Chromebooks*, *Google Formulário*, *Google Docs*, *Google for Education*, planilhas e apresentações, criação de grupos em redes sociais, gravação e disponibilização de aulas por videoconferência, envio de atividades e materiais por e-mail e uso de plataformas

virtuais de educação. Algumas vezes, foram necessárias ligações de videochamada e telefônica para falar com o aluno, a fim de explicar o conteúdo das atividades remotas.

Tabela 10 - Recursos que a escola disponibilizou para realização das atividades não presenciais.

Material impresso (livros, apostilas de conteúdos e de exercícios).	4
Material digital (vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, entre outros).	6
Nenhum recurso foi disponibilizado para a realização das atividades não presenciais.	0
Outro: blocos de atividades	1

Fonte: A autora.

Para o desenvolvimento e prática das atividades conforme o currículo e Projeto Político Pedagógico, foram usados recursos didáticos e ferramentas educacionais digitais suscetíveis de serem utilizadas para as atividades pedagógicas não presenciais, como ferramentas assíncronas - como vídeo aulas, filmes e vídeos com envio de links, murais colaborativos (*padlet*), fóruns, mapas mentais, animações - e ferramentas síncronas, como webconferência, chats e plataforma de troca de mensagens em tempo real. Mesmo com muitos recursos plausíveis e indicados, houve ainda muitas dificuldades para auxiliar os alunos no regime especial de aulas não presenciais:

As dificuldades se deram em razão dos seguintes fatores: - conectividade insatisfatória; - os alunos não possuíam aparelhos celulares que suportavam baixar vídeo aulas; - muitas famílias não possuíam internet suficiente para atender a quantidade de filhos na escola; - falta de serviço de internet nas casas de alunos mais carentes; - pouca adesão das famílias na busca e devolução das atividades impressas. O processo ensino-aprendizagem se dá na interação e relação com o outro e como a interação e relação era quase inexistente para a maioria, me senti frustrada na execução das intervenções necessárias (Coordenador Pedagógico 2 - Escola B, 2022).

Nessa realidade, foi vivenciado por muitos o fechamento dos colégios e evasão escolar, fatos constatados em uma pesquisa realizada pela Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2021, intitulada “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar”, que destacou três fenômenos: reprovação, abandono escolar e distorção idade-série:

Em nova pesquisa, também realizada pela Undime com apoio da Fundação Itaú Social e do UNICEF, na segunda semana de agosto e que alcançou 4.114 redes municipais de ensino, registra-se um cenário mais animador: perto de 95% das redes municipais adotaram a distribuição de materiais impressos e 80% realizaram a distribuição de aulas gravadas como parte das estratégias. Ainda, “3.593 redes usam

uma combinação de ao menos uma estratégia de ensino não presencial via internet com uma estratégia sem uso de internet; e 460 redes usam exclusivamente estratégia sem mediação da internet”. Embora se verifique um esforço das redes de ensino, de docentes, estudantes e suas famílias na manutenção dos vínculos e na continuidade das atividades escolares, é necessário considerar que no período de pandemia houve redução das atividades econômicas e, portanto, das arrecadações tributárias, que são a principal fonte de financiamento da educação pública. Esse cenário pode ameaçar a garantia do direito à educação, expresso pelo acesso, permanência e sucesso escolar (UNICEF, 2021, p. 46).

De acordo com relatos dos profissionais da Rede Municipal, esta realidade fez parte do cotidiano, em que muitos alunos abandonavam, não entregavam as atividades e não participavam das aulas virtuais, pois muitos deles, mesmo nas séries iniciais, precisavam ajudar os pais na renda familiar. Além disso, vários alunos apresentaram quadro de depressão pelo contexto e/ou pela perda de familiares:

A maior dificuldade aos atendimentos de alunos em regime especial foi a falta de conhecimento dos professores para usar as tecnologias digitais e suas flexibilizações, dificuldade com um sinal de internet de qualidade ou, até mesmo, ter um sinal de internet. Outra dificuldade encontrada foi no que diz respeito aos equipamentos necessários para a transmissão dessas aulas e conteúdo, como computadores, *smartphones* e *tablets*. (Coordenador Pedagógico 4 - Escola D, 2022).

Por isso, para muitos profissionais, o maior desafio pedagógico enfrentado no retorno às aulas presenciais - e coube um engajamento e trabalho de equipe - foram às adequações e transformações na realidade de cada escola, buscando o uso da metodologia com recursos tecnológicos adequados para cada instituição, seja no ensino *on-line*, remoto ou na forma híbrida, uma vez que a tecnologia ainda não era realidade de todos os alunos, pais e professores.

No retorno presencial, a dificuldade estava em conseguir engajar novamente os alunos no cotidiano da escola, no convívio social e melhorar o déficit da aprendizagem; trabalhar a relação interpessoal, auxiliar alunos e professores em relação à saúde mental, sanar as dificuldades de engajamento, administrar os diferentes perfis em sala, diversificar as atividades, fazer a reinserção do estudante no ambiente escolar e a adaptação ao processo de escolarização; falta de motivação do estudante para o estudo, convivência e interação social com seus pares e educadores, aspectos emocionais (crises de ansiedade, pânico) e adaptar as várias formas de ensino:

Recuperar dois anos de pouca aprendizagem em um ano de aula presencial, por isso lançou mão da ação: recomposição de aprendizagens, atendimento individualizado pelo coordenador. Os professores se desdobrando para recuperarem o tempo e a aprendizagem, pois recebemos alunos no 3º ano que não adquiriram durante a pandemia a habilidade de manuseio do lápis de escrever, não possuem a

coordenação motora fina desenvolvida. Isto sem falarmos dos conflitos interpessoais, falta de limites, falta de respeito (Coordenador Pedagógico 2 - Escola B, 2022).

Ainda, ao relatar dificuldades, pode-se enfatizar também que, para o Coordenador Pedagógico, o momento educacional vivido na pandemia da Coronavírus (Covid-19), gerou duplicidade na opinião em relação à valorização ou desvalorização do trabalho. A análise dos questionários evidenciou que a jornada de trabalho foi intensificada, houve muitos desgastes físicos e emocionais, frustrações devido à falta de familiarização com a tecnologia e dificuldades de acesso à internet. Por não estarem em evidência e frente aos trabalhos com alunos, muitos acreditavam que os Coordenadores Pedagógicos “ficavam à toa” e “desvalorização”. Conforme o relato de um dos Coordenadores Pedagógicos durante a entrevista, houve:

Desvalorização do coordenador, pois durante a pandemia ele exerceu inúmeras atribuições apreciação de atividades a serem postadas, planejava e executava formação continuada, atendimento aos pais via telefone e via *Whatsapp*, busca ativa in loco das atividades remotas, atendimento aos alunos que estavam em atrasos com as atividades remotas, reuniões pedagógicas on-line, realização de módulos semanais on-line que a meu ver descaracterizou e desvalorizou sua função (Coordenador Pedagógico 2 - Escola B, 2022).

Nesse contexto, destaca-se a atuação deste profissional que, devido à grandeza das suas responsabilidades, atuou constantemente na busca de novas possibilidades para que os desafios do ensino remoto fossem superados, exigindo atuação articulada. Por muitos gestores e familiares, esses profissionais foram valorizados, ao perceber a dificuldade do acompanhamento diário das atividades de vida escolar dos alunos, fato este mencionado por um profissional entrevistado, ao relatar que “houve uma valorização do Coordenador Pedagógico, pois ficou evidente a sua importância no papel de articulação entre os atores escolares, bem como o direcionamento e acompanhamento do trabalho pedagógico”. (Coordenador Pedagógico E - Escola B, 2022).

Portanto, é necessário um investimento maior, por parte da Rede Municipal de Ensino, em formação referente ao Ensino Híbrido, uma reformulação e revisão de cargos e salários. Sendo assim, faz-se fundamental reconhecer a importância do Coordenador Pedagógico para o trabalho coletivo como fomentador da prática educativa, que considera, primordialmente, o exercício pedagógico e social e a formação humana.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento desse trabalho teve como finalidade a produção de um minicurso on-line como Produto Educacional, encartado junto à Dissertação. “O produto educacional se constitui de uma sequência didática para a aplicação do tapete pedagógico como recurso didático” (BECKMANN, 2021, p. 5). O minicurso constitui um material, composto por vídeos e Power points, conforme pode ser visto no *Google Site* – Produto Educacional desta pesquisa. Uma proposta de reflexão sobre o Coordenador Pedagógico e o Ensino Híbrido, considerando a plataforma digital para compor um minicurso com propósito de formação de formação continuada. Apresentando conhecimentos vinculados à identidade como mediador do ensino-aprendizagem com base na metodologia do Ensino Híbrido.

O minicurso: O Ensino Híbrido: contribuições e desafios do Coordenador Pedagógico como articulador e mediador do processo de ensino e aprendizagem, compõe o PTT (produto técnico e tecnológico), requisito parcial apresentado à banca para a conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Programa de Pós- Graduação em Educação Tecnológica do IFTM – Campus Uberaba, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 11 - Roteiro Minicurso

O Ensino Híbrido: contribuições e desafios do Coordenador Pedagógico como articulador e mediador do processo de ensino e aprendizagem.
Aula de apresentação
Aula: O Coordenador Pedagógico: mediador pedagógico a partir da nova perspectiva a partir do Ensino híbrido.
Aula 2: Contexto Político-Educacional, intenções e possíveis caminhos do Ensino Híbrido durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).
Links de acesso: https://sites.google.com/view/minucursopedagogico/p%C3%A1gina-inicial
Contato: michelledeguima2021@gmail.com

Fonte: A autora.

O produto educacional apresentado e disponibilização em *Google Site*, destinado aos Coordenadores Pedagógicos do Ensino Fundamental I e desenvolvido por meio de uma abordagem exploratória e qualitativa, de forma assíncrona, bem como a partir de contribuições de pesquisa bibliográfica.

Apresentação sobre a figura do Coordenador Pedagógico, sua evolução histórica profissional e suas múltiplas funções no cotidiano escolar e nos espaços formativos.

Posteriormente uma apresentação da Aprendizagem Híbrida, definições e metodologias propostas articuladas pela Coordenadora Pedagógica.

Proposta que foi elaborada para promover a análise dos desafios e possibilidades do Ensino Híbrido no presente momento pandêmico e pós-pandêmico e dar uma nova configuração de ensino e aprendizagem. Estudar a atuação do Coordenador Pedagógico, aliada a novas estratégias e intervenções pedagógicas inovadoras no cotidiano escolar.

Por fim analisar e registrar a partir dos questionários as mudanças tecnológicas, o Ensino Híbrido e a relevância da Coordenação Pedagógica no processo educacional e profissional dos professores e difundir entre os coordenadores pedagógicos a proposta de formação continuada como um recurso de apoio, abordando sugestões de estratégias para trabalharem com o Ensino Híbrido.

Além disso, este produto educacional oferece múltiplas estruturas, propõe propostas de ensino e aprendizagem e promove a educação continuada, como forma de refletir sobre as inúmeras possibilidades de inserção do Ensino Híbrido. Considera-se que o produto educacional contribui para o ensino de forma relevante, ao fornecer referências bibliográficas, experiências e conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mestrado profissional é voltado para o estudo ligado à qualificação e desempenho profissional. Nesse sentido, esta pesquisa possui características que se aplicam ao desenvolvimento dos processos educacionais, com visibilidade na melhoria do ensino com apoio técnico do Coordenador Pedagógico, sugerindo-se que este trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais.

A motivação desse estudo foi evidenciada no percurso vivenciado pela pesquisadora como Coordenadora Pedagógica, aprofundado durante o mestrado, baseado em troca de experiências com o orientador, outros profissionais da educação e coordenadoras pedagógicas participantes da pesquisa.

O estudo explorou a identidade do profissional Coordenador Pedagógico por meio da integração da teoria e da prática, essenciais para o exercício de uma práxis reflexiva, especificamente os profissionais que trabalham nas instituições públicas da Rede Municipal de Uberaba, nas séries iniciais do Ensino Fundamental I, bem como refletir sobre o enfrentamento dos desafios e conflitos que permeiam na inserção da metodologia do Ensino Híbrido.

A partir da análise das atribuições previstas em Plano de Carreira, verificou-se a dimensão do trabalho nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Uberaba e percebeu-se que esta pesquisa vem ao encontro das reais necessidades da demanda escolar e que possui a capacidade de contribuir para com as diferentes realidades que ocorrem dentro dos espaços educacionais. Portanto, e partindo de tais necessidades, este estudo teve como finalidade geral determinar o perfil dos Professores Coordenadores Pedagógicos que atuam na Rede Municipal de Ensino de Uberaba/MG e contribuir com futuras investigações sobre o tema.

A pesquisa caracterizou-se por reflexão e análises do cotidiano do trabalho do profissional pesquisado, que contribuem para a clareza dos fatos pertinentes à prática cotidiana, bem como contribuições e desafios na inserção do Ensino Híbrido no período pandêmico e pós-pandêmico. Apresentou que um dos maiores desafios enfrentados pelo Coordenador Pedagógico, adicionado à rotatividade dos profissionais da educação, são as contradições presentes na rotina e nas relações com os órgãos normativos e executivos.

As análises demonstraram que, em sua rotina, o trabalho pedagógico é prejudicado pela burocracia e por fatores externos e internos ao contexto escolar que recai na realidade vivenciada e a falta de tempo com os professores para a realização do trabalho voltado para

planejar práticas e atividades para o desenvolvimento das aulas. Uma rotina que exige deste profissional uma constante necessidade de formação contínua.

Neste processo de pesquisa foi revelado que o cargo de Coordenador Pedagógico, tão necessário no ambiente escolar, dispõe de profissionais que necessitam de formações específicas para melhor compreensão da metodologia híbrida e que muitos ainda estão em processo de preparação para compressão e aplicação na rotina didático-pedagógica das instituições com os professores.

É importante entender que as ferramentas tecnológicas não são o eixo principal do processo de ensino e aprendizagem, mas um instrumento que viabiliza a mediação entre os agentes no sistema educacional. É imperativo que os Coordenadores Pedagógicos, incentivem e incorporem novos modelos pedagógicos.

Diante disso, é importante conceber a necessidade de formações que estimulem a inserção de metodologias ativas no ambiente educacional como ferramenta que irá promover a transformação do ensino em um processo dinâmico e desafiador.

É possível concluir, ainda, a magnitude do trabalho coletivo como encorajador da inserção de novas práticas educativas, ao considerar que a educação se manifesta inicialmente como uma formação humana em constante mutação e que é o elo entre os sujeitos neste processo educativo.

Neste sentido, os resultados mostraram que é necessário ampliar o conhecimento referente ao Ensino Híbrido e sua aplicação no cotidiano pedagógico e que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, considerando como produto educacional, o minicurso de formação conhecimento e para elaboração do planejamento da formação continuada com os professores na escola, utilizando assim plataformas digitais de aprendizagem já utilizadas pelas unidades ou não. Em relação aos desafios encontrados para o desenvolvimento das aulas no Ensino Híbrido, percebe-se insuficiência de recursos físicos das unidades e insegurança técnico e pedagógico para trabalhar com cada recurso ou ferramenta digital.

Em todas as unidades pesquisadas, o Ensino híbrido foi uma resposta imediata ao cenário educacional pandêmico, o que resultou em coordenadores pedagógicos enfrentando desafios como a adaptação à prática pedagógica em misto e a revisão da maneira de ensinar e avaliar. Ao discorrer sobre o formato híbrido emergencial, os coordenadores expressaram nesta pesquisa que dentre os muitos desafios, o maior está relacionado aos aspectos pedagógicos e metodológicos.

A análise dos dados obtidos com as respostas dos sujeitos da pesquisa nos instrumentos de coleta de dados mostra que a metodologia mista de ensino pode ser uma

alternativa viabilizada pela adequação da estrutura tecnológica, aprimoramento e estruturação dos coordenadores pedagógicos para atender às necessidades dos professores. Esses resultados poderão enriquecer a compreensão para melhor estruturar a formação continuada, além da compreensão da identidade desse profissional na participação crítica da educação contemporânea.

Conforme explicado, a pesquisa de caracterização foi realizada com seis coordenadores pedagógicos de cinco instituições de ensino. Conseqüentemente, percebe-se que existe uma procura unânime de formação mais concreta relacionada com o cargo de Coordenador Pedagógico, com o objetivo de compreender as suas funções e expandir a formação mista. Os Coordenadores Pedagógicos entrevistados são profissionais experientes e estão construindo sua identidade profissional tanto na liderança quanto na gestão pedagógica. Refletem um contexto na rede municipal de ensino, profissionais que buscam conhecimento, reconhecendo-se como aprendizes contínuos, com recursos próprios ou por encontros e capacitações ministrados pela SEMED.

As principais reflexões prendem-se com a necessidade de inserir hoje uma política de formação do Coordenador Pedagógico e formações sobre a metodologia do Ensino Híbrido, com base nos teóricos e práticas discutidas e apreciadas na função.

O impacto mais significativo tem sido a compreensão desta metodologia e sua eficácia em lidar com a diversidade de estágios e situações da aprendizagem dos professores e do ensino baseado na simultaneidade síncrona e assíncrona. A drástica e necessária mudança metodológica e pedagógica no período pandêmico e pós-pandêmico colocou em ordem os problemas de dotação tecnológica dos estabelecimentos e, mais fisicamente, o impasse da formação para enfrentar a realidade tecnológica e sua inserção no ensino e aprendizagem.

Torna-se, assim, fundamental dotar Coordenadores Pedagógicos de conhecimento sobre a sua práxis, sobre a importância do Ensino Híbrido no processo educacional no atual contexto pós-pandêmico e como apoiar os professores a usá-los no desenvolvimento de habilidades, construindo o conhecimento da aprendizagem de forma integrada, diferentes espaços e recursos da construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. de; O Coordenador Pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo: 6ª Edição Loyola, 2001.
- ALMEIDA, L R.; PLACCO, V. M. N. de S. (Org.). O Coordenador Pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo: Loyola, 2010.
- ALONSO, Myrtes. A Supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. ALONSO, Myrtes. A Supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, Naura Carapeto (org). Supervisão Educacional para uma escola de qualidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 167-182.
- ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: questões de teoria e método. Revista Educação e Tecnologia, CEFET/MG, Belo Horizonte, v. 10, n.1, p. 29-35, 2005. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/72> Acesso em: 05 mar. 2017.
- AZANHA, J. M. P. Documento preliminar para a reorientação das atividades da Secretaria. São Paulo: SEESP, 1983.
- BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BECKMANN, Ana Raquel. Tapete pedagógico: um recurso didático para introduzir o ensino de ciências e matemática na educação infantil / Ana Raquel Beckmann ; Sandra Cadore Peixoto – Santa Maria: Universidade Franciscana – UFN, 2021. 32 p.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Estudo de caso. In: Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Ed., 1994. p. 16-17 / 88-89.
- BRABO, T. S. A. M.; CORDEIRO, A. P.; MILANEZ, S. G. Costa (org.). Formação da pedagoga e do pedagogo: pressupostos e perspectivas – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- BRASIL. Diário Oficial da União: Atos do Poder Legislativo. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. nº 49, quinta-feira, 12 de março de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998a.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC, 1998b.
- BRASIL. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares Nacionais (Ensino Médio): linguagens códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 de mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 26 de mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação – PNE/MEC. Brasília: INEP, 2001b.

BRASIL. Ministério da Educação. Dados Educacionais de Uberaba. Disponível: <<https://novo.qedu.org.br/municipio/3170107-uberaba>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/COORDENADOR PEDAGÓGICO9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

Brasil, MEC/CNE. Diretrizes Gerais sobre aprendizagem híbrida. Brasília, 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192

BRASIL. República Federativa do Brasil. Constituição Federal. 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 set. 2018

BITTAR, M. (2013). Colégios e regras de estudo no sistema jesuítico de educação. Série- Estudos - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB, (31). Recuperado de <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/147>

CHRISTENSEN, C. M, Horn, M. B, & Staker, H. (2013). Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos (2013). https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 27 set. 2022

CULTURAL, L. Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

DELORS, J. Os quatro pilares da educação. In: DELORS, J. et. al. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998, p. 89

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRANCA S.J. L. O método Pedagógico dos jesuítas: o "*Ratio Studiorum*": Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

FRANCO, M. A. S. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. Revista Múltiplas Leituras, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan. /jun. 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ML/article/view/1176>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

FREIRE, P. Educação: Sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (org). O educador: vida e morte. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 63. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortês e Moraes, 1979.

GATTI, B. A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília. Liber Livro Editora, 2007

HODGES, C. et al. A diferença entre ensino remoto de emergência e aprendizado on -line . Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning/>. Acesso em: 18 set. 2022.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIBANEO, C. J. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBANEO, C. J. Organização e Gestão da escola teoria e prática. São Paulo: Hecus Editora, 2015.

LIMA, P. G. (2005). Possibilidades ou potencialidades: a postura piagetiana na epistemologia genética sobre a gênese da inteligência. Acta Científica. Ciências Humanas, 2(9), 17–21. <https://revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/490>. Acesso em: 24 nov. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, G. N. Nota técnica sobre ensino híbrido. Academia Paulista de Educação. São Paulo. Disponível em: <http://www.apedu.org.br/site/2020/08/12/nota-tecnica-sobre-ensino-hibrido-professora-guioamar-namo-de-mello>

MORAN, J. M. ; Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias. In: MORAN, J. M; MASETTO, M; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2013

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. In Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015 Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L. J.;

MORAN, J. (Org). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática. Porto Alegre, Artmed, 2018. p. 1-25.

NÓVOA, A. A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação. Revista Com Censo #22. v. 7, n. 3, p. 8-12, ago 2020. Disponível em: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/905>. Acesso em: 26 de mar. 2022.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: ____ . (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997

NÓVOA, A. A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação. Revista Com Censo #22. v. 7, n. 3, p. 8-12, ago 2020.

NOVO, B. N. O Ensino Híbrido está no topo das tendências escolares para 2021. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 02 dez 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/56168/o-ensino-hbrido-est-no-topo-das-t>

NERICI, Imídeo G. Introdução à Supervisão Escolar. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1974.

PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM. Inesul, Londrina, p. 01 - 12, 30 jan. 2014. endncias-escolares-para-2021. Acesso em: 26 out. 2022.

OLIVEIRA, W. M. . UMA ABORDAGEM SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR NO

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. Princípios e métodos de supervisão e orientação educacional. Curitiba, PR: IESDE BRASIL, 2013.

ORSOLON, L. A. M. O Coordenador formador como um dos agentes de transformação na escola In: ALMEIDA, L. R., PLACCO, V. M. N. de S. (Org.). O Coordenador Pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo: Edições Loyola, 2010. p. 17-26.

PILETTI, N. Estrutura e funcionamento do ensino fundamental. São Paulo: Ática, 1998.

PIMENTA, S. G.. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In (org) Saberes pedagógicos e atividade docente. 8ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PINTO, U. de A. Pedagogia Escolar: Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

PINTO, R. de O. PIZZIRANI, F. Legislação educacional. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

PLACCO, V. M. N. de. ALMEIDA, L. R. de (org). O Coordenador Pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo: Loyola, 2021.

PLACCO, V. M. N. de S. ALMEIDA, L. R. de (org). O Coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

PLACCO, V. M. N. de S. O Coordenador Pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In.: PLACCO, V. M. N. de S. ALMEIDA, L. R. de. O Coordenador Pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2008. cap. 3, p. 47 – 60.

PLACCO, V. M. N. de S. ALMEIDA, L. R. de (org). O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação. São Paulo: Edições Loyola. 2010.p. 25-36.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de (Coord.). O Coordenador Pedagógico e a formação de professores: intenções, tensões e contradições. Fundação Carlos Chagas. Estudos & pesquisas Educacionais. São Paulo, Abril, 2011. Disponível em: < <http://www.fvc.org.br/pdf/livro2-04-coordenador.pdf>>. Acesso em: 16 set 2022.

PONTES, Hildebrando. HISTÓRIA DE UBERABA e a civilização no Brasil Central. Uberaba, MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. 1970.

PRADA, L. E. A. Dever e direito à formação continuada de professores. Revista Profissão Docente, 7(16). Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/257>. Acesso em: 24 nov. 2021

PRETTO, N. Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Mai, Jun, Jul, 1999. Acesso em: 24 nov 2021

REY, F. L. Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.

ROSEMBERG, F.; MADSEN, N.. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline (Org.). O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011.

ROUSSEAU, J. Do Contrato Social. Ensaio sobre a origem das línguas. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução de Lourdes Santos Machado. 3.º Ed. São Paulo. Abril Cultural (Os Pensadores), 1983.

SAMPAIO, Antônio Borges. Uberaba: história, fatos e homens. 2ª Edição. Uberaba, MG, 1971. Arquivo Público de Uberaba.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. Filosofia da Práxis. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANDRE, L. P. Novas tecnologias no curso de história: uma didática possível. Faculdade Quirinópolis, Goiás, 2018. Disponível em: < https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/27_-_Novas_Tecnologias_no_Curso_de_Hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 17ago. 2022.

SAVIANI, D. Educação Socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os Desafios da Sociedade de Classes. In: SAVIANI; LOMBARDI. (Org.) Marxismo e Educação: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005, p.223-274.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. Marxismo e pedagogia. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 16–27, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639892. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639892>. Acesso em: 24 nov. 2021.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Guia do Especialista em educação Básica. SEE-MG Instrumento Didático destinado à orientação e suporte do trabalho do Especialista em Educação Básica da Escola Pública de Minas Gerais. Disponível em: <https://srefabricianodivep.files.wordpress.com/2018/07/guia-especialista.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TAQUETTE, S. R.; MINAYO, M. C. S.; RODRIGUES, A. O. The perceptions of medical researchers on qualitative methodologies. Cad. Saúde Pública, v. 31, n. 4, p. 1-11, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/sFGYqhpzR9wGbhJXz7wJvGv/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

TEIXEIRA, A. Cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: FGV/Instituto de Documentação, 1971. 70p.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19. Nota Técnica. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/3aTZjSd>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

UBERABA. Secretaria Municipal de Educação. Plano Decenal Municipal de Educação de Uberaba – PDME para o decênio 2015-2024. Uberaba, 2015.

UBERABA/MG, Lei nº 9895, de 07 de janeiro de 2006. Institui o Plano Decenal Municipal de Educação de Uberaba 2006-2015 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberaba/lei-ordinaria/2006/989/9895/lei-ordinaria-n-9895-2006-institui-o-plano-decenal-municipal-de-educacao-e-da-outras-providencias>. Acesso em 24 agos. 2022.

UBERABA. Arquivo público 03 de março de 2008. Disponível em: <https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2018/03/durante-os-anos-de-1990-por-meio-deuma.html?m=0>. Acesso em 12 set. 2022.

UBERABA/MG, Decreto Nº 3206, de 28 De Novembro De 2014. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/imagens/PDME/PMDE%202015-2024%20-%20VERSAO%20FINAL_29_05_15.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

UBERABA. Câmara Municipal. **Decreto nº 1590, de 09 de fevereiro de 2018.** Institui a Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberaba/decreto/2018/159/1590/decreto-n-1590-2018-institui-a-politica-de-formacao-dos-profissionais-da-educacao-basica-da-rede-municipal-de-ensino-de-uberaba-e-da-outras-providencias> Acesso em 22 dez. 2022.

UBERABA/MG, Lei nº 12.200, de 22 de maio de 2015. Institui o Plano Decenal Municipal de Educação: 2015-2024 e dá outras providências. Porta-Voz nº 1295. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/imagens/PDME/PMDE%202015-2024%20-%20VERSAO%20FINAL_29_05_15.pdf. Acesso em 24 agos. 2022.

UBERABA/MG, Lei Complementar nº 501, DE 09/09/2015 (Regulamentada pelo Decreto nº 5581/2020). Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-de-cargos-e-carreiras-da-educacao-uberaba-mg>. Acesso em: 11 agos. 2022.

UBERABA. Secretaria Municipal de Educação. Portaria N.º 0049, de 09 de julho de 2021. (Estabelece o retorno gradual às atividades pedagógicas presenciais, no formato híbrido, nas unidades de ensino da Rede Municipal). Disponível em: <http://uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//educacao/arquivos/LEX/Gestao%202021-2024/2021/02/LEX%20%20-%20INFORMATIVO%20MUNICIPAL%202021.pdf> Acesso em: 20 jul. 2021.

UBERABA/MG, Instrução Normativa Nº 02, de 05 de agosto de 2016. Estabelece normas para regulamentar o cumprimento de atividades da jornada extraclasse dos Professores da Educação Básica – PEB, do Educador Infantil e do Coordenador Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, referentes à Formação Continuada em Serviço. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/arquivos/LEX/LEX%2003/LEX%20INFORMATIVO%20MUNICIPAL%20%203.pdf> Acesso em 24 agos. 2022.

UBERABA/MG, Lei Complementar nº 594 de 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberaba/lei-complementar/2020/60/608/lei->

complementar-n-608-2020-altera-a-lei-complementar-n-5012015-que-dispoe-sobre-o-plano-de-carreira-cargos-e-salarios-dos-profissionais-do-magisterio-da-educacao-basica-da-rede-municipal-de-ensino-de-uberaba-estado-de-minas-gerais-e-da-outras-providencias. Acesso em: 30 out. 2021.

UBERABA/MG, Todos pela Educação. Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19. Nota Técnica: Análise e visão do Todos Pela Educação sobre a adoção de estratégias de ensino remoto frente ao cenário de suspensão provisória das aulas presenciais, 2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf. Acesso em: 11 ago. 2022.

UBERABA/MG, Lei Complementar nº 608 de 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberaba/lei-complementar/2020/60/608/lei-complementar-n-608-2020-altera-a-lei-complementar-n-5012015-que-dispoe-sobre-o-plano-de-carreira-cargos-e-salarios-dos-profissionais-do-magisterio-da-educacao-basica-da-rede-municipal-de-ensino-de-uberaba-estado-de-minas-gerais-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 out. 2021.

UBERABA/MG, Portaria Nº 0024/2020. Estabelece normas para o cumprimento das atividades referentes à jornada extraclasse presencial do Professor da Educação Básica (PEB), do Educador Infantil, do Professor de Educação Infantil e do Coordenador Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Uberaba. Disponível em: <http://uberabacontracovid.com.br/portal/acervo//covid19/decretos/PORTARIA%20N%200024-2020.pdf> Acesso em: 01 set. 2022.

UBERABA. Secretaria Municipal de Educação. Portaria N.º 0013, de 19 de fevereiro de 2021. (Estabelece diretrizes excepcionais de Ensino Remoto, por meio de atividades pedagógicas não presenciais, nas unidades escolares da Rede Municipal). Disponível em: <http://uberaba.mg.gov.br/portal/acervo//educacao/arquivos/LEX/Gestao%202021-2024/2021/02/LEX%202%20-%20INFORMATIVO%20MUNICIPAL%202021.pdf> Acesso em: 23 fev. 2021.

UNICEF (2021). Um estudo sobre o impacto da reprovação escolar, do abandono escolar e da distorção idade-série em meninas e meninos brasileiras. In: <https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>. Acesso em 30 de out de 2022

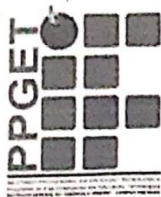
VASCONCELLOS, C. dos S. Coordenação do trabalho Pedagógico: do projeto político Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1777813/mod_resource/content/1/projeto%20politico%2011%20a35.pdf. Acesso em: 30 de out. 2022

VIEIRA, A. T.; ALMEIDA, M. E. B. de; ALONSO, M. (Orgs.). Gestão educacional e tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A – Ofício de Solicitação da Pesquisa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO
Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Tecnológica

Uberaba, 14 de julho de 2022.

À Secretaria Municipal de Educação de Uberaba, MG.

Assunto: Solicita pesquisa

Eu, Michelle Guimarães Naves Peres, brasileira, casada, Coordenadora Pedagógica, matrícula 45986, inscrita no CPF o nº 04187173625, residente em Uberaba-MG, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, venho através deste, apresentar à Vossa Senhoria o projeto de pesquisa intitulado “O ENSINO HÍBRIDO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR E MEDIADOR DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I, DE UBERABA-MG”, que será desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins, a fim de solicitar a coleta dados para sua pesquisa desenvolvida nas escolas: E. M. Uberaba; E. M. Santa Maria; E. M. Reis Junior; E. M. Ricardo Misson; E. M. Boa Vista.

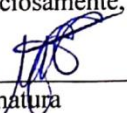
Para tanto, solicito que após a avaliação do referido projeto entre em contato com as instituições participantes da pesquisa para facilitação do contato e contribuição das escolas.

Ressalto que os nomes das escolas e de seus servidores envolvidos na pesquisa serão mantidos sob sigilo; nos textos da pesquisa e da dissertação, todos os participantes da pesquisa serão tratados apenas por códigos numéricos ou alfabéticos.

Anexo ao presente ofício encaminho-lhe uma cópia do projeto de pesquisa para apreciação e duas vias do termo de consentimento livre e esclarecido para que seja lido, preenchido e assinado em caso de concordância.

Me coloco à disposição para eventuais dúvidas e/ou sugestões. Sem mais, solicito que após a avaliação do referido projeto entre em Anexo ao presente ofício

Atenciosamente,


Assinatura

À Vossa Senhoria, a Senhora Sidnéia Aparecida Zafalon Ferreira
Pereira Secretária Municipal de Educação de Uberaba,
Endereço: Av. Dom Luiz Maria de Santana, 141,
CEP.: 38061-080 Uberaba-MG.

Campus Uberaba - Rua João Batista Ribeiro, 4000 – Bairro: Distrito Industrial II CEP: 38064-790
Uberaba/MG - Telefone: (34) 3319-6022

**Apêndice B – Resposta à solicitação referente ao Ofício de 14 de julho de 2022
– autorização para Realização da Pesquisa**



OFÍCIO GAB/SEMED/Nº 0445

Tramitado pelo SIP: Processo: 1071187309/2022	
Recebido por:	
Nome: _____	_____
Data: ___/___/___	Horário: ___:___

Uberaba, 19 de julho de 2022.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM
Programa de Pós-Graduação / Mestrado Profissional em Educação Tecnológica
A/C do Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
Rua João Batista Ribeiro, 4000 – Bairro Distrito Industrial II
38064-790 – Uberaba – MG

ASSUNTO: Resposta à solicitação referente ao Ofício de 14 de julho de 2022.

Senhor Adriano,

Reportando-nos à solicitação, referente ao Ofício de 14 de julho de 2022, informamos a Vossa Senhoria, para conhecimento e para as devidas providências, que foram autorizados a realização do Projeto de Pesquisa **“O Ensino Híbrido: contribuições e desafios do Coordenador Pedagógico como articulador e mediador do processo ensino e aprendizagem nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental I de Uberaba - MG”**, bem como o acesso da mestrandia **Michelle Guimarães Naves Peres**, às Unidades de Ensino da Rede Municipal – E. M. Uberaba, E.M. Santa Maria, E.M. Reis Júnior, E.M. Ricardo Misson e E.M. Boa Vista, sob sua orientação, desde que o referido Projeto de Pesquisa seja realizado de forma espontânea e de livre consentimento por parte de professores, alunos e demais servidores a serem envolvidos nesta proposição, não interferindo, dessa maneira, nas atividades educativas das mencionadas Unidades de Ensino.

Atenciosamente,

Luciana de Castro Cunha

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoal

Luciana de Castro Cunha
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoal
Matrícula: 52432-5
Decreto nº 261/2021 - 17/02/2021

Ana Claudia Zanqueta Silva

Diretora de Logística

Luciana Cruvinel Gouvea

Diretora de Ensino
Luciana Cruvinel Gouvea

/AAOS

Diretora da Diretoria de Ensino
Decreto N° 480, De 14/04/2021

Prof. Sidneia Aparecida Zafalon Ferreira
Secretaria de Educação

Prof. Sidneia Aparecida Zafalon Ferreira
Matrícula nº 222724
Secretaria de Educação - Uberaba
Decreto nº 261/2021 - 17/02/2021

Av. Dom Luiz Maria de Santana, 141 – CEP 38061-080 – (34) 3318-2000 – www.uberaba.mg.gov.br

Apêndice C – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “O ENSINO HÍBRIDO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR E MEDIADOR DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I, DE UBERABA-MG”, sob a responsabilidade da pesquisadora MICHELLE GUIMARÃES NAVES PERES, Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba – MG, matrícula 45986, CPF 041871713625, RG 10534675 e discente do PPGET - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba e orientador Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins,

Neste estudo pretendemos analisar as múltiplas funções do Coordenador Pedagógico, bem como analisar os desafios e benefícios da implementação da proposta do Ensino Híbrido e suas contribuições como metodologia de ensino.

O motivo que nos leva a estudar o assunto citado acima é analisar o trabalho do Coordenador Pedagógico nas instituições escolares a partir do Ensino Híbrido, destacando os desafios e contribuições, evidenciados pela necessidade de uma formação de qualidade que contribua com a construção de uma educação destinada à formação crítica construtiva e integral.

Sua participação ocorrerá por meio da abordagem exploratória e descritiva, utilizando-se de procedimentos bibliográfico, documental, de campo e estudo de caso, baseada em referências, observações e questionamentos realizados em Escolas Municipais de Uberaba, no Ensino Fundamental I.

A pesquisadora se compromete a manter a sua identidade no mais rigoroso sigilo, para tanto segue anexo o Termo de Confidencialidade.

Eu, _____ RG _____, confirmo que fui devidamente esclarecido(a) sobre os objetivos e motivos desta pesquisa, de maneira clara e detalhada. Declaro que concordo em participar desse estudo, de livre e espontânea vontade e que em nenhum momento eu me senti forçado(a) a fazê-lo. E ainda, aceito participar do estudo especificado acima, com as garantias concordadas e especificadas a saber:

- Receber esclarecimento a qualquer dúvida relacionada com a pesquisa;
- Liberdade para retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem nenhuma penalização;
- Segurança de que não serei identificado e que será mantido o caráter confidencial dos dados;
- Receber as informações sobre os resultados do estudo, quando solicitado por mim;
- Os dados coletados poderão ser utilizados para divulgação em eventos de educação ou publicações, garantindo-se sempre o meu anonimato.

Declaro que recebi uma cópia digitalizada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas antes da responder ao questionário.

Uberaba, _____ .de _____ de 2022

.....
Assinatura do participante

.....
Assinatura do pesquisador

Apêndice D – Instrumento de Coleta de Dados - Diagnóstico Sujeitos da Pesquisa

Caras/os Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Uberaba-MG,

Essa pesquisa faz parte do Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba. O objetivo deste questionário consiste em coletar dados para uma pesquisa intitulada: O ENSINO HÍBRIDO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DO ENSINO FUNDAMENTAL I, NA ESCOLA PÚBLICA, que tem por objetivo: Analisar os desafios e contribuições do Ensino Híbrido no processo de ensino, articulado pelo Coordenador Pedagógico, bem como as ações pedagógicas e gestora no ensino fundamental I, na escola pública.

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS:

Professor Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins – Orientador no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - Curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba.

Michelle Guimarães Naves Peres – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - Curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba.

Trazer essa temática para dentro dos estabelecimentos de ensino é, com certeza, tarefa primordial e urgente.

Sendo assim, faz-se necessário identificar e avaliar interesses, ações e recursos para a aplicação do projeto.

Compreendendo as Leis Federais e Municipal:

Portaria nº 0049/2021, estabelece o retorno gradual às atividades pedagógicas presenciais, no formato híbrido, nas unidades de ensino da Rede Municipal. A Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando os dispositivos constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN nº 9394/96, Lei Federal nº 13.979/2020,

Lei Federal nº 14.040/2020, Decreto nº 674 , de 11 de junho de 2021, Resolução CNE/COORDENADOR PEDAGÓGICO nº 2/2020, Resoluções do CME nºs 01 e 02 /2020, e 01/2021, e Portaria SEMED nº 0013/2021.

1. Nome (opcional): _____

2. SEXO

() masculino. () feminino.

3. IDADE

- () Até 24 anos.
- () De 25 a 29 anos.
- () De 30 a 39 anos.
- () De 40 a 49 anos.
- () De 50 a 54 anos.
- () 55 anos ou mais.

4. DAS OPÇÕES ABAIXO, ASSINALE A QUE MELHOR DESCREVE O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE.

- () Ensino Médio – Magistério (antigo 2.º grau).
- () Ensino Médio – Outros (antigo 2.º grau).
- () Ensino Superior – Pedagogia.
- () Ensino Superior – outras Licenciaturas
- () Ensino Superior – Escola Normal Superior.

5. INDIQUE A MODALIDADE DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- () Atualização (mínimo de 180 horas).
- () Especialização (mínimo de 360 horas).
- () Mestrado.
- () Doutorado.
- () Não fiz ou ainda não completei curso de pós-graduação.

Obs: INDIQUE QUAL A ÁREA TEMÁTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

6. QUANTIDADE DE TURMAS QUE COORDENA?

- 0 a 08 turmas.
- 08 a 12 turmas.
- 12 a 20 turmas.
- mais de 20 turmas.

7. QUAL É A SUA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO NESTA ESCOLA COMO COORDENADOR (A) PEDAGÓGICO (A)?

- Até 20 horas semanais.
- Até 30 horas semanais.
- Até 40 horas semanais.
- Mais de 40 horas semanais.
- outra: _____

8. ALÉM DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DESTA ESCOLA, VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE QUE CONTRIBUI PARA SUA RENDA PESSOAL?

- Sim, na área de Educação.
- Sim, fora da área de Educação.
- Não.

Se responder SIM na questão anterior, em qual cargo atua? _____

9. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ TRABALHA COMO COORDENADOR PEDAGÓGICO?

- Há menos de 2 anos.
- De 2 a 4 anos.
- De 5 a 10 anos.
- De 11 a 15 anos.
- Há mais de 15 anos.

10. POSSUI ACESSO A COMPUTADORES COM INTERNET PARA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS?

- sim, utilizo o computador da minha instituição.
- sim, utilizo computador pessoal.

- sim, utilizo computador compartilhado com familiares.
- não possuo acesso.

11. COMO VOCÊ CONSIDERA SUA ORGANIZAÇÃO QUANTO AO TEMPO PARA SUAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS?

- Consigo organizar meu tempo sem dificuldades e sempre cumpro os prazos das atividades pedagógicas solicitadas.
- Consigo organizar parcialmente meu tempo e em algumas situações não consigo cumprir os prazos das atividades pedagógicas solicitadas.
- Tenho dificuldades de organizar meu tempo e não consigo cumprir com os prazos das atividades pedagógicas solicitadas.
- Outros: especificar _____

12. MARQUE AS ALTERNATIVAS QUE APRESENTAM ALGUNS PROBLEMAS QUE PODEM OCORRER NAS ESCOLAS, DIFICULTANDO O ACOMPANHAMENTO E EVOLUÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA.

- insuficiência de recursos financeiros.
- inexistência de professores para algumas disciplinas ou séries.
- carência de pessoal administrativo.
- carência de pessoal de apoio pedagógico (coordenador, supervisor, orientador educacional).
- falta de recursos pedagógicos.
- interrupção das atividades escolares.
- alto índice de faltas por parte de professores.
- alto índice de faltas por parte de alunos.
- rotatividade do corpo docente.
- problemas disciplinares causados por alunos.
- Outros: _____

13. VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC.) NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

- Sim.
- Não.

14. PARTICIPOU DE CURSOS OU OFICINAS NOS ANOS DE 2020 À 2022 DIRECIONADO AO ENSINO HÍBRIDO E RECURSOS TECNOLÓGICOS EM SALA DE AULA?

Sim.

Não.

Especifique: _____

15. PROMOVEU FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC.) NA ESCOLA COM OS PROFESSORES, COM TEMA RELACIONADO AO ENSINO HÍBRIDO E RECURSOS TECNOLÓGICOS EM SALA DE AULA?

Sim.

Não.

Especifique: _____

16. VOCÊ UTILIZA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE QUE VOCÊ MINISTRA NA UNIDADE?

Quase sempre.

Eventualmente.

Quase nunca.

Nunca.

17. QUAL FOI A PROPORÇÃO DE DOCENTES DA SUA ESCOLA QUE PARTICIPOU DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PROMOVIDAS POR VOCÊ NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

Menos de 10%.

Entre 11% e 30%.

Entre 31% e 50%.

Mais de 51%.

Não sei.

18. DE QUE FORMA O COORDENADOR PEDAGÓGICO ARTICULA O PROCESSO PEDAGÓGICO, PROPÕE NOVAS ESTRATÉGIAS E INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS INOVADORAS NO COTIDIANO ESCOLAR?

UMAS DAS ALTERNATIVAS QUE FOI UTILIZADA DURANTE A PANDEMIA COVID-19, COMO FORMA DE MANTER AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E MINIMIZAR OS IMPACTOS NEGATIVOS DA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS, FOI O ENSINO REMOTO E POSTERIORMENTE A INSERÇÃO DO ENSINO HÍBRIDO. O ENSINO HÍBRIDO É UMA ABORDAGEM REALIZADA NO ENSINO PRESENCIAL E REMOTO QUE CONSIDERA QUE O ALUNO APRENDE, PELO MENOS EM PARTE, POR MEIO DO AMBIENTE *ONLINE*, DENTRO OU FORA DO ESPAÇO ESCOLAR.

19. COMO AVALIA A EXPECTATIVA DOS PROFESSORES E ALUNOS EM RELAÇÃO ÀS DIFICULDADES NA PRÁTICA PRESENCIAL E REMOTA (ENSINO HÍBRIDO)?

20. COMO ESSAS DIFICULDADES PODERIAM SER SANADAS OU AMENIZADAS COM A SUA ORIENTAÇÃO?

21. QUE DESAFIOS DIFICULTARAM A REALIZAÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES NA MODALIDADE ENSINO HÍBRIDAS?

- () Autogestão do Tempo. Não consegui organizar o meu tempo para realização das atividades.
- () Falta de acesso à Internet. Não tenho acesso à internet da minha residência/trabalho.
- () Dificuldades tecnológicas. Não possuo habilidades tecnológicas suficientes para manusear os recursos computacionais.
- () Falta de motivação para as atividades propostas.
- () Não encontrei desafios na realização das minhas atividades.

22. NA SUA OPINIÃO A CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES REMOTAS, FAVORECEU O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS?

- Sim, a flexibilidade de tempo foi o aspecto que mais contribuiu para a aprendizagem.
- Sim, a flexibilidade de espaço foi o aspecto que mais contribuiu para a aprendizagem.
- Sim, a diversidade de materiais didáticos disponíveis no ambiente virtual foi o aspecto que mais contribuiu para a aprendizagem.
- Não, a carga horária a distância não contribuiu com a minha aprendizagem.

23. COM BASE NA EXPERIÊNCIA, QUAL DAS SEGUINTE OPÇÕES REFLETE MELHOR O QUE OS PROFESSORES DESTA ESCOLA PENSAM SOBRE O ENSINO HÍBRIDO NA EDUCAÇÃO?

- Poucos professores acreditam no Ensino Híbrido com um recurso que favorece o aprendizado.
- Aproximadamente a metade dos professores da escola acreditam que o Ensino Híbrido favorece o aprendizado dos alunos, e a outra metade não.
- A maioria dos professores acreditam que o Ensino Híbrido favorece o aprendizado dos alunos.
- Todos os professores da escola acreditam que o Ensino Híbrido contribui para o aprendizado dos alunos.

24. RELATE A SUA PERCEPÇÃO QUANTO À INSERÇÃO DO ENSINO HÍBRIDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO?

25. RELATE O PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E INTERAÇÃO DOS PROFESSORES NA INSERÇÃO DO ENSINO HÍBRIDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO?

26. HÁ, NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA, DIRECIONAMENTOS PARA O ENSINO HÍBRIDO?

- O PPP não menciona a aplicação do Ensino Híbrido como metodologia para fins pedagógicos.
- O PPP menciona brevemente Ensino Híbrido como metodologia para fins pedagógicos.
- O PPP enfatiza a importância do Ensino Híbrido como metodologia para fins pedagógicos

27. ALÉM DO PPP E/OU NO REGIMENTO ESCOLAR, EXISTE NA ESCOLA E/OU NA SEMED ALGUM PLANO DE AÇÃO CONCRETO PARA PROMOVER O ENSINO HÍBRIDO COMO METODOLOGIA ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?

28. QUAIS OS DESAFIOS DO ENSINO HÍBRIDO NA ATUAL CONJUNTURA, DE PANDEMIA (COVID-19), E QUAL A SUA RECONFIGURAÇÃO NA ATUALIDADE?

29. DIANTE AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E ENSINO HÍBRIDO NA ATUALIDADE, QUAL A RELEVÂNCIA DA COORDENAÇÃO NO PROCESSO PEDAGÓGICO, EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES?

30. A PARTIR DAS AÇÕES PLANEJADAS DURANTE O ENSINO HÍBRIDO, QUAIS FORAM OS RESULTADOS EFETIVAMENTE ALCANÇADOS?

31. NO PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE AULAS NÃO PRESENCIAIS, OS PROFESSORES E ALUNOS FORAM ORIENTADOS FORMA REMOTA. QUAIS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS FORAM UTILIZADAS?

32. QUAIS RECURSOS A ESCOLA DISPONIBILIZOU PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS?

() material impresso (livros, apostilas de conteúdos e de exercícios).

() material digital (vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, entre outros).

() nenhum recurso foi disponibilizado para a realização das atividades não presenciais.

() outro: _____

33. QUAL FOI SUA MAIOR DIFICULDADE PARA AUXILIAR OS ALUNOS NO REGIME ESPECIAL DE AULAS NÃO PRESENCIAIS?

34. NA SUA VISÃO, QUAL O MAIOR DESAFIO PEDAGÓGICO ENFRENTADO NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS?

35. NA SUA OPINIÃO, O MOMENTO EDUCACIONAL VIVIDO NA PANDEMIA COVID-19, PODE LEVAR A UMA VALORIZAÇÃO OU A UMA DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO? JUSTIFIQUE.

36. O ESPAÇO ABAIXO É DESTINADO PARA ACRESCENTAR QUALQUER COMENTÁRIO, CRÍTICA, AVALIAÇÃO OU RECOMENDAÇÃO QUE VOCÊ JULGUE NECESSÁRIA OU PERTINENTE ÀS QUESTÕES OU AO TEMA DESTE TRABALHO. SUA OPINIÃO É FUNDAMENTAL E IMPRESCINDÍVEL PARA QUE ESTE TRABALHO SE REALIZE.

ANEXOS

Anexo 1 – Apresentação minicurso

O Ensino Híbrido: contribuições e desafios do Coordenador Pedagógico como articulador e mediador do processo de ensino e aprendizagem..

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Triângulo Mineiro

Michelle Guimarães Naves Peres

Graduação:
Pedagogia e História

Especialização:
Psicopedagogia Institucional
Supervisão, Orientação e Inspeção escolar.

Coordenador Pedagógico

Profissional que sistematiza, medeia e transforma a partir do movimento de ação-reflexão-ação, utilizando-se das novas metodologias e tecnologias para transpor obstáculos tecnológicos, estruturais, didáticos e pedagógicos que dificultam o processo de ensino-aprendizagem dos discentes dessa etapa da educação básica

O Ensino Híbrido: Contribuições e desafios do Coordenador Pedagógico na Escola Pública, como articulador do processo ensino e aprendizagem do Ensino Fundamental I.

Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Triângulo Mineiro

Prof. Dr. Adriano Euripedes Medeiros Martins
Orientador

Linha de pesquisa III: Gestão das organizações e políticas públicas para a educação tecnológicas e mudanças educacionais.

Referencial Teórico

O arcabouço teórico para o desenvolvimento deste trabalho será balizado por autores que já se detiveram no estudo do Ensino Híbrido como prática docente e do cotidiano do Coordenador Pedagógico.

Assim, compartilharemos de parte da análise de alguns autores, tais como: Almeida (2006), Freire (2009), Libâneo (2015), Nóvoa (2020), Orsolin (2006), Placco (2003, 2008 e 2010), Saviani (2010), Vasconcelos (2002), Bacich (2015), Levy (1999), Moran (2013) e Pretto (1999).



- A presente pesquisa fundamenta-se em referências, observações, levantamentos e estudos realizados em Escolas Municipais do Ensino Fundamental I, de Uberaba-MG, acerca das múltiplas funções do Coordenador Pedagógico bem como analisar os desafios e perspectivas da implementação da proposta do Ensino Híbrido, as mudanças tecnológicas e suas contribuições no processo de ensino.
- Analisaremos assim, as práticas do Coordenador Pedagógico, no processo educativo e profissional dos professores, como formador e incentivador das propostas desse modelo de ensino para a superação das dificuldades e limitações dos professores mediante as demandas das Políticas Públicas Educacionais para a melhoria do processo de aprendizagem.
- Breve contextualização histórico-social visando delinear o elo entre o Coordenador Pedagógico e a constituição da profissão pedagógica nos seus diversos vínculos e matrizes educacionais.

Vídeo 1

O COORDENADOR PEDAGÓGICO ENQUANTO MEDIADOR NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO – NOVA PERSPECTIVA A PARTIR DO ENSINO HÍBRIDO

- Aspectos históricos e constitutivos da identidade do Coordenador Pedagógico
- A coordenação pedagógica e o contexto atual: demandas e atribuições pautadas em valores éticos.
- Abordagem do cenário pandêmico e a prática do Coordenador Pedagógico
- Formação do Coordenador Pedagógico e dos docentes: caminhos, perspectivas e a importância da formação continuada e em serviço.

Vídeo 2

CONTEXTO POLÍTICO-EDUCACIONAL, INTENÇÕES E POSSÍVEIS CAMINHOS DO ENSINO HÍBRIDO DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS.

- Reflexões sobre o Ensino Híbrido: metodologia ativa e reflexão crítica, uma análise sobre a aprendizagem na atualidade.
- Ensino Híbrido e trabalho mediador do Coordenador Pedagógico.

ENSINO Híbrido



Coordenação Pedagógica

Anexo 2 – Aula 1: O Coordenador Pedagógico: mediador pedagógico a partir da nova perspectiva a partir do Ensino híbrido.

O Ensino Híbrido: Contribuições e desafios do Coordenador Pedagógico na Escola Pública, como articulador do processo ensino e aprendizagem do Ensino Fundamental I

Programa de Pós-Graduação.
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica.



Aula 1 O Coordenador Pedagógico: mediador pedagógico a partir da nova perspectiva a partir do Ensino híbrido.

Michelle Guimarães Naves Peres
Orientanda.

Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
Orientador

Linha de Pesquisa III: Gestão das organizações e políticas públicas para a educação tecnológica e mudanças educacionais.



PILARES DA EDUCAÇÃO

Coordenador Pedagógico

Profissional fundamental na articulação e mediação do processo educativo, especialmente para fortalecer a prática docente e auxiliar na construção da identidade profissional, tendo como atribuição mediar



Reflexão sobre:

- 1 A organização e sistematização do processo ensino-aprendizagem;
- 2 A função do Coordenador Pedagógico, como norteador das metodologias para a busca da transformação da ação interventiva
- 3 Compreensão das novas práticas educacionais com o aporte das novas tecnologias informacionais e virtuais;
- 4 O papel da cultura digital como manancial de novas possibilidades de ensino no contexto das escolas públicas.

Ensino Remoto → Ensino Híbrido

O Ensino Híbrido, que atualmente se apresenta como ferramenta complementar ao processo de ensino e aprendizagem, poderá tornar-se fator essencial no desenvolvimento das demandas educacionais.

Coordenador Pedagógico



Orientador e influenciador de práticas pedagógicas inovadoras que norteiam o trabalho do corpo docente.

Aspectos históricos e constitutivos da identidade do Coordenador Pedagógico

Características administrativas e burocráticas das funções deste profissional, como um fiscal do trabalho do professor e um inspetor educacional.

Na antiguidade, o Supervisor Escolar era visto como vigilante, sendo um trabalho exercido por nobres e sacerdotes que assumiam a educação e a vida escolar de seus pupilos.

Supervisão Educacional possui origens que denotam controle e fiscalização.

No termo epistemológico, tem-se 'super' (sobre) + 'visão' (ação de ver), ou seja, uma visão ampla e panorâmica.

Aspectos históricos e constitutivos da identidade do Coordenador Pedagógico

No Brasil, a proposta da Coordenação Pedagógica surgiu em meados de 1960, com vistas ao acompanhamento das atividades e ações desenvolvidas no âmbito escolar.

A Supervisão Educacional, criada no contexto da ditadura militar, era responsável por fiscalizar e controlar os professores, por meio de sua forte carga ideológica, orientando um indivíduo ou um determinado grupo para ações sociais, educacionais e políticas.

A Supervisor Educacional possuía a função de fiscalizar os professores e era balizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 5.692/71, outorgada em pleno regime militar.

Em virtude das mudanças de paradigmas e das transformações tecnológicas e metodológicas na educação, houve também alterações das funções do supervisor para o Coordenador Pedagógico, ou seja, uma reconstrução diária de um novo perfil e de uma nova identidade, agora auxiliando na articulação do processo de ensino e aprendizagem e organizando ações pedagógicas e formadoras.



A função do Coordenador Pedagógico passou por uma legitimação da sua função reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, Título VI, que trata dos profissionais de educação, assumindo um papel de articulador dentro do espaço escolar.



A Coordenação Pedagógica e o contexto atual: demandas e atribuições pautadas em valores éticos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, n. 9.394/96, art. 64, a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica é feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantindo nessa formação a base comum nacional.

Atribuições gerais na rede Municipal de Ensino de Uberaba:

- Acompanhar o docente;
- Coordenar, de forma participativa, o processo de formação continuada em serviço;
- Organizar o processo de avaliação interna e externa da aprendizagem dos alunos;
 - Planejar, executar e assegurar as ações e atendimento aos docentes;
- Participar de forma ética, responsável e coletiva com a equipe dirigente dos processos de avaliação de desempenho;
- Orientar, em parceria com a equipe gestora, os pais dos educandos para uma efetiva parceria na construção do processo educativo-pedagógico;
- Orientar os docentes quanto ao exercício de suas atribuições, conforme o Regimento Comum das Escolas Municipais;
- assegurar a qualidade do processo educativo pedagógico zelando pelas metas propostas no Projeto Político Pedagógico;
 - Cumprir o Regimento Escolar;
 - Exercer outras atividades correlatas.

Abordagens do cenário pandêmico e a práxis do Coordenador Pedagógico

A partir do ano de 2020, diante da mudança do ensino presencial para o ensino remoto em virtude da pandemia do Coronavírus, o trabalho do Coordenador Pedagógico enfrentou e enfrenta impactos estruturais, profissionais e emocionais. Diante deste cenário, foi necessário realizar, ao mesmo tempo, ações didático-pedagógicas, promover a reestruturação do PPP e articular as relações interpessoais e a formação continuada dos professores, visando minimizar as dificuldades enfrentadas pelos docentes e discentes.



Vivemos em um período de constantes mudanças no processo de ensino-aprendizagem, mutações tecnológicas, transformações sociais, emocionais e políticas que modificam a sociedade e que atingem especificamente a educação, o que impulsiona e desafia os educadores a aplicar um ensino mais participativo e integrado mesclado com metodologias do ensino tradicional.



A Coordenação Pedagógica e o contexto atual: demandas e atribuições pautadas em valores éticos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, n. 9.394/96, art. 64, a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica é feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantindo nessa formação a base comum nacional.

No contexto do Ensino Híbrido, o Coordenador Pedagógico, em sua rotina, para facilitar as demandas e ações do professor, precisou se reinventar e inventar novas práticas e experiências. Em um cenário idealizado, mas com certa efetividade, ele tornou-se um inspirador e exemplo para a equipe, devendo constantemente se autoavaliar, desenvolver ações com um propósito, reavaliar seu plano de ação e desenvolver as demandas específicas, que estabeleceu estratégias e diretrizes coletivas e, ao mesmo tempo, reformulou o plano de formação dos professores.



As funções de coordenação podem ser sintetizadas nesta formulação: planejar, coordenar, gerir e acompanhar e avaliar todas as atividades Pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, visando atingir níveis satisfatórios de qualidade cognitiva e operacional das aprendizagens dos alunos (IBRANCO, 2015, p. 181).

Obrigada

Anexo 3 – Aula 2: Contexto político-educacional, intenções e possíveis caminhos do Ensino Híbrido durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

O Ensino Híbrido: contribuições e desafios do Coordenador Pedagógico como articulador e mediador do processo de ensino e aprendizagem

Programa de Pós-Graduação.
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Triângulo Mineiro

AULA 2
CONTEXTO POLÍTICO-EDUCACIONAL, INTENÇÕES E POSSÍVEIS CAMINHOS DO ENSINO HÍBRIDO DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS.

Michelle Guimarães Naves Peres
Orientanda

Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins
Orientador

Linha de pesquisa III- Gestão das organizações e políticas públicas para a educação tecnológicas e mudanças educacionais.

ENSINO HÍBRIDO

Aulas síncronas e assíncronas, também conhecido como semipresencial ou *blended learning*, é denominado dom o Ensino Híbrido. Aulas acontecem de maneira remota, com plataformas online

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Aulas acontecem de maneira remota, com plataformas online

Conselho Nacional de Educação (CNE)

- Políticas, leis, normas e recomendações sobre metodologias educacionais e melhores práticas no processo de ensino e aprendizagem;
- Reorganização das dinâmicas de ensino e de aprendizagem;
- Métodos e práticas pedagógicas flexíveis, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica, integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação;
- Concepção de aprendizagem híbrida, conjugando atividades presenciais e não presenciais foi resignificada pela crescente conectividade;
- Adoção de metodologias e práticas pedagógicas inovadoras que transformem o ambiente educacional em efetivo laboratório de aprendizagem, superando o estágio de auditório de informações.

(BRASIL, 2021, p. 13).

Diante do contexto político-educacional, agravado pela pandemia da COVID-19, o Ensino Híbrido se apresenta, atualmente, como uma metodologia que visa articular o ensino e a aprendizagem na modalidade on-line e presencial.

Reflexões sobre o Ensino Híbrido: metodologia ativa e reflexão crítica, uma análise sobre a aprendizagem na atualidade

01 BLENDED LEARNING

03 COMBINAM ESPAÇOS, TERRITÓRIOS VIRTUAIS, METODOLOGIAS, LINGUAGENS E PÚBLICOS MAIS FLEXÍVEIS

02 APRENDIZADO CONTÍNUO, MUTÁVEL E HETEROGÊNEO.

O Ensino Híbrido, como abordagem pedagógica, e a modalidade educação a distância (EaD) são distintas conforme explicitado no artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB).

O EaD é uma modalidade paralela ao ensino presencial, que é a forma substantiva de oferta educacional.

A aprendizagem híbrida integra as mais diversas formas de ensino presencial e os diferentes tempos e espaços pedagógicos em todas as modalidades e etapas de ensino, conforme proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

(BNCC, 2018, p. 07).

A COMPETÊNCIA GERAL 5: CULTURA DIGITAL

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018, p. 09).

PRINCÍPIOS DA EH

- Integrar as tecnologias digitais ao ensino, visando formar cidadãos críticos e responsáveis.
- Oferecer experiências inovadoras e personalizadas por meio de ferramentas digitais, promovendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, além das acadêmicas.
- Realizar um acompanhamento regular do processo de aprendizagem, visando à avaliação, adaptação e melhoria contínua do ensino.
- Respeitar o desenvolvimento de cada aluno, considerando suas necessidades, interesses e habilidades pessoais, em diferentes momentos.
- Promover o protagonismo dos alunos, estimulando a autoria e a produção de conhecimentos, além de desenvolver habilidades de resolução de problemas e de trabalho em equipe.

Fonte: http://www.capes.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10111:principios-da-educacao-hibrida

As propostas de ensino híbrido organizam-se de acordo com o esquema apresentado na publicação organizada por Lilian Bacich (2015).

Fonte: <https://ufornumil.com/blog/como-escalar-entre-modelos-de-ensino-hibrido/>

Ensino Híbrido e o trabalho mediador do Coordenador Pedagógico

- METODOLOGIA D ENSINO
- FORMAÇÃO CONTINUADA: PAPEL DE FORMADOR E TRANSFORMADOR
- DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES ENSINO HÍBRIDO